Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação

Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional

Gleuze Pereira Marinho Moura

INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NAS PÁGINAS DA REVISTA BRASÍLIA (1957-1967)

Brasília – DF

2024

GLEUZE PEREIRA MARINHO MOURA

INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NAS PÁGINAS DA REVISTA BRASÍLIA

(1957-1967)

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

Banca examinadora:

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos
Presidente (PPGE/UnB)

Prof.ª. Dra. Andrea Bezerra Cordeiro
Membro Externo (PPGE/UFPR)

Prof.ª. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa
Membro Interno (PPGE/UnB)

Prof.ª. Dra Liège Gemelli Kuchembecker.
Suplente (PPGE/UnB)

Brasília – DF

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela oportunidade de viver essa experiência acadêmica, e de vida, no Mestrado em Educação da Universidade de Brasília - instituição que desde a graduação me abriu caminhos e oportunidades. Obrigada, Deus, por tão grande cuidado e amor.

À minha mãe, Joana Eva, que diante de sua história de vida me impulsionou, desde muito pequena, ver a educação como porta para a mudança de histórias e meio de transpor ciclos de opressão historicamente normalizados.

Aos meus irmãos e sobrinhos, Heitor Gabriel, Maria Alice, Marina, Bento e Catarina, bem como aos meus queridos afilhados e afilhadas, que me permitiram encantar, um pouquinho mais, com o universo da infância e a singularidade que há em cada criança.

Aos amigos e amigas que fui agraciada pelo PPGE-MP (1º/2022), Ozenilde, Cláudia Roberta, Emely, Marcela, Marina, Docimar, Renata, Sabrina e Aline. Obrigada por terem sido tão presentes nos melhores e naqueles não tão bons momentos que vivi ao longo da jornada do mestrado.

Aos companheiros/as de mestrado, Aline Ribeiro, Luíz Gustavo e Mônica, que comigo compartilharam a excelência do mesmo orientador, mas também a tensão da responsabilidade de construir uma pesquisa historiográfica.

Às amizades pelo total apoio, sobretudo naquelas situações pessoais que trouxeram ônus no desencadear desta pesquisa. Obrigada, Aline Guimarães, Ana Paula Barros, Liliam Luíza, Tati, Lili Fábia, Rosemary, Aracely, Andréa Gonçalves, Meirielle, Ana Rosália, Letícia, Maria Helena, Jully Dourado, Maria Ulhôa, Márcio Fernandes, Luíz Jesus e ao amigo Padre Roger Araújo.

Ao meu querido orientador Professor Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, por toda sua competência, sabedoria, compreensão, responsabilidade e empatia, para com minhas demandas pessoais e sua gentileza ao me conduzir e apresentar à investigação historiográfica com tão grande maestria.

Às professoras Dra. Andrea Bezerra Cordeiro e Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa, que gentilmente contribuíram com este estudo nas etapas de qualificação, com seus olhares refinados aos objetos de pesquisa e fonte, e como banca examinadora na defesa da pesquisa.

Agradeço também à Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal e à Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape).

RESUMO

Considerando como fonte de estudo a Revista Brasília, periódico em circulação no Brasil entre os anos de 1957 e 1988, cuja criação propunha convencimento da opinião pública sobre a importância de transferir a capital do Brasil, no sudeste brasileiro, para o interior do país – região centro-oeste, o uso deste periódico nesta pesquisa articula um olhar sobre as possíveis representações sociais apresentadas por este impresso com relação à infância e a escolarização divulgada em suas páginas no recorte histórico entre 1957 e 1967. A investigação desses objetos transita em tempos bem específicos: antes da inauguração de Brasília (1957-1960) e após sua institucionalização como capital do Brasil (1960-1967). Para tanto, a orientação escolhida para o entendimento de representações sociais encontra aporte em Roger Chartier. Chartier (1990) considera que os conflitos por representação são tão expressivos e reais quanto aqueles conexos a questões econômicas, porém, estes, por representações, tendem a ocorrer de modo simbólico, conforme supomos manifestar nas páginas da Revista Brasília. A metodologia de pesquisa aqui aplicada encontra-se na análise documental de textos e imagens, conexas aos objetos infância e escolarização, localizados na Revista Brasília, bem como nos indicativos destes. Nesse sentido, assim como os textos, os recursos fotográficos, dentro da Revista Brasília, são elementos explorados e considerados como vestígios de uma história recente, que no escopo das representações visualizados por Chartier, une-se à disposição da historiografia da educação em examinar os mais diversos recursos como subsídio que nos aproxime de fatos outrora acontecidos. Com o olhar voltado aos detalhes da Revista Brasília, sua iconografia, a infância e a escolarização nela apresentadas, é que nos propomos a investigar e analisar os indicativos de representação desta infância e escolarização que compuseram as publicações deste impresso ao longo do percurso histórico estabelecido, com a hipótese de a Revista Brasília estabelecer, em suas páginas, um olhar preestabelecido sobre a infância e escolarização da ocasião, de modo a transpor essa visão aos apreciadores e consumidores do impresso.

Palavras-chave: Infância e escolarização. Imprensa. Representações sociais. Revista Brasília. Brasília.

ABSTRACT

Considering as a source of study the Revista Brasília, a periodical in circulation in Brazil between 1957 and 1988, whose creation proposed convincing public opinion about the importance of transferring the capital of Brazil, in the southeast of Brazil, to the interior of the country - central-west region, the use of this periodical in this research articulates a look at the possible social representations presented by this publication in relation to childhood and schooling published in its pages in the historical period between 1957 and 1967. The investigation of these objects transits in very specific times: before the inauguration of Brasília (1957-1960) and after its institutionalization as the capital of Brazil (1960-1967). To this end, the chosen approach to understanding social representations is supported by Roger Chartier. Chartier (1990) considers that conflicts over representation are as expressive and real as those related to economic issues, but these, through representations, tend to occur in a symbolic way, as we assume manifested in the pages of Revista Brasília. The research methodology applied here is based on the documentary analysis of texts and images, connected to the objects of childhood and schooling, located in Revista Brasília, as well as in their indicatives. In this sense, just like the texts, the photographic resources, within Revista Brasília, are elements explored and considered as vestiges of a recent history, which in the scope of the representations visualized by Chartier, joins the disposition of the historiography of education to examine the most diverse resources as a subsidy that brings us closer to facts that happened in the past. With our focus on the details of Revista Brasília, its iconography, childhood and schooling presented therein, we propose to investigate and analyze the indicators of representation of this childhood and schooling that made up the publications of this publication throughout the established historical path, with the hypothesis that Revista Brasília establishes, in its pages, a pre-established view of childhood and schooling at the time, in order to convey this vision to the admirers and consumers of the publication.

Keywords: Childhood and schooling. Press. Social representations. Brasília Magazine. Brasília.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da Revista Brasília.....41

Figura 2 – A mudança da Capital.....41

Figura 3 – Notas / Os primeiros gêmeos nascidos na área de Brasília.....43

Figura 4 – Primeira missa celebrada na futura capital do Brasil.....51

Figura 5 – Srta. Maria Regina Uchoa Pinheiro ao entrar na capela.....55

Figura 6 – Crianças acompanhadas em frente a casas populares.....56

Figura 7 – Manifestação na Praça dos Três Poderes - Dia do Trabalho.....58

Figura 8 – Visita do presidente López Mateos.....58

Figura 9 – Brasília e seu colorido particular.....65

Figura 10 – Parque recreativo para uso dos moradores e Jardim de Infância.....68

Figura 11 – Cada qual com sua tarefa.....71

Figura 12 – Cada qual com sua tarefa - o pai passeia o bebê.....71

Figura 13 – Setor Hospitalar.....74

Figura 14 – Dia de sol, dia de piscina.....75

Figura 15 – Avenida W3 – crianças brincando em meio ao verde.....79

Figura 16 – Escola Primária construída e mantida Pela Novacap - rampa de acesso.....84

Figura 17 – Escola primária construída e mantida pela Novacap - visão externa da escola.....85

Figura 18 – Primeira escola de Brasília mantida pela Novacap.....86

Figura 19 – Escola de iniciativa privada.....88

Figura 20 – Ministro da Educação Clóvis Salgado em companhia de Israel Pinheiro e Ernesto Silva, respectivamente, presidente e diretor da Novacap, na inauguração da primeira escola primária de Brasília.....90

Figura 21– Fachada principal do Colégio D. Bosco por ocasião de sua inauguração em 1º de fevereiro.....93

Figura 22 – Convênio da Novacap a realizar acordos com entidades públicas e privadas...97

Figura 23 – Jardim de infância em Brasília.....103

Figura 24 – Escola Parque.....110

Figura 25 – Escola Classe.....110

Figura 26 – Notícia sobre a Fundação Educacional de Brasília.....116

Figura 27 – As crianças de Brasília.....121

Figura 28 – Censo Escolar 1964.....125

Figura 29 – O Censo Escolar sabe quanto somos.....129

Figura 30 – Interior do Jardim de Infância.....131

Figura 31 – Recreio na Escola Classe da Quadra 10.....135

Figura 32 – Alegria na fisionomia das crianças.....136

Figura 33 – Gente miúda faz economia.....137

Figura 34 – Felizes e sorridentes as crianças de Brasília.....142

Figura 35 – Brasília: cidade onde o sol nasce para todos.....144

Figura 36 – Educação e escolas: prefeito Plínio Catanhede.....149

Figura 37 – Infância e juventude com matrículas nas escolas sempre disponíveis.....150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
Achegando-se a um objeto de pesquisa.....8
Infância, imprensa e escolarização: um levantamento historiográfico 11
Problema, hipótese, objetivos e conceitos centrais da pesquisa 29
Entre fontes e métodos: a Revista Brasília como fonte histórica 32

CAPÍTULO I – REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIA NA REVISTA BRASÍLIA 38
1.1 Infância no tempo da construção de Brasília (1957 -1960).....39
1.2 Infância no cotidiano da implantação de Brasília (1960-1967) 62

CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO NA REVISTA BRASÍLIA.....81
2.1 A escolarização no tempo da construção de Brasília.....82
2.2 A escolarização no processo de consolidação de Brasília.....104

CAPÍTULO 3 – PRODUTO TÉCNICO 152
3.1 Minicurso: A história da infância e escolarização em Brasília: indícios exibidos na Revista Brasília (1957-1967) 152

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....158

REFERÊNCIAS.....164

APÊNDICES 174

INTRODUÇÃO

Achegando-se a um objeto de pesquisa

Com a crise sanitária mundial, ocasionada pela Covid-19, pareceu mais evidente a importância do meu trabalho com a educação de crianças pequenas. Em presença da pandemia e as novas necessidades impostas com o ensino remoto na Educação Infantil, foi notada, em meio à prática e ao cotidiano pedagógico, a maior importância e urgência de melhor acolher e ouvir crianças, famílias e responsáveis, para que, de algum modo, se sentissem verdadeiramente agentes no formato emergencial, que por vezes se mostrou precário e desigual, pois as realidades naquele momento, potencializadas pela pandemia, tornavam-se cada vez mais claras e próximas da rotina pedagógica à medida que era proposto acolhê-los, ouvi-los e olhar de forma humanizada e afetiva a cada um dos envolvidos no "novo cotidiano escolar", os quais seriam também mediadores do trabalho pedagógico, visto que as atividades ocorreriam e ocorreram de forma remota e as famílias e responsáveis passaram a ser ainda mais fundamentais.

Talvez, o objetivo enquanto professora da Educação Infantil, naquele atípico ano de 2020, não fosse apenas o de gravar aulas online para crianças de 5 anos, registrar frequência ou não frequência. Crianças, famílias e responsáveis precisavam de muito mais que uma professora "ensinando" atividades ou metodicamente cumprindo horários e dias letivos.

O trabalho realizado ao longo do ano letivo de 2020 com a turma de segundo período da Educação Infantil teve como focos principais a acolhida, a busca ativa e a interação direta com as crianças e responsáveis. No ensino remoto, com as crianças, famílias e responsáveis, viu-se, a partir do diagnóstico inicial e o perfil da turma, a necessidade destes elementos como base para o andamento pedagógico.

A partir da busca ativa, crianças, famílias e responsáveis foram tratadas de maneira individualizada, e com a escuta sensível destes, ao término do ano letivo, evidenciaram sentir-se parte do processo, por meio de um olhar individualizado que consistiu como base do trabalho pedagógico, visto que suas emoções, situações e todo o contexto que viviam naquele momento foram levados em consideração.

A valorização e a empatia por cada uma das 25 famílias se fizeram de extrema relevância para alcançar uma boa participação das crianças e famílias, já que adaptações e acordos com os responsáveis foram realizados, e de modo especial com aqueles que demonstraram maiores dificuldades para serem alcançados pelo formato remoto.

Às famílias com dificuldades em realizar a proposta pedagógica foram sugeridas, em alguns momentos, atividades diferenciadas e que pudessem englobar o maior número de habilidades, sem descumprir as sequências didáticas ou comprometer a construção e interação de vivências que são essenciais a uma Educação Infantil de qualidade e que valorize seus sujeitos e histórias. A partir dessa perspectiva é que as intervenções foram realizadas, com vistas à construção e partilha de aprendizagens.

Durante o ano letivo, por meio de aplicativos de celular ou chamadas de vídeo e telefônica, muitas conversas e sentimentos foram partilhados por crianças e famílias. Apreciar a cada um motivou as crianças e os responsáveis a estarem juntos delas, acompanhando o processo pedagógico que até certo ponto dependeria deles, pois, diante da idade das crianças e contexto do momento, seriam fundamentais na mediação desse processo.

Ao término do ano letivo aconteceu uma aula da saudade virtual, em que 21 das 25 crianças e responsáveis participaram e manifestaram consideração e agradecimento pelas aprendizagens construídas e pelo trabalho desenvolvido em um ano tão atípico, inconstante e desafiador. Houve relatos de algum conforto e sentimento de reconhecimento, que na maioria das vezes partiram do fato de a professora simplesmente ouvi-los, demonstrando que o ato de aprender e propor a aprendizagem se tornam muito mais significativos quando a valorização de suas histórias é considerada.

A experiência vivenciada com crianças e famílias aconteceu em uma UE da região administrativa de Ceilândia – DF, localizada a cerca de 30km da capital do Brasil. O público são filhos de moradores da região, que em sua maioria nasceram e cresceram naquela localidade do Distrito Federal. Nessa turma, todas as crianças e famílias eram residentes das imediações da escola, cuja maior parte delas, no período inicial da pandemia, ficaram em casa devido ao fechamento do comércio e outros serviços. Frente à vivência do relato de experiência apresentado, foi acionado um "start" à possível relevância de atitudes que priorizam a escuta, fala, histórias e realidades dos envolvidos no processo de construção de aprendizagens, que na ocasião focou a Educação Infantil.

Em meio a essas vivências e incertezas advindas com a pandemia da covid-19, reativei[1] o desejo por me aperfeiçoar profissionalmente, talvez retornar a UnB, uma vez que sou egressa do curso de pedagogia dessa universidade e nela estive como discente entre os anos de 2003-2007.

[1] É importante destacar que em alguns momentos desta dissertação será feito o uso da primeira pessoa do singular, uma vez que se tratam de experiências pessoais e subjetivas da autora.

Tantos anos depois, buscar por mais conhecimento e estudar eram ideais que passaram a fazer parte do meu cotidiano de gravação de aulas remotas para a rede pública de ensino do Distrito Federal, coordenação pedagógica e interação com as crianças e famílias que convivi ao longo do período pandêmico.

Nesse contexto, busquei por estudar os editais para acesso aos programas de pós-graduação em educação da Universidade de Brasília e passei a participar de um grupo de pesquisa sobre formação docente da Faculdade e Educação – UnB, onde tive a oportunidade de ser aluna especial em uma disciplina no campo da História da Educação, Tópicos Especiais em Educação - Infância, sociedade e docência, com aulas remotas no turno noturno uma vez por semana, o que possibilitou conciliar minha rotina de professora da Educação Infantil na pandemia com o meu mais novo ideal de formação continuada.

A partir dessa disciplina comecei a pensar a educação e a infância à luz da reflexão de conhecimentos oportunizados pela história da educação e infância. Dentre as reflexões favorecidas pelo contato com a disciplina, esteve o questionamento sobre um possível silenciamento de alguns indivíduos pouco retratados ou notados no fluxo da história como um todo.

Em uma conjuntura de escolarização, ou nas salas de convivência da Educação Infantil, percebi a fragilidade na minha prática, e talvez de tantas outras, de estar suscetível a atuar a partir de condutas que pouco priorizam seus agentes, que neste caso seriam as crianças e as necessidades daquelas infâncias no dado momento histórico, que naquele cenário de crise sanitária mundial poderia inviabilizar as trocas com elas ou perceber suas individualidades e as peculiaridades do grupo e contexto social.

No período pandêmico, quando conciliei o trabalho e os estudos como aluna especial, na disciplina do mestrado profissional em educação, estabeleci como estratégia pedagógica para que as crianças fossem alcançadas a imprescindibilidade de estar próxima e presente, também, junto aos adultos que as "governavam", porém de forma pontual e estratégica, sem que com essa ação deslegitimasse o olhar para as crianças como agentes e principais atores desse processo.

Com esse olhar, é pertinente destacar uma consideração da pedagoga e historiadora italiana Egle Becchi (1982), quando pondera que a infância nasce e existe "para o outro". Não só a nível do real, em que ela existe em função de seres diferentes (os adultos que a governam e a quem ela será enfim assimilada), mas também a nível do discurso, uma vez que ela é descrita e denotada através de realidades diferentes dela mesma, imagem que corrobora com a estratégia pedagógica apresentada no relato de experiência.

No primeiro semestre de 2022, fui aprovada para o mestrado profissional em educação e o interesse para o campo da história da educação começou a trilhar mais curiosidades ao matricular-me na disciplina História das Culturas Escolares. Ao longo desse semestre, em conversa com o orientador, Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, houve a sugestão de realizarmos a minha pesquisa para o mestrado a partir de um periódico de nome Revista Brasília, com *lócus* temporal em um passado não tão distante.

A partir do diálogo trilhado entre mim e o Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, as inquietações por nós verificadas estiveram no tocante às representações de infância e escolarização que poderiam ter perpassado as páginas daquela revista e com isso, de modo particular, levou-me a refletir minhas práticas construídas ao longo daquele ano de 2020, no qual o Brasil e o mundo conviveram com uma crise sanitária. Deste modo, interroguei-me a respeito de um possível tema: por que não explorar a história da educação no âmbito do Distrito Federal levando em consideração as representações de infância e escolarização presentes na Revista Brasília, periódico e "linha direta" de comunicação dos atos da construção da nova capital?

Ao recorrer a consultas eletrônicas no Arquivo Público do Distrito Federal (2023) e à Biblioteca Digital do Senado Federal (2023), há a informação de que a Revista Brasília foi uma publicação de caráter mensal, realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) em consequência do art.19, da Lei nº 2.874, de 1956, que instituiu e confiou a esta companhia a obrigatoriedade de divulgação mensal dos atos administrativos, formação, construção, instituição e mudança geográfica para a nova capital.

A partir dessas publicações mensais e suas edições divulgadas até o ano de 1967, que trouxeram reportagens sobre as escolas construídas na época, bem como fotos e imagens disponibilizadas nesse periódico, é que se pretende notar não apenas as edificações, mas os sujeitos que deram vida a estas, com base na análise de possíveis representações de infância e escolarização documentadas naquele momento e contexto histórico que emergia a nova capital. Tal é o objeto de estudo desta dissertação.

Infância, imprensa e escolarização: um levantamento historiográfico

Definido o objeto, como parte do desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento/balanço historiográfico em algumas bases de dados digitais, com o objetivo de localizar trabalhos já realizados sobre o tema (infância e imprensa) ou o objeto de pesquisa (infância e escolarização na Revista Brasília).

Para tanto, foram consultados os seguintes periódicos digitais: Revista Brasileira de História da Educação; Revista História da Educação (ASPHE-UFRGS); Cadernos de História da Educação; Revista Histerdbr – online; Revista de História e Historiografia da Educação; HISTELA (Revista Latino-Americana de História da Educação); RIDPHE_R (Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo); e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e o Google Scholar. Em todas essas bases utilizou-se o descritor: "Infância imprensa"[2]. O critério para a escolha desses periódicos considerou aqueles destinados a publicações no campo da história da educação e, no caso da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Google Scholar, a sua importância por munir-se de ampla gama de estudos e pesquisas acadêmicas em áreas diversas.

Nas revistas digitais, notou-se uma quantidade relativamente modesta de produções a partir do descritor. Nesse sentido, foram captadas as seguintes indicações: Revista Brasileira de História da Educação – 1 produção, ano 2021; Revista História da Educação (ASPHE-UFRGS) – 1 produção, ano de 2019; Cadernos de História da Educação – 2 produções, 2019 e 2022; Revista Histerdbr – online – 0 publicações; Revista de História e Historiografia da Educação – 1 produção, 2017; HISTELA – Revista Latino-Americana de História da Educação – 0 publicação; RIDPHE_R – Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo – 0 publicação.

Já o levantamento realizado na BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) e no Google Scholar resultou nas seguintes informações – 7 publicações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e 15 publicações no Google Scholar. Os trabalhos que compareceram na busca pelo Google Scholar levaram em consideração aqueles mais relevantes apontados pela própria base. Os 15 trabalhos encontrados dizem respeito àqueles anunciados na escala de 1 a 10 de relevância, apresentados ao inserir as palavras-chave, "infância imprensa", no buscador, sendo que, se existe a ocorrência de trabalhos posteriores a essa escala numérica, não foram considerados neste estudo.

Para melhor acompanhamento daquilo que foi percebido no levantamento, a partir dos periódicos sinalizados e bases digitais citadas, as produções encontradas foram divididas em três categorias cronológicas, sendo que na 1ª categoria de pesquisas, a ênfase data no século XIX e sua passagem para o XX; na 2ª categoria de pesquisas, a ênfase situa-se na primeira

[2] O descritor "infância Revista Brasília" também foi pesquisado, sem, contudo, obterem-se retornos. Assim, optou-se por utilizar o descritor temático mais amplo.

metade do século XX e na 3ª categoria de pesquisa, por sua vez, a ênfase das produções está na segunda metade do século passado.

É pertinente destacar que o levantamento historiográfico com amplo recuo temporal, em relação àquele aqui estabelecido, deu-se pelo intuito de verificar como a infância é tratada na historiografia, a partir da imprensa, e quais os tempos e aspectos suscitam maior curiosidade por parte dos historiadores da educação, visando oferecer uma contribuição não só para o tratamento do objeto desta pesquisa, mas também para o campo em sentido mais amplo.

Galvão e Lopes (2010) destacam a importância de associar informações de estudos já realizados sobre um tema/objeto, de modo que o pesquisador possa fazer aproximações de seus estudos com outros já existentes. Nesse sentido, foram analisados cinco trabalhos na 1ª categoria de pesquisas, cuja ênfase está no século XIX e sua passagem para o XX. Neles foram notados a recorrência da análise das representações de infância veiculadas pela imprensa e estes possuem concentração geográfica em localidades das regiões norte, sudeste e sul do Brasil. Os trabalhos acomodados nessa categoria podem ser conhecidos a partir das abreviadas análises que seguem.

A primeira pesquisa elencada nesta categoria, que obedece ao fator cronológico do tempo estudado, refere-se ao título *Imprensa e Impressos para a Civilidade da Infância: representações (Vitória na segunda metade do século XIX).* Nele, Rocha (2012) estudou as representações relativas à infância presentes em periódicos capixabas divulgados na Vitória dos anos 1849-1869, verificando, para tanto, que tais representações possuíam intencionalidades de educar e instruir. A pesquisadora partiu de pressupostos de que a infância é uma construção histórico-social-cultural, sob a hipótese de que a presença destas representações conferidas em textos de intelectuais capixabas estava envolta às feições não apenas locais ou nacionais, bem como aquelas internacionais, haja vista a circulação de ideias e pensamentos que se faziam presentes naquela época, de diferentes formas.

Anjos (2016) publicou artigo na revista Projeto História, da PUC-SP, com o título *A Imprensa Periódica e a Construção da Infância na Província do Paraná (1854-1889)*. Nele o historiador aborda conceitos relativos à infância e representação social. A fonte utilizada para as análises foi a imprensa periódica paranaense do século XIX, enfocando a identificação das representações sobre a infância da criança livre em impressos na Província do Paraná.

Nesse sentido, Anjos (2016) destaca que os historiadores Heywood, Kulhmann Jr. e Faria Filho propõem a infância como uma construção social de um período da vida humana, perpassada por representações sociais. Ele utiliza-se de estudos de Roger Chartier sobre as

representações como fator que aparelha, dispõe o mundo e a forma que vive a sociedade. No estudo foi apresentada análises a partir da Província do Paraná entre os anos de 1854 e 1889, no qual exibe a seguinte proposição:

> [...] a hipótese em tela é de que uma das dimensões do mundo social a serem ordenadas e coordenadas foi, justamente, a das relações entre adultos e crianças, com especial ênfase às especificidades desta última, sobre as quais as representações sobre a infância veiculadas pela imprensa podem ter buscado intervir, tanto reforçando quanto propondo novas sensibilidades e atitudes da parte dos adultos para com os pequenos (Anjos, 2016, p. 250-251).

Por sua vez, Carmo (2020) apresenta a dissertação: *Imprensa e Representações: imagens de crianças e mulheres no contexto da guerra do Paraguai (1864-1870).* No trabalho em questão, há o objetivo de demonstrar as maneiras como crianças e mulheres do Brasil e Paraguai foram representadas pela imprensa periódica de ambos os países ao longo da Guerra do Paraguai. Como fonte histórica para a pesquisa foram consultados textos imagéticos, além de um estudo sobre o conceito de Infância ao longo dos tempos.

É necessário observar que, ao analisar as representações de mulheres e crianças, o pesquisador fez uso da iconografia como fonte de estudo. Este tipo de investigação possibilita o confronto e a análise de significações diversas que podem estar presentes, ou não, nas imagens. Para fundamentar um exame coerente, crítico e com indícios mais próximos daquilo exibido nas imagens, Carmo (2016) recorreu a nomes como Erwin Panofsky, Peter Burke e Roland Barthes, de modo a favorecer meios para se compreender os motivos pelos quais tais imagens foram produzidas, bem como os possíveis contextos que as materializaram.

Um outro trabalho localizado tem ênfase no norte do Brasil. Pessoa (2010) publica um artigo que aborda a cidade de Manaus ao longo do seu primeiro processo de urbanização, que modificou não apenas sua arquitetura, mas também as relações sociais. Com o título *Imagens da Infância e do Trabalho Infantil na Imprensa Manaura (1890-1920),* a pesquisadora verifica como a imprensa tocou ação na função de propagar essas mudanças, em que foi notado que houve dedicada atenção à criança nessas redefinições de papéis sociais e percebidas por meio das imagens e formas como foram representadas. Desse modo, alguns impressos locais foram transmissores do "necessário" higienismo social. De acordo com apontamentos da pesquisa, um dos jornais analisados, O Jornal do Commercio, expressava a seguinte ideia:

> Era necessário sanear a cidade da prostituição, ou pelo menos que ela não ficasse tão visível; tirar os vendedores com suas mercadorias das ruas ficando apenas as casas comerciais; não mostrar, à luz do dia, o lixo produzido pela cidade; confinar os doentes de lepra e outras doenças

> contagiosas. Mais que se mostrar preocupado com a saúde dos doentes ou da população sã, o jornal revelava o quanto incomodava a presença dessas pessoas nas ruas do centro da cidade, não sendo este um cartão de visita adequado a uma cidade que havia se tornado cosmopolita e estava a receber milhares de visitantes. Era uma paisagem que causava mais repugnância que caridade (Pessoa, 2010, p. 9-10).

Frente a essa ideia conservadora e higienista, expressa por alguns veículos da imprensa, é que Pessoa (2010) tenta captar as imagens das crianças de Manaus, ancorando-se na história cultural de Roger Chartier. Suas análises acabaram por revelar que às crianças filhas de grupos abastados, por exemplo, era conferida visibilidade, os melhores adjetivos e tratamento; enquanto àquelas não providas de recursos eram observadas invisibilidades e/ou não boa retratação.

Segundo Pessoa (2010), o entendimento de representação, por ela adotado neste artigo, ancora-se em Chartier (2022).

> [...] comungamos com o conceito de Chartier para quem as representações são apresentações de uma dada realidade social, não sendo neutras ou estáticas, visto atenderem interesses de grupos sociais, tendo sido, portanto, criadas a partir da percepção, da visão de mundo dos grupos que as representam (Pessoa, 2010, p. 10).

Posterior a essa publicação, Pessoa (2014) realiza um segundo artigo dentro dessa mesma temática, recorte geográfico e temporal. Com o título, *'Trabalho e Imprensa: representações da infância na imprensa da Manaus da borracha",* mais uma vez a pesquisadora se propõe a refletir sobre as representações da infância na imprensa de Manaus durante o período entre 1890 e 1920.

No trabalho é abordado como a imprensa teve ação de destaque na proliferação de um novo padrão de sociedade almejada e difundida nos discursos periódicos carregados de preconceitos sobre o estilo de vida tradicional da população de Manaus, tentando com isso impor valores ditos civilizados. Mais uma vez Pessoa (2014) destaca o papel da imprensa manauara na propagação da segregação de espaço**s** destinados para as crianças filhas das famílias privilegiadas economicamente e as crianças filhas das famílias populares, dentro desse contexto de mercado de trabalho e progresso.

Na 2ª categoria de pesquisas encontradas estão aquelas com ênfase na primeira metade do século XX. Os trabalhos relativos a esse período da história correspondem a quinze pesquisas, com focos diversos, como representação de infância; discursos produzidos ou reproduzidos sobre a infância pela imprensa; assistência e desenvolvimento de políticas públicas para a infância a partir dos discursos de periódicos; assistencialismo, higienismo e

infância pobre; trabalho infantil sob o olhar da imprensa; o papel da Educação Física na infância; imagens fotográficas de “crianças de revista”; e a ideia de criança perfeita ou ideal.

O primeiro trabalho elencado nesta categoria trata-se de uma dissertação intitulada *A Infância nas Páginas de um Jornal: discursos (re)produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX*. Nela, Pinheiro (2013) realiza uma pesquisa no campo da História da infância, que segundo ele, naquela localidade, é uma área carente de produções acadêmicas.

O estudo propõe verificar os discursos veiculados nos jornais paraenses sobre a infância nos periódicos “A Província do Pará” e a “Folha do Norte”, entre 1900 e 1910. Deste modo, o objetivo determinado é o de analisar os discursos expressos por estes jornais. A pesquisa segue à luz da teoria bakhtiniana ou perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin, que permite conhecer os teóricos que comparecem nos estudos relacionados aos descritores infância e imprensa.

Pinheiro (2013, p. 135), a partir dos periódicos escolhidos, observa em sua pesquisa que as questões que mais ascendem nesses impressos são: “[...] os cuidados para com a criança, o trabalho infantil, a higiene, os acidentes e tragédias e a educação por meio do que é divulgado, sobretudo, nas propagandas dos colégios”. Deste modo, e frente à perspectiva escolhida, conclui que, diante de anúncios, propagandas, notícias e o que denomina como "galeria infantil”, é possível verificar vários discursos acerca da infância como: “[...] do higienismo; da valorização do trabalho enquanto prática dignificante, regenerante e moralizadora; do discurso ideológico da mãe/mulher como cuidadora; do cientificismo em detrimento do conhecimento popular, entre outros [...]” (Pinheiro, 2013, p. 135).

Uma outra pontuação interessante que traz o estudo está no fato do encontro de indícios de que a infância era percebida a partir da classe social que provinham. Enquanto crianças de classes populares eram apreendidas como aquelas largadas à própria sorte, desprovidas de perspectivas de um futuro promissor, as nascidas em lares economicamente favorecidos, bons adjetivos e gracejos não lhes eram poupados, a exemplo de: belas, inteligentes, promissoras, graciosas dentre outros, somados ao destaque dado às suas imagens e informações, que lhes fizessem referências. Embora essa viva distinção entre classes sociais se apresente latente, a pesquisa sinaliza para a ideia da existência de infâncias e não uma infância modelo.

A segunda pesquisa desta categoria, *A Invenção da Infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929),* é a tese defendida por Moura (2011), a qual analisa como os governos republicanos assistiram e orientaram a infância no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de identificar as práticas sociais que desencadearam

projetos e padrões para representar a criança como ideal da nação republicana. Nesse sentido, Moura (2011) pesquisou o desenvolvimento das políticas públicas em prol da infância nas décadas iniciais do Brasil República, com destaque à criança pernambucana, a partir de ideias e conceitos propostos por Roger Chartier, com vistas aos significados dos símbolos e signos que incidem na representação das ações frente ao mundo.

De acordo com a pesquisadora, foram tomadas como bases documentais as fontes primárias da imprensa pernambucana para consultas em jornais, revistas, anais, atas e prontuários. A exemplo do primeiro trabalho encontrado, este também utiliza como fonte os periódicos impressos, porém, o primeiro busca orientar os discursos destes a partir de Mikhail Bakhtin, enquanto a segunda pesquisa busca como luz os estudos das representações sociais da história cultural a partir de Roger Chartier.

Progredindo um pouco mais a linha cronológica de estudos notificados na segunda categoria, Isobe e Ribeiro (2022) publicam o artigo nomeado *Menores Vagabundos: o discurso jurídico sobre infância e educação na imprensa periódica nos primórdios da República*. A publicação propõe-se a colaborar com os estudos históricos pertinentes à educação e à infância, tendo em vista a análise das representações erguidas sobre as crianças a partir de Chartier, sugestões de educação a elas destinada, examinando, para tanto, os embasamentos jurídicos presentes nestas representações. A pesquisa foi realizada a partir de fontes da imprensa periódica de uma cidade de Minas Gerais no início do século XX, na qual foi notado discursos que, segundo a pesquisa, "forjaram a vadiagem infantil como degeneração moral" (Isobe; Ribeiro, 2022, p. 01).

A partir de "ferramentas focaultianas", a quarta pesquisa localizada é a seguinte dissertação: *Em torno do berço: discursos sobre a educação da infância pobre parayhbana no jornal A Imprensa (1912-1922).* Costa (2015) objetiva pesquisar os discursos direcionados à educação da infância pobre, impressos no periódico *A Imprensa*, tendo em vista as expectativas sociais, os saberes educacionais ligados à escolarização, o assistencialismo, o higienismo e a infância pobre, visando entender as relações de poder e de saber que permearam as produções veiculadas na mídia impressa da época.

Costa (2015) finda a pesquisa afirmando a importância do tema, frisando que este não se esgota, dada a amplitude de temáticas que foram tratadas ao longo da pesquisa, a exemplo de questões como escolarização, assistencialismo, higienismo e moral e a forma maciça que estes discursos estiveram presentes e foram utilizados com valores representativos na sociedade parahybana da época, de modo a disciplinar e controlar a infância com ênfase no

vir a ser, sobretudo daquelas pobres, que alicerçado nessas temáticas, almejava-se o alcance de um cidadão exemplar para o futuro.

Uma quinta pesquisa encontrada se trata da dissertação realizada por Silva (2020), pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A pesquisa, que tem por título *Em Bem Pequeninos: o trabalho infantil pela imprensa da cidade do Rio de Janeiro de 1924 a 1927*, objetiva analisar o trabalho infantil no olhar da imprensa da cidade do Rio de Janeiro. Reportagens de jornais, com prioridade de álbuns extraídos a partir de recortes de jornais, foram utilizados como fontes documentais. Como base teórica, a pesquisa utiliza elementos e pesquisadores da história cultural.

Na referida investigação, a pesquisadora observa que o contexto daquele período empurrou os menores para o mercado de trabalho, que por sua vez transpareceu a necessidade de legislação direcionada às crianças. No entanto, as ações orientadas aos menores estavam relacionadas à proteção e ao assistencialismo, com ênfase mais uma vez no vir a ser, no progresso e no higienismo social. A pesquisa revela também a presença de varas jurídicas destinadas a resguardar as crianças, bem como de algum modo o papel de uma imprensa denunciativa, já que muitas denúncias chegavam primeiramente às redações deste impresso e, posteriormente, encaminhadas ao juiz de menores.

No sexto trabalho localizado, Berto (2008) realiza estudo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. Na dissertação *Regenerar, Civilizar, Modernizar e Nacionalizar: a educação física e a infância em revistas nas décadas de 1930 e 1940*, Berto busca compreender como foram produzidas e veiculadas as representações da infância, sua educação, dentro ou fora da escola, com ênfase na Educação Física.

Para tanto, ela fez uso da Revista de Educação Física (do Exército) e da revista Educação Physica, dois periódicos que circularam entre os anos de 1932 e 1945. O estudo tem por base a história cultural e observa entendimentos desta a partir de Chartier e Certeau. Segundo a pesquisadora, os conteúdos produzidos por essas revistas permitem a compreensão de que a imagem da Educação Física escolar se relacionava aos espaços de poder a qual os diversos grupos que compunha essas revistas originalmente pertenciam.

Frente a algumas considerações advindas do estudo, Berto (2008) percebe que:

> É possível ver, assim, a existência de infâncias: a infância medicalizada, a infância psicologizada, a infância pedagogizada. Infâncias configuradas a partir das representações dos atores que produziam os impressos. Crianças, enfim, que poderiam ser classificadas, mensuradas, educadas e preparadas, por serem um devir, os homens e as mulheres de amanhã, aqueles que dariam à nação

> filhos fortes, regenerados, sadios, higienizados. Objetos da escolarização, portanto (Berto, 2008, p. 166).

Mesmo constituindo dois periódicos direcionados à educação física com ideologias "divergentes", sendo um no âmbito militar e outro no âmbito civil, ambos prescreveram formas de educar as crianças, com estratégias não apenas abonadas pelas correntes ideológicas que os norteavam, mas com apoio e fundamentação estratégica também de outras áreas, como a exemplo da medicina, psicologia, pedagogia e ciências biológicas. Em ambas revistas e situações, mais uma vez, é percebida a preparação para o devir.

Ainda dentro do contexto de levantamento de fontes com as palavras-chave, "infância imprensa", é encontrada a estudiosa Olga Brites, pesquisadora da historiografia brasileira sobre a temática. A primeira contribuição que a historiadora traz para este estudo refere-se à sua tese, defendida no ano de 1999, nomeada como: *Imagens da Infância: São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950*. Nela a pesquisadora versa sobre as imagens de infância nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos de 1930 a 1950, com a análise de ações encaminhadas à infância, que apontam interesses e concepções com vistas à constituição de uma criança fisicamente forte, de modo a garantir produtividade a nação do futuro.

Brites (1999) alcança um debate que abrange as crianças pobres, já que identifica o intento de submetê-las ao "padrão ideal" proferido pelas ações do Estado, por meio dos impressos, das políticas públicas, tendo as crianças de maior poder aquisitivo como referências.

Nesse sentido, a tese defende que a concepção de infância ideal foi erguida a partir de crianças das classes sociais mais abastadas, brancas, "bem aparentadas", dentre outros enquadramentos, e que esse discurso foi propagado, também, por imagens de impressos como forma de convencimento para a venda de produtos ou um "estilo de vida" nem sempre alcançável a todas as camadas sociais ou diversidade de infâncias.

Em sua concepção, ao considerar a criança e o tempo da infância, Brites (1999) avalia o significado de suas imagens na imprensa periódica e reitera a relevância imagética na construção de representações.

> Estudar historicamente imagens da infância significa discutir concepções de tempo histórico que cada sociedade tem (seu futuro desejado, suas potencialidades presentes, seu passado de problemas a serem superados). Também inclui entender como cada sociedade se imagina em termos de culpas e erros, analisar de que forma ela pretende alocar seus recursos em relação a diferentes gerações e certas concepções de planejar esse futuro. Inclui, ainda, debater como a sociedade idealiza determinados padrões de perfeição para si mesma, englobando discutir que a infância não é um outro

> dos adultos e sim uma parte que a eles se liga permanentemente, tanto pelos laços de parentesco como, em um plano coletivo, pelos compromissos entre gerações. Indica igualmente representações de poderes na sociedade, abrangendo quem pode fazer o quê. A potencialidade atribuída à criança é o que a sociedade deseja de si mesma, e, portanto, a infância é uma espécie de autorrepresentação idealizada da sociedade (Brites, 1999, p. 13).

O segundo trabalho realizado por Olga Brites se refere ao artigo *Crianças de Revista (1930/1950).* Brites (2000) analisa as revistas brasileiras *Vida Doméstica* e *Fon-Fon!* em materiais diversos, sejam eles do gênero textual ou fotográfico, acerca da infância. Aqui a pesquisadora percebeu que as representações de crianças apresentadas, na maioria das vezes, foram de crianças brancas e com estrutura familiar e classe social privilegiada.

Em muitas ocasiões, as fotografias não foram realizadas em ambientes e/ou situações do dia a dia e sem interferências, mas em estúdios fotográficos, enfatizando estereótipos de beleza e felicidade. No artigo, a fotografia é considerada como produção social, assim evita tê-la como espelho da realidade e propicia a reflexão sobre as diversas possibilidades da infância, que não apenas a "infância ideal", como sugerida nas fontes consultadas.

A terceira contribuição de Brites (2000) está na publicação do artigo: *Infância, Higiene e Saúde na Propaganda (uso e abusos nos anos 30 a 50)*, que versa sobre as imagens da infância na publicidade brasileira, que notoriamente destaca temas relacionados à higiene e à saúde. Essas são temáticas claramente visíveis nas propagandas dos mais diversos produtos, além de dar enfoque à dependência infantil perante o adulto, bem como o consumo destas através dos responsáveis.

O trabalho aponta um viés diferenciado daqueles até então apresentados neste balanço, haja vista a utilização da figura infantil como meio de propagação do consumo, tendo-as estampadas em publicidades de marcas e seus devidos produtos. Certamente os impulsos dados pela industrialização, maior tomada da cidade em detrimento do campo, foram fortes impulsionadores desta "valorização" da figura infantil.

Embora o contexto "utilitário" da criança apontado nesses periódicos passe pela emergente lógica desenvolvimentista a que os anos de 1930-1950 viveu, nota-se mais uma vez a figura da criança não como agente, mas como um ser delegado a servir a interesses voltados não para o presente, mas para o futuro, em que, mais uma vez, as classes menos favorecidas, ou melhor, as crianças destas camadas sociais são invisibilizadas.

Sobre a lógica desenvolvimentista aqui conferida, tal menção pode ser compreendida a partir de Brites (2000), uma vez que seu estudo discorre de situações entendidas como sinais do desenvolvimento do país, nos quais estão o crescimento do consumo dos mais diversos

bens, ampliação do setor industrial em múltiplos setores e aumento do fluxo urbano. A partir desse novo cenário, Brites (2000) verifica o uso da imagem infantil, relacionando-a ao ideal de consumo, futuro e progresso.

Se em alguns trabalhos anteriores foi percebido o higienismo social, que passou pela figura dos menores desprovidos, Brites (2000) traz latentes indicativos de que existiu um padrão de criança, certamente acessível a poucas, porém, e de algum modo, assim como as desvalidas de recursos, aquelas de revista e propagandas voltadas ao estimulo para o consumo, tiveram suas imagens relacionadas a um modelo imposto pelo contexto histórico, social e econômico do momento, de modo a atender interesses em que, certamente, pouco importavam as necessidades infantis e a espontaneidade inerente dessa fase.

Deste modo, muitos foram os produtos, serviços e estratégias dos anúncios publicitários. De acordo com os estudos de Brites, as crianças foram fortes expoentes para impulsionar o consumo adulto da época, mas também para virem a ser consumidores do futuro. Sobre o tipo de propagandas as quais as crianças estiveram presentes, estas passaram por marcas, produtos de higiene, saúde, brinquedos, seguros de vida, gêneros alimentícios, paisagens e pontos da cidade, dentre outros.

Avançando mais um pouco no tempo, o décimo trabalho é o artigo de Sousa e Resende (2012) - *Família, Infância e Higienização na Imprensa de Uberlândia do Estado Novo* -, em que procuram verificar as relações estabelecidas entre educação, infância e família no discurso da imprensa na cidade mineira de Uberlândia, no recorte temporal de 1937 - 1945. Neste sentido, realizaram uma análise no campo da história da educação a partir de três jornais locais da época.

A conclusão apresentada pelas pesquisadoras versou no fato de que a imprensa local foi utilizada como um mecanismo do Estado Novo, que propunha ideias higienistas, de modo a articular e sustentar concepções ideológicas do governo de Getúlio Vargas, que via nas famílias espaços propícios para alicerçar os princípios de nação, dentro do contexto vivido pelo novo Estado, e a formação integral da criança a partir dessas ideologias, que culminaria por restaurar a pátria e a nação dentro dos moldes preteridos pelos gestores do Estado daquele momento. Frente a essa conclusão, que certamente não se esgota, Sousa e Resende (2012) pontuam que:

> A formação ‘integral’ da infância brasileira estava inserida no âmbito de várias outras ações norteadoras que acabariam por caracterizar a Pátria e a nação restaurada. Neste sentido, a educação foi utilizada como mais uma das estratégias de controle sobre a população brasileira. Por meio dela, esperava-se um comprometimento da família com a moldagem da infância de acordo

> com os direcionamentos da ‘nova sociedade’ delineada pelo novo Estado. A infância foi posta como prioridade do Estado e à família, incumbida da educação das crianças, caberia imprimir as características propugnadas pelo regime de governo (Sousa; Resende, 2012, p. 139).

Ainda dentro da segunda categoria, na região sul do Brasil e com demarcação temporal entre os anos de 1939 e 1941, é que Lazarotto e Arend (2018) realizam a pesquisa *Imprensa no Oeste de Santa Catarina: um discurso em prol da instrução pública para as crianças durante o Estado Novo.*

Lazarotto e Arend (2018), à luz da história da educação da infância brasileira, enfatizam o importante papel da imprensa durante o processo de inicialização infanto-juvenil na escola pública no oeste do estado de Santa Catarina. A análise realizada trabalhou com notícias sobre a escolarização da infância, veiculadas no primeiro jornal dessa região. ‘*A Voz de Chapecó’*, ocupou-se por divulgar o discurso oficial do governo de Santa Catarina sobre a necessidade da instrução pública e as características norteadoras da educação para as crianças, com ênfase no intelectual e na moral.

Outra pesquisa – a décima segunda desta categoria – intitula-se *Construções Discursivas Acerca da Criança Pobre na Imprensa Uberabense nas Primeiras Décadas do Século XX*. No artigo, Souza, Ribeiro e Araújo (2019) apresentam a finalidade das práticas assistencialistas dirigidas às crianças pobres de Uberaba (MG) entre 1920 e 1964. Assim, Souza, Ribeiro e Araújo (2019) objetivam conferir os discursos acerca dessas crianças, que a imprensa jornalística desta cidade construiu, com a conclusão, ou indícios, de que ela estimulou ações utilitaristas e higienistas.

Ao contrário das demais publicações deste balanço historiográfico, é possível verificar que o artigo possui um longo marco temporal, abarcando pouco mais que quatro décadas (1920-1964), o que requer maior cuidado e atenção por parte dos pesquisadores a cada momento histórico, suas possíveis transições, tensões e embates provavelmente vividos nas ocasiões em que as fontes analisadas foram produzidas.

Ainda com um extenso recorte temporal, Rocha e Weninghamp Júnior (2019) realizam o estudo *A Infância e a Adolescência na Imprensa de União Vitória e Porto União – SC: uma leitura cultural* – publicado/apresentado no encontro anual de produção científica. Os pesquisadores abordam a infância e a adolescência na imprensa de União da Vitória - PR e Porto União - SC, que de acordo com eles, embora seja um tema amplamente discutido por inúmeros pesquisadores e historiadores, no Brasil não havia, na época, estudos sobre essa temática a partir dessas localidades e/ou com enfoque no papel social das crianças e

adolescentes. O objeto de estudo apresenta como fonte para a pesquisa o jornal impresso *O Comércio*, com marco temporal definidos entre os períodos de 1934 e1972.

Na publicação, destinada à apresentação no Encontro Anual de Produção Cientifica, a pesquisa construiu uma linha de entendimento sobre o papel das crianças e dos adolescentes na sociedade, a partir da década de 1930 até a promulgação da constituição de 1988, em que direitos e garantias passaram a ser ampliados, haja vista que, segundo o material destinado à apresentação, ocorreu a ausência de diretos como garantia a todas as crianças dentro do marco temporal escolhido das reportagens. Assim, Weninghamp Júnior e Rocha (2019, p. 3) afirmam que:

> [...] é notável a relação muito próxima dos acontecimentos encontrados nos jornais com a contextualização social da criança e da infância mostrada por meio das leituras. Um exemplo que pode ser citado é a questão de como crianças de classes sociais diferentes recebiam tratamentos diferentes: enquanto a criança de classe menos favorecida era obrigada a trabalhar para auxiliar no sustento econômico da casa, a criança de família bem estruturada tinha privilégios, como a própria mídia impressa mostra por meio das matérias. Sendo corriqueiro em diversas edições, notas de "procura-se" crianças para trabalhar em serviços considerados "leves" (domésticos, na maioria das vezes) e na mesma edição, uma outra nota enaltecendo o nascimento de uma criança fruto da união de pessoas com certo prestígio na sociedade [...] (Weninghamp Júnior; Rocha, 2019, p. 3).

Por fim, Lazarotto (2010) traz como contribuição às pesquisas alocadas na segunda categoria sua dissertação, a saber: *A Infância na imprensa escrita em Chapecó – 1939-1979*. Na pesquisa, é analisada a infância percebida como condição social de ser criança, na imprensa escrita de Chapecó.

A investigação procura inferir os discursos expressos nesta imprensa que possam ter contribuído para legitimar a ideia de criança como "futuro homem para a nação". Assim, busca entender as representações sociais de criança e infância na imprensa escrita, bem como suas articulações e orientações ideológicas. O conceito de representações sociais constantes no estudo teve como referência aquele preconizado por Minayo (1995).

Lazzarotto (2010) relata que por meio da pesquisa foi possível identificar continuidades no discurso da imprensa escrita e a ideia de um modelo de criança universal. A partir da análise dos dois periódicos escolhidos como fonte para o estudo, *O Jornal Folha d'Oeste*, apresentou um discurso adepto ao regime ditatorial, sendo assim, foi percebido, no jornal, representações calmas das crianças, relacionando-as à pureza.

Já o periódico *O jornal Correio do Sul*, de acordo com Lazzarotto (2010), defensor de transformações no campo jornalístico e a reabertura política, enalteceu a representação da

infância feliz legitimada por publicidades e espaços privilegiados destinados a elas nas colunas sociais. Embora o segundo periódico cumprisse, também, um papel de denúncia a respeito de situações não desejáveis às crianças, ao menos nos dias de hoje, e independente da classe social, em ambos ocorreram falas sobre a infância norteadas pelos discursos oficiais, ligadas a ações de políticas públicas e instituições não governamentais.

Com relação a 3ª categoria de pesquisas elencadas neste estudo estão aquelas com ênfase na segunda metade do século XX. Nelas foram cotejados assuntos como a questão de gênero na educação de meninas; representações de educação na imprensa católica; documentos e representações na historiografia com análise das práticas e discursos nas páginas de uma revista; imagens e memórias nas representações sociais por parte da imprensa; Educação Infantil e mulheres na página de um jornal e as representações sociais de infância e família nas páginas de um periódico.

A primeira pesquisa desta categoria é apresentada por Sant'Ana e Souza (2016). Trata-se do artigo *A Educação nas Páginas da Imprensa Católica (Ribeirão Preto -SP, 1949-1959)*, no qual as pesquisadoras buscam analisar as representações sobre educação presentes na imprensa católica no período conhecido como redemocratização brasileira, no qual aconteceu a expansão da educação pública e contenção da educação confessional. A pesquisa se referenciou pelo jornal *Diário de Notícias*, da Cúria Diocesana, e aponta como a imprensa católica noticiou a infância, a expansão e objetivos da instrução primária, a inclusão dos mais pobres na escola, a alfabetização de adultos e os fins do ensino secundário.

Já Roveri (2020) verifica as representações de crianças do sexo feminino, impressas a partir desse viés de gênero, no período da década de 1950. O artigo *Erros que podem ser corrigidos ou evitados: conselho de Leonor Posada às meninas* apresenta alguns trabalhos da escritora Leonor Posada escritos para uma revista de nome Cirandinha. Ancorada na história cultural, a pesquisa propõe verificar sua contribuição na educação de meninas e ressalta que as revistas sugerem discursos e representações que impactaram de algum modo na educação das meninas da época.

Ao longo do artigo ficam claros os objetivos da revista e os conselhos nela direcionados às meninas, como ensiná-las a serem boas esposas, mães, donas de casa e a valorizarem e dedicarem-se aos estudos, com a finalidade de que pudessem reproduzir tais lições nos seios das suas futuras famílias ou nos meios a que estivessem inseridas no futuro. Novamente, e embora sendo um periódico direcionado a crianças do gênero feminino, é notado que esses conselhos partem de um olhar adulto, com foco no porvir, corroborando,

mais uma vez, com o que Egle Becchi (1982) avalia sobre a infância existir para o outro, no caso os adultos que as governam.

As análises provenientes do artigo dão indícios a respeito da educação dos corpos infantis nesse viés de gênero, pelo fato da revista ser direcionada a crianças meninas, mas que talvez possa ser explicado pelo contexto histórico, em que, de algum modo, as mulheres estavam a conquistar alguns poucos espaços de direitos dentro de um meio social patriarcal. Nessa conjectura de contexto, é percebida uma preocupação por parte dos editores do periódico em inibir ou estimular atitudes não toleradas e toleradas para infância feminina da época.

No terceiro estudo, *Entre documentos e representações: reflexões sobre a operação historiográfica na revista Pais&Filhos,* Santos (2017) propõe "debater", a partir da história cultural, o processo de como se confirma a escrita das narrativas do tipo autoral nas páginas desse periódico, bem como a aproximação com outros estudos do campo científico. O artigo anseia situar uma conversa entre o que é pontuado como "[...] os discursos teóricos e metodológicos com a pesquisa desenvolvida" (Santos, 2017, p. 117). Assim, foi feito um levantamento e uma análise das práticas dos discursos e representações sociais da infância apresentadas nas páginas desta revista.

Santos (2017) reflete as representações sociais, ou indicativos destas, a partir de pressupostos da história cultural, pontuando a necessidade de problematizar os objetos que a constitui. Para tanto, foi utilizado entendimentos como os de Le Goff, que defende a multiplicidade de fontes para a compreensão da história. Peter Burke, Marc Bloch, Roger Chartier, Michel de Certeau, Michael de Foucault, dentre outros, estiveram presentes como fundamento teórico.

Para isso, a pesquisadora consultou o acervo da revista Pais&Filhos na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Rio de Janeiro, e a partir dos originais deste periódico, periodização, análises preliminares, colunas, espaços nela presente e, sobretudo, ancorada nos teóricos que norteiam a pesquisa, verificou a importância do papel da operação historiográfica e do historiador no manuseio e operacionalização de fontes históricas.

Ao que toca à infância, a pesquisa aponta contribuições neste campo de estudo, de modo que foi entendido que a educação das crianças não é, ou foi, conduzida, apropriada ou representada apenas por meio da escola, mas também por meios e modos informais. Meios estes carregados de sentidos, que podem ser intencionais ou não.

Assim como outros pesquisadores e outros períodos aqui já mencionados, Lazarotto (2016) apresenta sua pesquisa a partir das representações sociais. No artigo *Entre Imagens e*

Memórias: representações sociais da criança e da infância na imprensa escrita de Chapecó (SC), ela percebe que os meios de comunicação são mecanismos privilegiados para entender a história. Diante dessa perspectiva, são analisados quatro jornais presentes na década de 1970 em Chapecó (SC), de modo a buscar compreensão sobre o tratamento jornalístico voltado à criança e à infância, bem como as representações sociais que originam padrões e práticas sociais a estes sujeitos. Com vistas no referencial teórico do próprio artigo, verifica-se que a ideia das representações sociais e da infância são cotejadas a partir de Minayo.

Lazarotto (2016) destaca a década de 1970 como, "o ano da criança" pelo percentual da menção sobre elas nos periódicos selecionados e pela intervenção do Estado em ações como a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar, Funabem, embora ocorrido em meados dos anos de 1960.

Com relação à década nomeada como "o ano da criança", convém sublinhar que Lazarotto (2016) sinaliza sobre o recorte temporal escolhido para seu estudo, 1970-1979. Dentro desse espaço tempo, "o ano da criança", em que se situa o artigo, verifica-se o Ano Internacional da Criança, ano de 1979, no qual a Unicef [3] desempenhou um papel de liderança no âmbito mundial, com o plano de promover os direitos das crianças e adolescentes.

Nesse contexto, conforme analisado por Lazarotto, observa-se pequenos avanços, porém algo substancialmente mais sólido só será verificado após a Carta Magna de 1988 e a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em julho de 1990. Embora sutis avanços possam ser evidenciados, é notado que a criança pobre continua sendo estigmatizada, problematizada como erro social e a partir da preocupação de moldá-la.

O artigo sinaliza que embora tenham ocorrido avanços e maior abertura nas políticas, bem como discursões e enfoques dados à infância nesses impressos, é clara a presença de ações compensatórias e pouco eficazes tanto por parte do Estado, quanto da sociedade civil com relação a atuações consistentes e direcionadas às infâncias. Assim, Lazarotto (2016) destaca que:

> As representações da criança e da infância constantes nas páginas dos jornais analisados caracterizam a condição social da criança brasileira, deixando à mostra a violência, as diferenças sociais existentes na sociedade, as políticas públicas adotadas para amenizar o problema, o sistema falido das instituições correcionais, questões de saúde, de saneamento, pondo em evidência a necessidade de lutar por mudanças e, principalmente, pela garantia e pelo respeito aos direitos humanos [...] (Lazarotto, 2016, p. 24).

[3] Trata-se da Organização das Nações Unidas, criada no ano de 1946 com o objetivo de disseminar o bem-estar e os direitos das crianças e adolescentes pelo mundo. No Brasil atua desde o ano de 1950. Fonte: https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef .

Por sua vez, Vasconcelos e Kuhlmann Júnior (2022) considera a pesquisa *Educação Infantil e Mulheres do Jornal do Comércio: Manaus, década de 1970*, a partir da história cultural com contribuições como a de Certeau e Burke. Nesse trabalho, Vasconcelos e Kuhlmann Júnior (2022) analisam notícias sobre crianças na faixa etária de 0-7 anos.

Os artigos selecionados para análise apontam o crescimento da pré-escola que usam o *Caderno Feminino* e a coluna *Mulher*, que eram espaços reservados a publicações direcionadas ao público feminino, dentro do Jornal do Comércio, mas que, por sua vez, tratavam-se de espaços que denotavam subalternidade em relação àqueles reservados a outras informações vistas como de maior importância dentro desse mesmo jornal.

A função social atribuída à mulher como a de cuidadora do lar imbuia a esses espaços a função de informação de ações e conhecimentos concernentes à infância, as crianças e a pré-escola, por exemplo, sem, contudo, distinguir espaços públicos e domésticos, conferindo ao gênero feminino a ação de pôr em prática as notícias ali publicadas.

As análises possibilitam perceber o viés utilizado entre a escolarização e o papel cuidador e mantenedor dado às mulheres e reforçado pela mídia impressa. O artigo traz ao longo do texto algumas fotografias, o que permite observar a acuidade do olhar dos historiadores não apenas ao que está escrito nesses periódicos, mas também aos indícios presentes nas imagens fotográficas.

A pesquisa finda sinalizando como as construções históricas referentes à função social da mulher foram idealizadas e impostas nessa década, de modo representativo e muito presente também em temas como maternidade, cuidados, pressupostos morais e feminilidade, ao passo que neste recorte temporal houve grande atenção para matérias atinentes a importância da Educação Infantil, que foi ampla pauta de assunto nesse periódico, com o fim de conceber nessas leitoras o olhar para a importância da educação pré-escolar e a educação das crianças de 0-7 anos.

Por fim, dentro da terceira categoria de pesquisas, a tese *Infância e Família em Revista: Pais&Filhos (1968-1989)*. Em seu trabalho, Santos (2018) se comprometeu a pesquisar as representações sociais de infância e família impressas mensalmente na revista Pais&Filhos, entre os anos de 1968 e 1989. Em linhas gerais, o *corpus* da investigação que compôs sua tese objetivou compreender como o periódico construiu discursos direcionados à educação das famílias; identificar as representações de infância e seu desenvolvimento apresentado em artigos e publicidades, além de investigar como foram divulgadas as representações de família, tendo em vista pontos como maternidade e paternidade. Essa pesquisa, a partir da revista Pais&Filhos, apresentou importante valor aos estudos dentro da historiografia da

educação brasileira a partir das reflexões conexas à história cultural, que avalia a imprensa periódica como construção social e veículo das representações sociais.

Nessa seara, Santos (2018) realizou uma extensa pesquisa sobre a infância e a família. Cada capítulo delineou conclusões pertinentes àquilo que se comprometeu, contudo, foi evidente a ênfase dada aos múltiplos desenvolvimentos envoltos à infância, de modo especial aqueles correlacionados à psicologia, à sexualidade infantil e aos bens de consumo.

As questões de gênero foram expostas através de publicidades que impunham valores de consumo a públicos bem diretivos, como, por exemplo, brinquedos destinados a meninas e brinquedos direcionados aos meninos. Ser criança e ter brinquedo foi outra máxima incisiva nesse periódico, ao passo que a pesquisa aponta que outros contextos como o da ditadura, a exemplo, não foram externados ao longo das publicações da revista Pais&Filhos. Apesar de alguns silenciamentos ou maior exposição de determinadas temáticas, essa revista teve um papel importante na discussão de temas congruentes à infância, ao passo que o estudo destaca que:

> Pais & Filhos foi considerada como espaço discursivo em que concepções de creche, de escola maternal, de jardim de infância e de pré-escola continham múltiplos sentidos e representações do mundo social. O periódico também atuou como fonte de acesso ao contexto de lutas e de disputas que permearam a construção de legislações específicas voltadas para garantir o direito das crianças de todas as classes sociais à educação formal (Santos, 2018, p. 369).

Santos (2018) também identificou a partir de sua tese a presença de três grandes discursos que permearam as matérias contidas no periódico Pais&Filhos, que são: o civilizatório, terapêutico e o médico-higiênico, com ênfase no educar a família, para educar as crianças a partir dos princípios nela contidos. Convém pontuar que uma das observações postas na conclusão da tese de doutoramento de Santos está no incentivo ao engajamento e protagonismo paterno na educação dos filhos.

Com base no levantamento historiográfico realizado, bem como na organização em três categorias e a disposição dentro delas por ordem cronológica crescente dos períodos que foram analisadas, foi possível observar que a maioria dos estudos encontrados referem-se à primeira metade do século XX, sendo que nesta categoria, quando se pensa na distribuição geográfica dos trabalhos por regiões brasileiras, verifica-se os seguintes quantitativos de estudos: região norte – 01; região sul – 03; região sudeste – 07; região nordeste – 02; região centro-oeste – nenhum trabalho localizado. Ainda dentro desse quantitativo geográfico, uma

pesquisa deu a entender que possuía uma abrangência ampla, não mencionando para tanto um *lócus* específico dentro do Brasil.

Levando em consideração a primeira e terceira categorias, foi observado um número semelhante de pesquisas, sendo que a primeira apresentou cinco estudos e a terceira seis estudos. Na primeira categoria foram apresentados para a região norte – 01 estudo; região sul – 01 estudo; região sudeste – 01 estudo; região nordeste – nenhum estudo; região centro-oeste – nenhum estudo; sendo que 01 estudo apontou abrangência para além das cincos regiões do Brasil.

Ainda dentro desses quantitativos, a terceira categoria apresentou os seguintes números: 01 pesquisa para a região norte; 01 pesquisa para a região sul; 01 pesquisa para a região sudeste; nenhuma pesquisa para a região nordeste; e nenhuma ocorrência para a região centro-oeste. Ademais, 03 estudos apontaram abrangência para além das cinco regiões brasileiras. Com o suporte dessa visão geral e tendo por base a distribuição numérica de pesquisas localizadas, há a evidência de concentração de estudos na primeira metade do século XX e, de um modo geral, as maiores concentrações das pesquisas estão na região sudeste.

Nota-se, também, que dentro dessa lógica quantitativa nenhum trabalho referente à região centro-oeste foi localizado, fator este que justifica, em parte, o interesse desta pesquisa, que terá por essência as representações de infância e escolarização nos primórdios de Brasília. Ao se tratar da capital federal, de modo específico e dada a jovialidade da localidade, bem como dos estudos historiográficos de um modo geral, é válido pontuar que não foram situados estudos nesta região e neste campo.

Deste modo, a dissertação pretende contribuir com os estudos historiográficos relacionados a Brasília, talvez sendo uma pesquisa precursora, bem como suscitar futuras publicações, de modo a alargar e valorizar a história ainda não contada, ou desconhecida, a respeito da capital do Brasil e daqueles que a constituiu.

Problema, hipótese, objetivos e conceitos centrais da pesquisa

Diante do relato de experiência compartilhado e tendo em vista as informações localizadas pelo levantamento historiográfico apresentado, verificou-se a importância e pertinência desta pesquisa.

A partir da carência de estudos sobre infância e escolarização na imprensa no Distrito Federal, demonstrada por balanço historiográfico, tomando a Revista Brasília como fonte

histórica para a realização da pesquisa, é que a provocação inicial e central deste estudo encontra-se norteada à luz da reflexão de quem eram as crianças e escolas estampadas nas páginas da Revista Brasília (1957-1967), dentro da seguinte problematização: qual (ou quais) representações de infância e escolarização foram veiculadas nas páginas da Revista Brasília?

Essa pergunta lançada reverbera após consulta a cada uma das edições desse periódico, entre os anos de 1957-1967, com a análise de 52 edições disponibilizadas à época e hoje, em sua quase totalidade, acessíveis de modo digitalizado em endereços eletrônicos, como nas páginas do Acervo Público do Distrito Federal e Biblioteca Digital do Senado Federal, com exceção das edições referentes aos anos de 1966 e 1967, que foram analisadas em suas versões impressas, através de visitação presencial junto ao acervo de obras raras na biblioteca da Câmara dos Deputados. As edições dos anos de 1966 e 1967, após autorização dos responsáveis pelo acervo da biblioteca da Câmara dos Deputados, foram digitalizadas em sua completude, de modo a estarem disponíveis para consulta ao longo da pesquisa. A primeira revista examinada corresponde a de nº 01, de janeiro de 1957, e a última edição verificada, para título desta pesquisa, refere-se àquela de nº especial datada de março de 1967.

Em presença da pergunta acendida com a análise dos periódicos - tendo em vista os marcadores infância e imprensa - utilizados como meios para a busca de conteúdos relacionados à temática que se propõe o estudo, bem como a análise de imagens fotográficas presentes em cada uma das edições, é verificado indícios que corroboram com a hipótese de que as páginas da Revista Brasília propunha, de algum modo, a concepção de uma infância idealizada ou que se adequasse dentro de um padrão socialmente modelar para a época, sob a aparente lógica da criança ou infância única com vistas no vir a ser, relacionando-as a um simbolismo pautado na modernização e desenvolvimento econômico.

Com relação às escolas retratadas nas páginas dessa revista, geralmente há notas, algumas poucas matérias, pequenos textos informativos sobre autorizações/normatizações para a construção de edificações escolares, andamentos burocráticos e/ou administrativos referentes à composição escolar na nova capital da república, além de imagens fotográficas com possíveis cogitações de bem estar geral, que talvez coteje um ar de igualdade entre todas as crianças e haja a conotação, quem sabe, de uma escola que agregue de maneira universal a todas as crianças da capital, muito embora as imagens fotográficas as quais as crianças compareçam aluda a uma homogeneidade de infância.

Desse modo, mais uma hipótese aqui acenada seria a de que a revista traz uma representação de escolas “ideais”, livres de entraves, prontas para o deleite das crianças, docentes e famílias, de forma a complementar a idealização de Brasília como uma capital

modelar não apenas em sua arquitetura moderna e futurística para época, mas também nos seus andamentos administrativos e de bem-estar social, aqui ilustrado na figura da escola.

Dentro do recorte temporal selecionado, este estudo salienta como objetivo geral analisar as representações de infâncias e escola no período de 1957-1967 presentes nas páginas da Revista Brasília, ao passo que, dentro desse arcabouço e para a viabilização da pesquisa, será problematizado com ênfase em três objetivos específicos, a saber: 1) Analisar as representações de infância na Revista Brasília a partir do entendimento da história cultural e as perspectivas de Roger Chartier; 2) Investigar as representações de escolarização presentes na Revista Brasília, a partir do entendimento da história cultural e as perspectivas de Roger Chartier; 3) Apresentar, como produto técnico, um minicurso sobre as representações da infância e escolarização no olhar da Revista Brasília, de modo a levar os conhecimentos deste estudo para além do território acadêmico.

Com a perspectiva de contribuir com estudos da História da Educação do Distrito Federal, faz-se necessário levar em consideração as contribuições de Roger Chartier no viés da história cultural, naquilo que orienta suas ideias sobre o entendimento das representações sociais e as práticas que fazem sentido para um determinado grupo e seus possíveis significados.

Roger Chartier é um historiador francês nascido em 1945, que dentro de seus estudos colabora com investigações atinentes à história da cultura como prática social. Ativo da denominada quarta geração da Escola de *Annales*, apresenta pesquisas nas temáticas livros, edição e leitura, e é nesse sentido que seus aportes em estudos sobre as representações parecem tecer ideias de como estas se constituem, do que, propriamente, ocupar-se em ajuizar o que sejam estas do ponto de vista de trazer uma definição hermética sobre. Ainda assim, parece ser possível encontrarmos nele uma quase definição, quando sinaliza que representações podem ser entendidas enquanto "[...] esquemas intelectuais incorporados, que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (Chartier, 2002, p. 18).

Sob esse ponto de vista, o entendimento a respeito das representações transita naquilo que constitui a percepção do mundo social e as variáveis de acordo com as características próprias de cada grupo ou classes sociais, que por sua vez são forjadas pelos interesses dos grupos que as determinam.

> Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de

> representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Chartier, 1990, p. 17).

Dentro desse aporte trazido por Chartier, acerca das representações sociais, há a possibilidade de refletir a história a partir do seu estudo por fontes diversas e que ela se faz presente não apenas a partir de estruturas macros, mas, também, por meio daquelas micros que nem sempre foram consideradas. As relações de poder se fazem presentes não apenas entre uma classe social sobre a outra ou sobre uma ideologia e/ou sistema sobre outro, mas estão presentes de maneira simbólica no dia a dia, em meio as práticas e representações.

Ao reportar estes elementos na Revista Brasília, naquilo que discorre sobre a infância e escolarização conferidas nessa fonte, destinada à divulgação da cidade de Brasília, são apreendidos elementos que corroboram com as ideias propostas por Chartier, visto que, possivelmente, há pontos de vistas pré-estabelecidos sobre a imagem, opiniões, padrões e conceitos que anseiam passar ao público leitor no qual se dispõe o periódico. Elementos estes verificados por Roger Chartier (1990), ao considerar que os conflitos por representação são tão expressivos e reais quanto aqueles conexos a questões econômicas, porém, por se tratarem de representações, geralmente ocorrem de modo simbólico, alegórico e até mesmo sutil, como manifesta-se nas páginas da Revista Brasília.

Entre fontes e métodos: a Revista Brasília como fonte histórica

A partir de consulta on-line ao Acervo Público do Distrito Federal, há a informação de que a Revista Brasília foi criada pela Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, com a missão de documentar a construção de Brasília, sendo uma espécie de "boletim informativo" para nutrir a apreciação pública tanto nacional quanto internacional a respeito do curso das obras de construção da nova capital do Brasil.

Nesse sentido, suas publicações se deram entre janeiro de 1957 e maio de 1963, de modo mensal, ocorrendo, no entanto, edições esparsas ou números especiais até o ano de 1988. Capello (2010) assim descreve a periodicidade e objetivo da revista:

> Por seu objetivo e periodicidade – 83 números entre 1957 e 1988 – sua coleção constitui uma importante fonte de pesquisa da história da construção, inauguração e consolidação de Brasília. A publicação inicia-se com uma periodicidade mensal que chega até o nº44, de agosto de 1960, após a inauguração de Brasília. Os números 45 a 48, referentes aos meses de setembro a dezembro de 1960, foram fundidos em uma edição única. Entre

> 1961 e 1962 essa periodicidade é interrompida, tendo sido publicadas, neste período, três edições, uma delas contendo os números 50 a 52, outra os números 53 a 64 e uma terceira contendo os números 65 a 81. Com o golpe militar de 1964 a publicação é interrompida e retomada entre 1965 e 1967, com um número especial por ano, respectivamente os números 65, 67 e 68. Após uma nova interrupção, são publicadas, em 1988, suas duas últimas edições, os números 82 e 83 (Capello, 2010, p. 43).

Capello (2010) traz outras informações sobre a Revista Brasília, que além da defesa da construção da nova capital, demonstra o quantitativo de suas tiragens até o ano de 1964, além da composição do seu corpo técnico, a exemplo da figura do chefe da Divisão de Divulgação da Novacap Paulo Rehfeld, que dirigiu os quatro primeiros números e possibilita o entendimento do quão criteriosa era a disposição desse periódico em levar informações aos leitores diretamente daqueles que acreditavam e trabalharam em prol da transferência da capital do país para o centro-oeste. A contar da edição de número 5, a Novacap contrata a figura do jornalista Raimundo Nonato Silva, com a responsabilidade de "[...] editar o boletim da Companhia com as nomeações e atos oficiais assumi a direção da Divisão de Divulgação e da revista [...]" (Capello, 2010, p. 11).

Nota-se pela pesquisa que a organização do periódico foi se constituindo pouco a pouco, uma vez que o primeiro número da revista não expõe algumas informações, conforme o estudo de Capello (2010).

> Na primeira página, além das informações editoriais sobre a revista, são publicadas algumas notas e uma mensagem do presidente da república ao povo brasileiro intitulada "A Mudança da Capital". Não há, no entanto, quaisquer referências ao diretor e/ou redator da revista, tampouco à autoria da capa (Capello, 2010, p. 11).

No entanto, o último volume referendado neste estudo, que é a edição especial do ano de 1967, permite visualizar o refinamento na organização do periódico ao publicizar a composição da sua equipe técnica, logo após as páginas introdutórias, seguida do índice de assuntos e colunas presentes naquela edição. A constituição do corpo técnico descrita por esta edição compõe-se da identificação do diretor, chefe de redação, administração, diagramação, direção de fotografia, bem como o endereço da redação com localização no edifício sede da Novacap em Brasília.

De acordo com informações retiradas da página web do Acervo Público do Distrito Federal – ArPDF, a tiragem da Revista Brasília foi de aproximadamente seis mil exemplares, distribuídos de forma gratuita e destinada aos assinantes, que majoritariamente se constituíam em bibliotecas, universidades e unidades escolares. Havia, também, um quantitativo de mil

exemplares que era encaminhado para o exterior, especialmente às embaixadas (ArPDF, 2023).

Sobre a sede da Revista Brasília, o ArPDF (2023) diz que sempre foi na capital federal, a qual até metade do ano de 1959 esteve na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, com a inauguração da nova capital no ano de 1960, houve a transferência para Brasília. Contudo, todas as edições impressas foram feitas pela editora Bloch[4], situada no Rio de Janeiro. Presentemente, as publicações da Revista Brasília integram Fundos Públicos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, (ArPDF, 2023).

Devido à relevância legal, histórica e cultural que esse periódico apresentou, os indicativos apoiados no balanço historiográfico realizado para esta análise, bem como na riqueza predita, através da história cultural, sobre a possibilidade de se compreender, ou aproximar situações e assim construir conhecimento com base em vestígios apresentados por fontes diversas, dada a multiplicidade de olhares que esse tipo de fonte permite, e frente a sua não linearidade dentro do contexto macro que a gerou é que se dá a escolha da Revista Brasília como fonte deste estudo.

A Revista Brasília figura como importante objeto e fonte de estudo em algumas pesquisas. Capello (2010) encarregou-se de utilizá-la para examinar aspectos da arquitetura nela expressos, enquanto Medeiros (2012), na esfera da publicidade e propaganda, investiga a construção da imagem da cidade como "capital da esperança", por intermédio deste periódico e seu curso midiático. Por outro lado, não foram localizados estudos cuja fonte fosse a Revista Brasília e os objetos a infância e/ou a escolarização nos tempos pré e pós inauguração da nova capital do país.

Assim, outro elemento importante na escolha da revista encontra-se ancorado naquilo que apresentam Galvão e Lopes (2008), a saber:

> Com a ampliação dos temas abordados pela história da educação, os pesquisadores foram, aos poucos intensificando o uso das fontes. Tal como ocorreu em outros domínios da história, os historiadores da educação incorporaram a ideia de que a história se faz com base em qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas. Afinal, em muitos casos as fontes oficiais são insuficientes para compreender aspectos fundamentais (Galvão; Lopes, 2008, p. 68).

Para essas pesquisadoras, é complexo ou impossível apreciar os cotidianos escolares de épocas pregressas, neste caso na história da educação, recorrendo, por exemplo, apenas as

[4] Trata-se da Block Editores, que de acordo com Vieira (2009), refere-se a uma editora criada na década de 1950, por Adolpho Block, a partir do sucesso alcançado com a recém-criada Revista Manchete, que além desta revista lançou ainda as revistas Pais&Filhos, Ele e Ela e Mulher de Hoje.

legislações e relatórios de ensino ou dando continuidade à estudos que por muito tempo se atentaram, predominantemente, à organização escolar ou ao pensamento pedagógico de um dado momento. É dentro dessa máxima que é notada como "a 'revolução documental' (Le Goff, 1994) atingiu e marcou profundamente o campo da história da educação" (Galvão; Lopes, 2008, p. 68).

A Revista Brasília, embora um documento oficial do ponto de vista do Estado que a criou para oficializar, normatizar e propagar ações acerca da construção, mudança e atos administrativos da nova capital, traz em suas páginas resquícios de atuações que, de maneira indireta, não foram expressas em suas páginas, sobretudo naquilo que se refere à infância e à escolarização.

Embora o periódico tenha sido criado com uma finalidade diversa, a de registrar ou propiciar a visibilidade aos estudos sobre a história da infância, de modo a apresentar as crianças como sujeitos históricos e atores sociais em suas experiências, nota-se essas possibilidades, pois são verificadas, ao longo das edições, menções à infância e à criança, sejam por imagens ou relato textual. Dentro dessas possibilidades de conhecer como a criança e a infância compareceu neste impresso e integrou aquele contexto social, é que Gouvea (2008) destaca:

> A Nova História, no resgate de fontes primárias diversas, permitiu recuperar os discursos e práticas desses atores historicamente "excluídos". No caso da criança, a singularidade dos seus espaços de inserção, formas de expressão e participação social demandam uma reflexão sobre as condições metodológicas de pesquisa sobre tal sujeito (Gouvea, 2008, p. 105).

Diante dessa conjectura da Nova História é que a História Cultural acrescenta a inserção de fontes variadas para melhor conhecimento de eventos, modos de vida, contextos sociais implícitos/explícitos e as práticas e representações que configuram determinadas experiências sociais. A exemplo de outros campos, também, na História Nova há limitações ao se trabalhar com fontes não oficiais e diversas, mas que com metodologia e acuidade por parte do pesquisador essas fontes enriquecem e agregam aos estudos e conhecimentos historiográficos.

No caso da infância, um dos cuidados ao lidar com essas fontes está, na maioria das vezes, nos limites derivados do fato de que, por se tratar de uma revista oficial, com objetivo distinto ao de contemplar a infância, não traz a autoria da criança em seu sentido genuíno, mas trata-se de informações que a priori passaram por adultos, que foram aqueles que falaram por elas e aquelas narrativas que instituiu o impresso sobre a concepção de Brasília.

Sobre a escolarização que se quer flagrar nas páginas da Revista Brasília, recorre-se a Faria Filho (2007), que de modo bastante didático e dentro dos pressupostos da História Cultural propõe três entendimentos e sentidos do termo escolarização:

> [...] Numa primeira escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes a "organização" de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião[...]. [...]Em outra acepção, escolarização é entendida como a produção de representações sociais que têm na escola o lócus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados. Neste caso, a atenção volta-se para o que tenho chamado de implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização, abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil. [...] um terceiro sentido que pode ser dado ao termo escolarização, aquele que nos remete mais diretamente ao ato ou efeito de tornar escolar, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares [...] (Faria Filho, 2007, p. 194-195).

A partir desses três olhares dados à significação da escolarização dentro dos estudos das culturas escolares, Faria Filho (2007) indica que a articulação do terceiro sentido com as duas acepções anteriores configuram as culturas escolares, isto significa que a escola enquanto instituição agencia a criação, construção, reprodução e/ou conservação cultural a partir de suas práticas, que estão alinhadas desde os objetivos primários de ensinar e aprender, aqueles que designam os sentidos e significados das práticas presentes nos cotidianos, sejam a nível macro ou micro, até alcançar de maneira mais sensível o modo que a escola se comporta e assume diante destes.

Apesar do terceiro sentindo notado por Faria Filho (2007) não acontecer na revista, por ser alusivo aos espaços da escola, há indicativos de haver a intenção, nas informações veiculadas no periódico Revista Brasília, no tocante à escolarização da nova capital, em direcionar ou estabelecer como essa nova rede de ensino funcionaria, dentro das escolas, e como seria articulado o sentido desse novo sistema escolar a ser operacionalizado pelas instituições de ensino brasilienses, de modo a produzir representações sociais associadas a ideais planejados para Brasília.

Cabe notar que neste estudo, além dos recursos textuais presentes nas edições da Revista Brasília, será explorado um segundo elemento dentro dela, que são as fotografias. Sobre a busca por revelar indícios das representações sociais presentes no impresso, criado pela Novacap, considerando os elementos iconográficos exibidos pelo periódico, ao longo de

seus números, é percebida a possibilidade da leitura não verbal de mensagens e/ou aspectos que textualmente não foram abertamente pronunciados.

Para tanto, a análise de possíveis mensagens correlatas aos ícones fotográficos terão como apoio as pontuações de Brites (2020), que considera a fotografia como produto social e evita que este elemento seja conjecturado como espelho da realidade, reflexo do mundo real, compreendendo-o como um vestígio que possibilita a compreensão daquilo que foi ocultado ou não oficialmente pronunciado.

Dentro do construto da pesquisa e a riqueza das fontes iconográficas é que Kossoy (2020) considera esse material, a partir de sua descoberta, como uma verdadeira revolução, por proporcionar possibilidades singulares, como aquelas relacionadas ao autoconhecimento, memória, criação artística e documentação, além do caráter testemunhal e denunciativo.

Inclusa a essa gama de possiblidades dada pela iconografia fotográfica é que se nota que este elemento "[...] poderia fornecer um amplo painel de informações visuais para a nossa melhor compreensão do passado em seus múltiplos aspectos" (Kossoy, 2020, p. 32), mas que, no entanto, não atingiu o *status* de documento no sentido tradicional, sendo tratada, ainda, com descaso e preconceito, embora as contribuições da Nova História e observações de pesquisadores que fomentam suas pesquisas a partir da iconografia venham aos poucos modificando esse panorama.

A pesquisa, até aqui introduzida, está dividida em três capítulos. No capítulo 1, serão analisadas as representações de infância na Revista Brasília; no capítulo 2, as representações de escolarização no periódico; e, finalmente, no capítulo 3, será apresentado o produto técnico desta pesquisa. Assim, convida-se o leitor a acompanhar esta investigação histórica.

CAPÍTULO I – REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIA NA REVISTA BRASÍLIA

A construção de Brasília, a nova capital, foi um marco na história do Brasil e suscitou versões a respeito daquilo que motivou a edificação dessa cidade planejada, modelar, estruturada e a priori designada a atos administrativos e ações decisórias de questões em prol do desenvolvimento do Estado.

Dentre as motivações que acenderam a construção e transferência da capital para o planalto central, há aquela que perpassa o "deleite" místico, como o sonho de Dom Bosco[5] e aquela com perspectivas deterministas, futuristas, inovadoras e desenvolvimentistas, como proposta à época por Juscelino Kubitschek. Essa narrativa futurista e com foco no desenvolvimento é investigada por Anjos e Barbosa (2020), que destacam, nesse contexto, a ênfase ao progresso com base em metas formuladas, para a consolidação das indústrias, desenvolvimento econômico e progresso.

A Revista Brasília, fonte central deste estudo, tratou de apresentar também a sua versão para a construção de Brasília. De acordo com a ArPDF (2023), a criação da Revista Brasília deu-se em função da publicização de atos referentes a construção da cidade, divulgação da nova capital a diversos meios e setores no âmbito nacional, internacional e como forma de convencimento da necessidade e benesses trazidas com a alteração geográfica de tal mudança.

Tendo isso presente, este primeiro capítulo se propõe a analisar as representações de infância na Revista Brasília, a partir do entendimento da história cultural e as perspectivas de Roger Chartier. Por infância, refere-se aqui a uma categoria geracional que se remete de modo mais objetivo ao tempo social que a criança vive, o período que a separa, por exemplo, da adultez; enquanto criança remete à pessoa que vivencia esta infância em determinada época. Conforme assinala Gouvea (2008), a

> [...] infância refere-se a uma determinada classe de idade, remetendo ao conceito de geração. O termo adquire cada vez maior visibilidade nas pesquisas nas ciências sociais, ao indicar a importância do pertencimento etário na produção de identidades sociais [...] (Gouvea, 2008, p. 97).

[5] Sobre o sonho de Dom Bosco, Nazário (2010) traz o trecho que diz que: "Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.". Essas palavras correspondem ao sonho de São João Bosco com uma viagem à América do Sul (continente que nunca conheceu), em agosto de 1883, sendo este considerado, por alguns, uma profecia relativa à construção da cidade de Brasília. Setenta e sete anos após o sonho de Dom Bosco, Brasília é erguida justamente nas coordenadas geográficas apresentadas pelo sonho, no Planalto Central do Brasil.

Este capítulo propõe-se a uma análise ancorada na Revista Brasília e nos indícios da infância do passado apresentados por este periódico. Quais as representações de infância estão presentes na Revista Brasília? Qual era essa infância e quem eram essas crianças fotografadas? Havia uma intencionalidade, ou possível intencionalidade, nas publicações, matérias ou notas referentes a infância quando essa, de algum modo, foi assunto?

Na busca por construir respostas e interpretações a essas questões, o capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, foca-se nas representações da infância no período da construção de Brasília (1957-1960). Na segunda, serão abordadas as representações da infância no cotidiano de implantação da capital (1960-1968). Sem mais delongas, partamos em busca da infância do passado, presente nas páginas da Revista Brasília.

1.1 Infância no tempo da construção de Brasília (1957 -1960)

Dentro desse marco temporal (1957-1960), no qual situa-se a infância no momento da construção de Brasília, convém posicionar que, à época, o Brasil buscava ascensão industrial, desenvolvimento econômico com vistas na urbanização e que, além da construção da nova capital, ocorre a construção de ferrovias, rodovias, usinas hidroelétricas e a abertura de indústrias. Nesta perspectiva de ascensão nacional que ganha ímpeto a imagem de que "[...] no governo Kubitschek consagrou-se, definitivamente, o vocábulo "desenvolvimentismo" (Benevides, 1991, p. 9).

Diante desse contexto, emerge a nova capital construída por aqueles que vieram trabalhar nas obras e possivelmente deixaram, nas cidades de origem, suas famílias, bem como em algum momento optaram, ou não, por trazê-las para os solos da futura capital em busca de novas possibilidades, já que estes operários, em parte, eram oriundos da região nordeste, que à época sofria grande disparidade de oportunidades e investimentos sociais e econômicos para a sua população. Com essa concepção é que Jacques e Almeida Jr. (2017) permitem aproximação com os "bastidores" da pomposa construção no Planalto Central.

> Para a construção da cidade, a Novacap assumiu uma vertiginosa campanha de recrutamento de mão de obra, levando milhares de pessoas a deixarem suas cidades natais em busca de oportunidades de emprego, renda e de futuro promissor no planalto central brasileiro. Movidos pela promessa de futuro melhor e com chances de mudança da qualidade de vida, as populações de migrantes, principalmente nordestinos, somavam-se em 12 mil pessoas antes mesmo do início da construção da cidade que chegavam à Brasília com a ideia de que ali encontrariam ofertas de emprego com salários altos e sem limites para rendimento (Jacques; Almeida Jr., 2017, p. 479).

Semelhante a esta realidade, encontram-se os servidores públicos que foram transferidos da antiga sede de governo no estado do Rio de Janeiro, que com uma situação aparentemente mais favorável que aquela dos trabalhadores braçais, operários das edificações da moderna capital, tiveram maiores possibilidades de mudança junto com suas famílias e qualidade de vida. De acordo com a Revista Brasília, edição especial de 21/04/1960, houve a oferta de moradia funcional a muitos, a partir da construção de residências e quadras destinadas a esse público. Mueller (2019) considera esse tipo de oferta de moradia como algo estratégico, além de um estigma na sua destinação e construção.

> Consideram-se, aqui, imóveis funcionais as residências construídas ou mantidas pelo poder público, destinadas à moradia de servidores em situações especiais. No caso de Brasília, a consolidação da cidade dependeu, em grande parte, da existência desses imóveis. Embora façam parte do cotidiano dos moradores – e muitos ex-moradores - do Plano Piloto e apareçam em diversos estudos sobre arquitetura ou história de Brasília, os imóveis funcionais carecem de sistematização e de mapeamento. Apesar do papel estratégico na transferência da capital, o tema dos imóveis funcionais carrega seu estigma desde os primeiros anos de Brasília. Qualquer busca por notícias, recentes ou não, reportará a escândalos, uso inadequado ou má gestão (Mueller, 2019, p. 9).

Nesse sentido, a Revista Brasília, em edição especial de abril de 1960, traz a matéria: *A história da construção de Brasília*. Essa matéria traça uma linha do tempo relativa as principais ações governamentais para erguer nova cidade e estar pronta em 21 de abril de 1960. Dentro do histórico que compõe a matéria, encontra-se pequeno fragmento de parágrafo, referente à decisão administrativa de 22 de outubro de 1957, que o periódico assim reporta: "[...] nesse mesmo dia os presidentes das autarquias de Previdência Social, em reunião com o Presidente da República, traçam os planos de construção dos apartamentos para os servidores públicos transferidos" (Revista Brasília, 1960, p. 50).

Embora qualquer semelhança ou divergência que una ou distancie estas realidades, a situação da infância no tempo da edificação de Brasília parece pouco estampada, contudo, a partir dos indicativos, do modo como os adultos se instalaram ou começaram a se instalar, infere-se que a infância e os sujeitos dela, as crianças, atuaram de maneiras distintas, ainda que aparentemente seus cotidianos tenham sido pouco explorados no periódico no fluxo pós migratório rumo à edificação da nova capital.

Assim sendo, pode ocorrer a interrogação de que as crianças que foram morar nesta localidade possam, de algum modo, ter constituído uma infância planejada ou não planejada,

"inclusa", ou não, ao aparelhamento exemplar projetado para a estrutura organizacional brasiliense.

A Revista Brasília com a primeira de suas edições em 1 de janeiro de 1957, traz em seu editorial as normativas legais e informações relacionadas à sua concepção, que explica ao leitor, de forma didática, a finalidade da sua criação. As figuras abaixo, 1 e 2, correspondem à capa e à página de número um da primeira edição. A capa exibe a representação do mapa da nova capital e abaixo a palavra Brasília, em alusão ao nome da revista e a cidade.

Figura 1 – Capa da revista Brasília.

Fonte: Revista Brasília, Edição 01, janeiro/1957.

Figura 2 – A mudança da capital.

Fonte: Revista Brasília, Edição 01, janeiro/1957, p.01.

A página número 1 apresenta uma mensagem do presidente Juscelino Kubistchek. '*A mudança da Capital'*, que configura-se como parte da *"mensagem de bom ano novo"*, quando da ocasião, o presidente da república usa o momento para defender a importância da transferência da sede do governo federal da cidade do Rio de Janeiro para a região central do Brasil. Nesta página primeira, são apresentadas algumas notas sobre como chegar à futura capital: por tráfegos aéreos, ferrovias e rodovias, bem como encaminham as configurações dos serviços telefônicos, de rádio, envios e recebimentos de correspondência.

Ainda na página 1, da Edição n. 1 de janeiro de 1957, o editorial proporciona informações relativas ao endosso legal que originou o periódico, assim como genericamente serão organizadas as edições.

> Esta publicação aparece em consequência do art. 19 da Lei n. 2874 de 19 de setembro de 1956, que estatui para a Companhia Urbanizadora da Nova

> Capital do Brasil (NOVACAP) a obrigatoriedade de divulgar mensalmente os atos administrativos da Diretoria e os contratos por ela celebrados. À administração da Companhia, ao providenciar o cumprimento daquele dispositivo, pareceu de conveniência aditar ao Boletim, a que a lei se refere, algumas páginas iniciais, com a forma usual e comum de revista, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico, sobre a marcha da construção da Nova Capital e as informações de interesse, relativas ao mesmo empreendimento – de modo a manter o público sempre a par do que se está realizando e do que se pretende fazer (Revista Brasília, 1957, p.1)

Ao passear minuciosamente por suas páginas, em busca de elementos que trouxessem indicativos e dados sobre a infância deste período, com vistas às representações sociais, são notados episódios nos quais as crianças comparecem, de algum modo, agindo e interagindo com o meio, construindo histórias e protagonizando momentos históricos, mesmo que, talvez, nem sempre estes ocorram de forma espontânea e por iniciativa das crianças.

O primeiro indicativo sobre a presença da infância nas Revista Brasília está exposto na edição de n. 2 de fevereiro de 1957, p. 2. Trata-se de uma imagem e descrição textual que conta o nascimento dos primeiros gêmeos natos na área de Brasília, sendo assim relatado:

> A foto ao lado mostra os primeiros gêmeos nascidos na área de Brasília e registrados no cartório do registro civil de Anápolis em 23 de dezembro e, logo após, batizados na matriz de Sant'Ana daquela mesma cidade do norte goiano. O nascimento dos gêmeos teve lugar na fazenda "do Torto" (junto ao Ribeirão Torto) onde residem seus pais data posterior à lei de transferência da Capital da República. Trata-se dos meninos Roberto e Ricardo, vindos ao mundo a 14 de dezembro de 1956, filhos do casal José Luiz de Alcântara – Maria Ana de Alcântara. Foram registrados no cartório do Registro Civil de Anápolis em 23 de dezembro e, logo após, batizados na matriz de Sant'Ana daquela mesma cidade do norte goiano. O nascimento dos gêmeos teve lugar na fazenda "do Torto", (junto ao ribeirão Torto) onde residem seus pais (Notas, 1957, p. 2).

Sobre a Figura 3, relacionada a esta nota, parece um tanto convidativa apreciá-la, já que assim como aquela, a nota, muito nos fala, até mesmo em meio ao que não foi expressamente dito.

Figura 3 – Notas / Os primeiros gêmeos nascidos na área de Brasília.

Fonte: Revista Brasília - N.02, fevereiro1957, p. 2.

Ao analisar texto e imagem, referentes ao nascimento dos primeiros gêmeos, Roberto e Ricardo, o escrito assinala que as crianças nasceram na área de Brasília e foram registradas e batizadas na cidade de Anápolis, localidade não tão próxima à região de Brasília, o que sugere que o deslocamento ocorreu de maneira pouco confortável, haja vista que à época o Brasil estava a construir vias de ligação entre as cidades e até mesmo a condição, ou condições, da condução utilizada neste percurso não configurar-se, talvez, como adequadas para o conforto da mãe e crianças.

Perante essas problematizações, convém destacar que, de acordo com o livro de memórias de Juscelino Kubitscheck, '*Por que Construí Brasília',* reimpresso pelo Senado Federal no ano 2000 como parte da Coleção Brasil 500 anos, Kubitscheck (2000) destaca a quantas estavam as condições da região, já em 1958. A partir da memória apresentada, convém mais uma vez interrogar como se encontrava a área de Brasília quando do nascimento, registro e batizados dos irmãos Roberto e Ricardo no ano de 1957.

> No início de 1958, o Planalto era, na realidade, a mais movimentada frente de trabalho do Brasil. Todas as providências, necessárias para a criação de uma grande cidade, já haviam sido tomadas e estavam em execução acelerada. Existiam as obras da cidade propriamente dita e as correlatas, isto é, as que se impunham para ligar a nova capital a todos os quadrantes do território nacional. No que dizia respeito a essas ligações, construíam-se, através de turnos, de forma que o trabalho nunca se interrompesse, duas rodovias-chaves: a Brasília-Anápolis e a Brasília-Belo Horizonte. Brasília, ligada a essas duas cidades, consequentemente estaria articulada, através de rodovias de primeira classe, com os principais centros do país. Assim, a Brasília-Anápolis era uma obra prioritária, em todos os sentidos (Kubitscheck, 2000, p. 106).

O que o texto de Kubitscheck (2000) indica, embora não explicitamente pronunciado na nota sobre o nascimento das crianças em 1957, são as fragilidades, ou precariedades, envoltas ao idealismo de progresso e desenvolvimento, pois muitas obras ainda estariam em curso, e nesse contexto, mulheres davam à luz e crianças nasciam em condições de escassa adequação de conforto.

Ao perceber a sutileza e leveza com que a informação textual passada ao leitor da Revista Brasília é percebida, que situação semelhante ocorre com a fotografia da mãe com os dois bebês em seus braços. Ao deter-se apenas à imagem, existe o risco de não perceber ou interrogar as finalidades para que esta foi capturada.

Ao problematizar algumas informações presentes na fonte textual, houve a explicitação de possíveis elementos que os dados escritos fornecidos por si só não dispunham. Nesse sentido, algo semelhante ocorre com a imagem, que é também fonte de investigação desta pesquisa. A Figura 3 mostra uma mulher jovem com cabelos arrumados, talvez para a ocasião da fotografia, dois bebês gêmeos, que dão norte a parte do enredo da nota, nos braços desta mulher.

Certamente, dada a qualidade e tipo dos equipamentos de imagens disponíveis na época, ano de 1957, a mãe junto com os recém nascidos foi orientada a se preparar para o acontecimento, porém as vias como a fotografia e o texto foram entregues ao leitor, passam ao consumidor do periódico a representação de plena naturalidade no encadear dos acontecimentos, de modo a convencer seus leitores que a constituição da cidade de Brasília configurava-se de forma orgânica, natural e funcional a todos os grupos.

Frente a esses apontamentos implícitos na nota de notícia, bem como na figura de número 3, parece elementar destacar a ausência de apontamentos, nesta edição, dentro de um rol que priorize as necessidades das mulheres e das crianças no enredo da revista, haja vista a ênfase dada à promoção convencedora, por parte da edição, do quão essencial era erguer a monumental cidade.

Ainda sobre a Figura 3, que apresenta a mãe segurando dois meninos, conforme cita o texto, nota-se que a figura paterna não é representada na imagem, embora à época, anos 50 do século XX, seja sabida a importância dada a uma constituição e apresentação familiar aos moldes tradicionais, em que a composição de família altiva e dentro dos parâmetros sociais, culturais e religiosos se compunha por homem, mulher e filhos. Contudo, embora verifique-se mudanças estruturais na sociedade no que toca a essa composição naquela época, Araújo (2011) destaca que, ainda, na década de 1950 é possível notar:

> [...] o modelo de família hierárquica com papéis, posições e comportamentos bem definidos: o homem - marido, pai e provedor – era o chefe da família; à mulher, esposa e mãe, cabia o cuidado do lar, procriação e educação dos filhos, sendo valorizada por sua submissão e fidelidade ao marido; e os filhos deviam ser submissos e obedientes aos pais [...] (Araújo, 2011, p.185-186).

Berquó (2007, p. 414) adverte que "[...] a família é, acima de tudo, a instituição a que é atribuída a responsabilidade por tentar superar os problemas da passagem do tempo tanto para o indivíduo como para a população".

Dada essa prerrogativa, somada à intencionalidade do editorial da revista em passar a ideia de que a nova capital estava apta à mudança, pode haver nesta, também, a intenção de aparentar um "desenvolvimentismo" naquilo que se refere à equidade nas relações familiares e/ou aspectos de gênero (na figura da mãe) e geracional (na figura dos gêmeos) dentro do ambiente familiar ao não trazer na fotografia a figura paterna, que, embora citada e nomeada no escrito, não comparece na imagem, ocorrência que para a época possa evidenciar "avanço" junto àquele tempo histórico, que propunha uma representação e constituição doméstica em que o homem se apresentava como elemento basilar e socialmente percebido com maior protagonismo que a mulher e os filhos.

Embora não seja possível dizer o contexto que a imagem foi produzida, é importante notar que ao ser divulgada no periódico, de algum modo veicula a ideia e possibilidade de olhar para além do dito e é convidativa a reflexão daquilo que pode estar implícito, que no caso da infância a posiciona, juntamente com a mulher (a mãe), num arranjo de destaque, na nota jornalística, em relação ao homem (o pai) ou quem sabe ainda fortalecer o conceito usual de que as questões do parto, do nascimento, dos bebês e da puericultura seja responsabilidade da mulher.

Isso possibilita interrelacionar o momento do nascimento, o recém-nascido, aos cuidados da mãe. A maternagem cuidadora que posiciona a mulher e criança num papel de destaque em relação a nova vida, aos cuidados e até mesmo expectativas vindas com a recente natividade, como no caso dos meninos Ricardo e Roberto, não necessariamente teria relação com os arranjos sociais postos e aqueles em assunção, naquilo que se relaciona as disposições familiares, de gênero ou geracionais.

A natividade dos gêmeos, fotografados para esta edição da Revista Brasília, contribui ainda com a idealização da espera pela conclusão da cidade, que análoga a uma gestação e tal qual o nascimento de uma criança, gera esperança e expectativas carregadas pelas surpresas advindas com o novo e os planos direcionados aquela nova vida, a novidade.

Nesse sentido, essa imagem, junto com a perspectiva da cidade, convida a opinião pública, os consumidores do impresso a congratularem a Brasília da esperança, do progresso, do futuro, mesmo que a fotografia não fale, conforme Barthes (2022), daquilo que não é mais, "[...] mas apenas a certeza daquilo que foi" (Barthes, 2022, p. 74), a missão dada às páginas do impresso oficial da nova capital de exortar os ganhos de alicerçar concreto na poeira do cerrado.

Outro aspecto que merece ser destacado é que independente das condições socialmente oferecidas, a precária infraestrutura local, dada a cidade de Brasília estar conferindo os seus primeiros passos, no processo de construção, a infância existiu. O que possivelmente ocorreu ao longo deste recorte temporal foi a baixa notoriedade e encaminhamentos de ordem política e social melhor direcionados à infância, a partir daquelas necessidades típicas desta fase que as distingui dos adultos, a exemplo.

Dentro da considerável gama de textos e fotos fichadas da Revista Brasília, naquilo que confere à infância ao longo da construção da nova sede federal, consta também a informação do primeiro recenseamento da cidade, cuja edição de n. 6, de junho de 1957, assim o detalha:

> Em março último, por iniciativa do Diretor Administrativo Sr. Ernesto Silva, fez-se o primeiro recenseamento geral de Brasília. O resultado apurado foi de 2013 habitantes, sendo 1369 homens, 248 mulheres e 396 crianças, assim distribuídos: Acampamento da NOVACAP 646 homens, 110 mulheres, 182 crianças; Acampamento da COENGE S/A 54 homens, 13 mulheres, 16 crianças; Acampamento da RABELO S/A: 309 homens, 20 mulheres, 22 crianças; Acampamento da ENAL: 25 homens, 2 mulheres, 3 crianças; Cidade "BANDEIRANTE": 208 homens, 75 mulheres, 148 crianças. Há um total de 1.430 adultos alfabetizados e 186 analfabetos, o que dá 13% de analfabetos (Revista Brasília. O lançamento da "obrigação Brasília", 1957, p. 18).

Essa interlocução textual, impressa no periódico, fala ao leitor que embora a cidade esteja em fase de edificação, possui um público infantil que nela habita, que em março de 1957 correspondia ao número de 396 crianças, distribuídas entre os acampamentos da NOVACAP, COENGE, RABELO, ENAL e a Cidade Bandeirante.

Os números apresentados nesta edição informam, de alguma forma, a presença infantil ao longo do período da organização da cidade, o que mais uma vez supõe a interação entre elas com os adultos e o meio que viviam e conviviam, no curso dessa obra no planalto central, mas que, para além da presença da infância no dia a dia, ao longo da construção de Brasília, existiu, por parte do setor público, a necessidade de apurar os quantitativos apresentados pelo primeiro recenseamento brasiliense como estatística oficial, produzidas pelo Estado, pois são

essenciais a ele "[...] como forma de conhecer seus campos de ação, pautando decisões políticas e administrativas supostamente objetivas [...]" (Gil, 2019, p. 7).

Tendo como ponto de partida o cotidiano da criança, no período da construção da nova capital, e os número estatísticos que se revelam no recenseamento como mecanismo para o conhecimento daquela realidade e norteador para as tomadas de decisões por parte da gestão pública da futura cidade, parece importante discutir alguns dados revelados por esse primeiro recenseamento.

Na contramão da ênfase dada por parte do periódico em formalizar e registrar atos administrativos e execuções já realizadas ou a acontecer no coração do país, a contabilização da constituição populacional, até aquele momento, pode ter sido utilizada como meio de registro que a cidade já recebia alguns habitantes e assim demonstrar que não apenas as obras, mas também o contingente populacional estava a favorecer e legitimar cada vez mais a transferência do Rio de Janeiro para o Centro-oeste.

Os números elencados no levantamento revelam, ainda, que em todos os acampamentos prevaleceu o número de homens em relação ao de mulheres, o que se deu, provavelmente, devido a necessidade do trabalho braçal a eles delegada, em grande parte alicerçando e erguendo a nova capital, esta tenha sido a razão do sexo masculino se apresentar em maior quantitativo naquela primeira pesquisa e/ou pelo fato dos homens chegarem à cidade deixando suas famílias nas suas cidades de origem.

Ocupando em número um quantitativo menor que os homens e as crianças estão as mulheres, que tendo em vista a época e os hábitos socioculturais do recorte temporal proposto, depreende-se que a maioria delas estariam acompanhando seus companheiros que estavam a erguer a cidade. Essa situação, contudo, não permite afirmar o número de mulheres nesta situação, já que se trata de uma hipótese aqui levantada, ou se todas vieram com o mesmo propósito. Entretanto, frente aos valores da época, infere-se que um número considerável destas mulheres representou essa realidade: a de acompanhar, construir, gerar ou criar suas famílias em solos do cerrado junto a seus companheiros, que por sua vez posiciona o valor do trabalho feminino e as mulheres como aquelas que sustentaram o trabalho masculino, administrando a sobrevivência familiar em seus lares.

Com relação às crianças, o censo de 1957 revela que elas representavam um quantitativo superior ao número de mulheres e a possibilidade aqui acenada é a de que a presença delas na cidade de Brasília, no tempo anterior à inauguração da cidade, derivava do fato de estarem sob a tutela de seus responsáveis, homens e mulheres, e assim, diferente dos adultos que puderam escolher entre participar ou não da "marcha da construção" da cidade,

elas provavelmente sequer puderam opinar sob suas vontades de estarem ou não em solos onde seria a nova capital do Brasil. Outra indicação sobre a prevalência do número de crianças ao de mulheres advém da hipótese de que as mulheres tinham mais que um filho.

Frente o exposto sobre os objetivos da criação, por lei, da Revista Brasília, sob a responsabilidade da Novacap, a divulgação do quantitativo de habitantes três anos antes da inauguração da nova capital pode revelar um conjunto de representações pretendidas pelo periódico, que genericamente ambicionava divulgar atos administrativos a respeito da cidade de Brasília, mas por meio desses dados, quiçá, destacar a essência e o objetivo do periódico de propor aceitação máxima sobre a necessidade e benefícios da transferência da capital para o Planalto Central.

Tomando por base essa proposição geradora da revista, convém destacar que as informações obtidas no primeiro recenseamento de Brasília denotam em algum grau, conforme Gil (2007, p. 150), "[...] que a compreensão das informações quantitativas não decorre objetiva e exclusivamente de estatísticas exatas e corretamente produzidas, mas é, sobretudo, objeto de disputas que se pode acompanhar pelo estudo dos discursos sobre essas estatísticas".

Logo, percebe-se que as informações frutos de uma pesquisa censitária podem operar como meio para inúmeras ações, mas os atos advindos destas coletas, embora essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas diversas, são passíveis da "manipulação", seja por parte do Estado ou daqueles que as utilizam para determinado fim, pois, de acordo com Gil (2007), são elementos de disputas que podem compor discursos relativos a estas estatísticas. Ao recorrer a Chartier (2002), entende-se que esses discursos, que compõem elementos de disputas, podem servir a representações do mundo - instituídas de acordo com as inclinações dos grupos que as geram.

Sobre a população infantil em solos da futura capital do Brasil, observa-se que até o ano de 1957 ocorria certa disparidade em relação ao quantitativo populacional de crianças residentes nos acampamentos notados pelo recenseamento, que, segundo o Quadro 1, estavam assim distribuídos de modo decrescente:

Quadro 1 – Primeiro Recenseamento de Brasília.

Localidade	Nº de crianças por localidade
Acampamento da NOVACAP	182 crianças
Cidade "BANDEIRANTE"	148 crianças
Acampamento da RABELO S/A	22 crianças

Acampamento da COENGE S/A	16 crianças
Acampamento da ENAL	03 crianças
Total de crianças[6]	371

Fonte: Elaborado pela autora, com dados disponibilizados pela Revista Brasília.

Os números de crianças, por acampamentos, verificados pelo primeiro recenseamento, indicam a distribuição populacional que compunha o acampamento Novacap, Cidade Bandeirante, Acampamento Rabelo S/A, Acampamento COENGE S/A e Acampamento ENAL.

De acordo com Vasconcelos (1988), os primeiros assentados na Cidade Livre data de dezembro de 1956, cidade destinada a funcionar originalmente por quatro anos, período determinado para início e fim da construção da nova capital e que acomodou cinco das principais empreiteiras designadas a edificar as primeiras paisagens urbanas da arquitetura de Brasília no coração do centro-oeste. Sobre as cinco firmas que trabalharam na área da Cidade Livre, Vasconcelos (1998) assim discorre:

> Cinco firmas empreiteiras já estão trabalhando na área. A construtora Rabelo cuida das fundações do Palácio da Alvorada e supervisiona, pelo engenheiro Roberto Penna, as obras do Hospital do Instituto dos Industriários, o Hospital JKO, próximo a Novacap. A companhia Metropolitana e a Coenge fazem a terraplanagem do Aeroporto definitivo. A Empresa de Construções Gerais constrói galpões e casas para o pessoal da Novacap, que já encontra, no local, sob abrigo de barracas de lonas cedidas pelo Exército. E a Pacheco Fernandes se encarrega de fincar as fundações do Hotel de Turismo, o Brasília Palace Hotel, próximo ao futuro Palácio da Alvorada (Vasconcelos, 1998, p. 107).

Em vista disso, imagina-se que o quantitativo populacional e o número de crianças deva-se, sobretudo, à quantidade de trabalhadores ligados a cada uma das empreiteiras contratadas pela Novacap, para dar vida àquela fundação no coração do Brasil.

O acampamento Novacap, por ter a Novacap como responsável pelo gerenciamento de toda a construção de Brasília, é composto pelo maior número de crianças, 182, haja vista sua relevância administrativa e de condução da grande obra. De tal modo, supõe-se que esta tenha oferecido superior organização para que seus funcionários se estabelecessem com seus

[6] Sobre o número total de crianças apresentado pela Revista Brasília, é descrito o valor de 396 crianças, porém, ao somar o número apresentado pelo periódico em cada acampamento, no quadro proposto pela autora, foi percebido um total de 371 crianças, que corresponde a 25 crianças a menos que o descrito pelo impresso. Aqui vamos considerar o número apresentado em cada acampamento e a possibilidade de ter ocorrido um equívoco durante a digitação do número total de crianças.

familiares, dado ao fato de talvez terem melhor aparelhamento por parte da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) para se instalarem na localidade.

Sobre a Cidade Livre, referida em matéria da Revista Brasília como “Núcleo Bandeirante”, encontra-se a seguinte observação:

> "Núcleo Bandeirante"
> Um fato, entretanto, merece ser destacado. É a leva humana que, guiada pela fé, chega diariamente àquelas paragens e se instala na chamada "cidade provisória" ou "Núcleo Bandeirante". Verdadeiro pioneirismo. Autêntico movimento bandeirante. (Revista Brasília. A mudança é uma realidade, 1957, p. 15).

Por se tratar de uma cidade previamente designada ao funcionamento provisório, durante a construção da capital, infere-se que muitos trabalhadores trouxeram suas esposas e crianças para lá se erradicarem no curso desse empreendimento, o que elevou o número de moradores da localidade, fazendo com que se destacasse, também, no número de crianças verificado pelo recenseamento da época.

Quanto aos demais acampamentos, ligados às construtoras/empresas que empregaram mão de obra para o empreendimento Brasília, é verificado um número menor de crianças nos acampamentos ligados às empresas Rabelo[7], Coenge[8] e Enal[9], que pode dever-se ao feito de, ao contrário dos trabalhadores residentes nos Acampamento Novacap e Cidade Bandeirante, melhor estruturados quanto ao tempo de estadia dos seus trabalhadores, porventura, os três últimos elencados experimentaram incertezas por parte dos agenciadores de sua mão de obra, naquilo que se refere a estabilidade ao se mudarem para uma nova cidade acompanhados por seus entes.

Ao analisar as informações contidas no recenseamento de 1957, da futura capital Brasília, há indicativos de que, inicialmente, a cidade preparou-se para receber mão de obra destinada a impulsionar o processo de construção da nova capital, mas que dado o tempo pré-estabelecido para início das obras e a data prevista para a inauguração da cidade, algumas crianças vieram com seus tutores e se estabelecerem ao longo desse processo, ao passo que outras possivelmente nasceram na localidade, enquanto a cidade era erguida.

---

[7] Construtora que cuidou das fundações do Palácio do Planalto (Bertonni, 2010) e do Alvorada (Ceballos, 2005).
[8] Empresa responsável pela terraplanagem do aeroporto (Ceballos, 2005).
[9] De acordo com matéria disponível no jornal correio Braziliense, de 12/02/2011, a Enal Engenharia foi uma empresa criada por três empresários para prestar serviços nas obras da construção da nova capital, sendo que um dos três sócios, de nome Ildeu Oliveira, era primo de Juscelino Kubitschek – “O avô do empresário mineiro era irmão do pai de Juscelino Kubitschek.”, de acordo com o renomado jornal brasiliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/02/12/interna_cidadesdf,237424/primo-de-jk-ildeu-criou-empresa-para-participar-das-obras-de-brasilia.shtml . Acesso em: 16/07/2023.

Até aqui, é examinada, ao longo das edições, a forma sutil como a infância foi representada nas páginas da revista, sendo dessa forma não tão numerosa a apresentação delas, bem como abordagens a elas dirigidas, de modo a sinalizar quem eram, o que pensavam, como brincavam ou como se organizavam cotidianamente. Novamente, é verificada como frequentemente a infância foi abordada no fluxo da história: com suas próprias histórias orientadas e contadas pelos adultos que as governam, como pontuou Becchi (1994).

Embora a presença infantil tenha sido modestamente apresentada na Revista Brasília, não significa que os indícios presentes no impresso invalidem ou empobreçam a construção histórica da infância no tempo da construção de Brasília, pois, conforme adverte Julia (2012), o historiador aprende a fazer flecha com qualquer madeira a ele disponível. Dentro dessa premissa, recorreu-se a análise da infância em ocasiões diversas, a exemplo da próxima imagem.

Figura 4 – Primeira missa celebrada na futura capital do Brasil.

Fonte: Revista Brasília - N.05, maio 1957, p. 10.

A Figura 4, assim como algumas outras que comparecem em edições da Revista Brasília, apresenta as crianças em eventos e solenidades diversas. A figura exibe duas crianças fotografadas, ao que parece de forma espontânea, com trajes semelhantes na ocasião da celebração da primeira missa em solo brasiliense. Sobre o evento, é destacada a ocasião da Santa Missa, porém sobre os presentes na celebração religiosa, há manifesto destaque para as autoridades que lá estiveram, no entanto, a presença infantil junto a homens e mulheres "comuns" é modestamente mencionada, tanto em imagem, quanto de modo textual.

Com relação a essa celebração religiosa, destaca-se que a solenidade ganhou todas as páginas da Edição especial de maio de 1957. Contudo, entre as laudas e em meio às imagens e textos, a ênfase era facilmente desviada para a construção da capital e a exaltação daqueles que estavam à frente do grande empreendimento. No entanto, a Revista Brasília sabiamente, ou estrategicamente, fazia entender que a ocasião incluía, quase que em unanimidade, o povo brasileiro, dentre estes homens e mulheres "comuns" e as crianças.

> [...] Afora *algumas centenas de convidados* especiais, que se transportaram em aviões comerciais e particulares, do Rio, de São Paulo e outros centros, as estradas que dão acesso a Brasília foram completamente tomadas por densa romaria, *por uma multidão de homens, mulheres e crianças* do interior, ansiosos por ver de perto, com os próprios olhos, o nascimento de uma nova era da civilização nacional - uma legítima redescoberta do Brasil [...] (Revista Brasília. A primeira missa em Brasília, 1957, p. 3, grifos da autora).

Dentro desse contexto de eventos e solenidades que manifestam a figura da infância, há uma outra notícia exibida na edição número 12 de dezembro de 1957. O evento que segue refere-se a uma ação social destinada às crianças pobres, que possivelmente eram filhos e filhas daqueles que foram tentar a sorte na nova capital, dada a precariedade de oportunidades em seus estados de origem. Muitos desses trabalhadores eram provenientes da região nordeste do Brasil.

> No dia 15, promovida pelo Núcleo das Pioneiras Sociais e sob os auspícios e direção de D. Coracy Pinheiro, foi efetuada uma distribuição de presentes de Natal às crianças pobres. Em frente à sede do Núcleo via-se uma artística árvore de Natal, toda enfeitada e iluminada com pequenas lâmpadas multicores. A distribuição, que começara às 7 horas nos guichês da sede da Caixa Econômica Federal, no andar térreo dos escritórios da Companhia, prolongou-se até às 12 horas. A fila das crianças contempladas estendia-se ao longo do edifício por cerca de 200 metros. D. Coracy dirigiu pessoalmente a distribuição, auxiliada pelas outras diretoras do núcleo. Foram contempladas nada menos de 1.680 crianças com idade até 12 anos. E foi esta a 1ª festa natalina das crianças pobres de Brasília (Revista Brasília. Distribuição de presentes, 1957, p. 21).

Durante a análise da fonte, quando da busca de imagens e notícias referentes à infância no marco temporal ente 1957-1960, nota-se modesta incidência de materiais, dentro da Revista Brasília, correlatos à infância. Por se tratar de um periódico destinado a uma finalidade diversa a de registrar a infância e as crianças em Brasília, nota-se indicativos de como elas interagiam no curso daquele contexto de construção da nova cidade. No entanto, e dada a finalidade do impresso, o cotidiano infantil no tempo da construção foi revelado pelo

periódico em sua superficialidade contribuindo, em muitas ocasiões, para um sentimento de homogeneidade da infância.

Dentro desse universo investigativo do cotidiano das crianças em Brasília, no tempo que precede sua inauguração, a Revista Brasília assinala uma informação referente à distribuição de presentes a crianças pobres, na sede da Caixa Econômica Federal e organizada pelo Núcleo das Pioneiras Sociais, ocorreram, inicialmente, duas considerações sobre a notícia. A primeira delas deu-se por se tratar de um evento direcionado para as crianças, uma vez que o impresso geralmente as reportava como figurantes em festejos direcionados ao público adulto, quanto a segunda consideração resultou do fato da festividade ser direcionada às crianças pobres, o que de sobremodo desconstruiu a sagaz representação de infância homogênea, subentendida em diversas ocasiões.

Sobre a desconstrução a respeito do construto geral de ideias presentes no impresso, que mais apresentam indícios conexos à existência de uma representação de infância homogênea, satisfeita, que acessava e transitava de modo comum espaços e ambientes sem estranhamentos ou que, talvez, mesmo havendo distinções, estas não comprometiam o idealismo onírico, geralmente exibido no periódico e em medida contraposto na própria revista em função da festividade então nomeada como, "1ª festa natalina das crianças pobres de Brasília", promovida pelo Núcleo das Pioneiras Sociais, sob direção da Sra. Coracy Pinheiro[10], esposa do então presidente da Novacap, Sr. Israel Pinheiro.

A respeito do Núcleo das Pioneiras Sociais[11], entidade assistencialista idealizada por Sarah Kubitschek e que desenvolveu um amplo trabalho de assistência social em Brasília, ainda antes da inauguração da cidade, promoveu o primeiro evento natalino dirigido às crianças pobres, conforme pontuou a Revista Brasília. Sobre o evento e o tipo de público por ele visado, pode-se concordar com Veiga e Gouvea (2000, p.145), pois observam que enquanto evento para a criança pobre, "[...] o Natal, era o dia da mais alta significação para o assistencialismo, era também o dia clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade".

[10] De acordo com informações disponibilizadas pela Agência Brasília (2023), página do governo do Distrito Federal, Coracy Uchôa Pinheiro chegou a Brasília ao lado do marido Israel Pinheiro, que fora empossado presidente da Novacap. Ainda de acordo com essa fonte, Dona Coracy Pinheiro comandava obras de ação social, dedicando-se as demandas dos necessitados, e junto com a Sra. Sarah Kubitschek fundou a Associação das Pioneiras Sociais.

[11] No ano de 1951, Sarah Kubitschek iniciou mobilização, junto a mulheres da alta sociedade mineira com intuito de arrecadar doações a pessoas necessitadas, na ocasião estava como primeira-dama do estado de Minas Gerais. A obra social ganhou impulso quando seu esposo Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República e em 22 de março de 1956 a Fundação das Pioneiras Sociais foi formalmente criada e passou a atuar dez estados brasileiros. Fonte: http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br/index.php/pt-br/imagens/pioneiras-sociais.

No caso dessa festividade para as crianças e tomando por nota as ideias de Veiga e Gouvea (2000) acerca do engajamento das esposas de reconhecidas personalidades diretamente envolvidas na construção da futura capital e o discurso reproduzido na Revista Brasília, parece interessante atentar-se ao indicativo de que o assistencialismo, enquanto ação social, opera como meio paliativo à atuação negligente do Estado, que no caso da infância pobre no período da construção da nova capital e com fundamento no periódico pesquisado, esta, a infância, opera como objeto de análise, ela revela-se invisibilizada no discurso nele vigente.

Nesse sentido, embora o impresso, na maioria das vezes, se restringisse à representação de Brasília como cidade, onde, talvez, as disparidades não existissem ou quem sabe não ocorressem de modo acentuado, na notícia ao enfatizar um evento direcionado às crianças pobres, há declarada evidência de que originariamente a cidade cultivava ao menos duas infâncias: a infância pobre e aquela não pobre, embora a ideia de homogeneidade da infância prevalecesse.

Passeando um pouco mais no universo das festividades apresentadas pela revista, onde a criança marcava presença em eventos sociais, a fotografia que segue é referente a ocasião do casamento de uma das filhas do presidente da Novacap, Israel Pinheiro, que ao contrário da notícia sobre o evento destinado a crianças, é veiculada com certo destaque. Nela aparece uma criança bem-vestida para a ocasião, aparentemente com pele de tom claro e cabelos lisos. Embora não seja possível averiguar sua identidade, classe social ou quem sabe grau de parentesco e ligação com os noivos, fica delineado, como observado por Brites (2000) na análise de impressos semelhantes de décadas anteriores, um ideal de infância com atributos de alegria, beleza e robusteza.

Faz-se pertinente notar sobre o registro da cerimônia de casamento, que ainda que se tratasse de um evento familiar, de uma importante figura naquele cenário de construção da nova capital, e que talvez o intuito da revista fosse apenas o de homenagear a figura pública do pai da noiva, e embora a captura da imagem não tivesse como foco a criança branca, que supõe ser a daminha, é notório o comportamento diferente do periódico ao considerar a notícia sobre a ‘1ª festa de natal para as crianças pobres’ e ao registrar o enlace matrimonial, visto que sobre o primeiro não consta sequer registro fotográfico daquelas crianças.

Figura 5 – Srta. Maria Regina Uchoa Pinheiro ao entrar na capela.

Fonte: Revista Brasília - N. 18, junho 1958, p.18.

De acordo com Anjos (2015, p. 271), "[...] na pesquisa historiográfica, a realidade representada em uma imagem fotográfica bem como os sentidos e significados que dela decorrem, só são compreendidos quando tomados como resultado da ação dos sujeitos que a constroem, propõe e a interpretam".

Frente a essa proposição de Anjos (2015), as imagens podem invocar representações, que quando usadas em impressos, por exemplo, e com vistas aos objetivos que motivaram sua existência, contribuem para a construção de aspectos de antemão ajuizados por alguém ou por um grupo. Tais intencionalidades podem ser observadas na Figura 5, em que, em meio à agitação das obras da cidade, encontra-se tempo para coisas da vida ordinária, como uma festa de casamento, dentro da qual uma criança toma parte nos festejos, ainda que se trate de bodas de alguém de relevo naquela sociedade em formação – a filha de Israel Pinheiro –, razão pela qual mereceu figurar nas páginas da Revista Brasília.

Afastando-se um pouco do universo da representação da infância em eventos e solenidades diversas, a Figura 6 parece refletir uma cena mais próxima da espontaneidade cotidiana, mesmo que não se possa afirmar em qual situação ela foi produzida.

Figura 6 – Crianças acompanhadas em frente a casas populares.

Fonte: Revista Brasília - N.26, fevereiro 1959, p.09.

A fotografia data de fevereiro de 1959 e sinaliza para a edificação de casas populares. Nela há mulheres e crianças no seu exterior, que confirma, por sua vez, o cumprimento das autorizações para construção de habitações e outras edificações, frequentemente noticiada pelo impresso. É possível observar também que, apesar da presença de quatro pessoas, à frente da moradia, a ênfase dada pela nota, conforme o esperado, não está nas mulheres e crianças, mas para a edificação da habitação popular construída pelo Estado e na seção notificada no periódico como "A marcha da construção de Brasília"[12].

Dessa forma, e mais uma vez, o editorial cumpre em suas páginas o objetivo basilar da sua criação, que é formalizar, prestar contas e convencer nacional e internacionalmente a opinião pública no tocante à relevância dos investimentos e andamentos das obras para "povoação" do centro do país. Sobre as crianças e mulheres apresentadas, nota-se que apenas figuraram na imagem, já que o coração da notícia se ateve em destacar as casas populares.

No entanto, ao recorrer a Barthes (2022) e a três aspectos que ele propõe em sua obra, *'A Câmara Clara: nota sobre a fotografia",* ele menciona três elementos que podem ajudar na construção e entendimento de uma imagem, os quais podemos tomar por nota para alargar a interpretação da mensagem enunciada pela Figura 6.

Barhes (2022) pondera três peças que constituem uma imagem fotográfica e atuam na sua constituição, bem como nos sentidos por ela produzidos, que são: o *operator*, que se

[12] A Marcha da Construção de Brasília, é o nome dado a seção da Revista Brasília, destinada a elencar fotos de obras concluídas ou em andamento, bem como notícias relativas a ações vindouras já autorizadas pelo poder público.

refere ao fotógrafo; o *spectator*, que diz respeito a quem observa a fotografia; e o *spectrum*, atribuído aquilo ou a quem é fotografado.

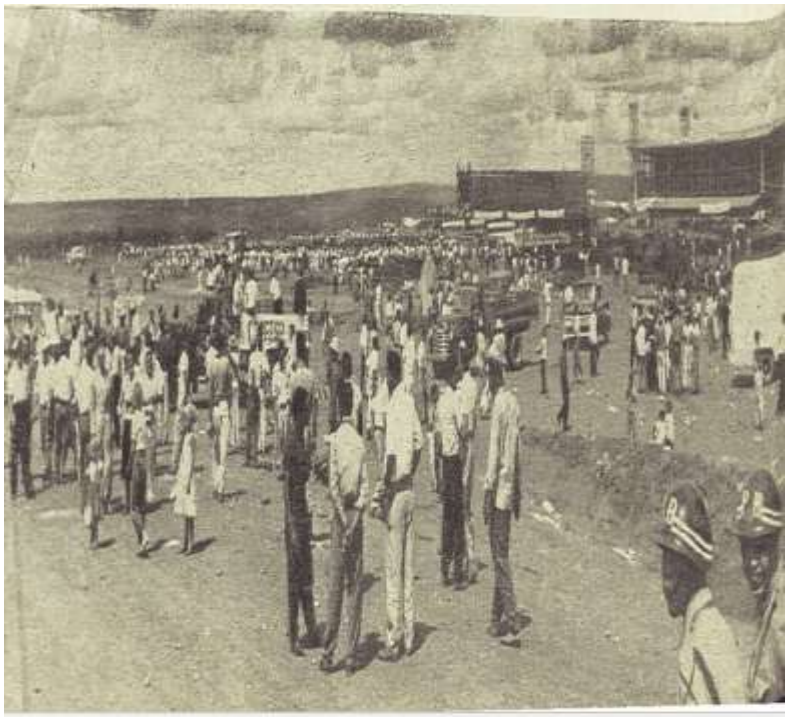
Sob o olhar de Barthes (2022), há indicativos, na Figura 6, de que o *operator* não tinha o objetivo de trazer como elementos basilares a mulher e as crianças, *spectrum*, contudo de posse de um olhar observador, *spectator*, com vista ao que se propõe esta pesquisa e aquilo que até aqui foi percebido quanto os objetivos do impresso, é que ainda assim, é possível depreender outras informações.

Naquilo que rege o cotidiano da infância, no momento que precede a inauguração da cidade, nota-se a simplicidade cotidiana, onde em algum momento do dia as crianças deixam o interior de suas casas para assim se porem em contato com o mundo exterior, seja para tomar um ar puro, conversar ou entreter-se com brincadeiras, uma vez que há uma bola na imagem fotografada, levando-nos a uma aproximação com aquele eventual dia a dia e a percepção de como se davam as interações sociais das crianças naquela época.

Cabe destacar que assim como a Figura 6, a Revista Brasília apresenta outras imagens que figuram crianças, mas que, porém, o destaque é dado apenas à notícia. As crianças lá estavam, mas aparentemente não foram notadas ou consideradas no contexto de notícia comunicado, como, por exemplo, quando acompanham manifestações ou posam ao lado de lideranças internacionais e nacionais.

Destaca-se, mais uma vez, que as crianças, embora não apontadas como pautas destas notícias, suas presenças indicam, de alguma forma, a participação delas em ocasiões diversas, como apontam as figuras 7, quando suas figuras comparecem numa manifestação por ocasião do Dia dos Trabalhadores, ou 8, onde três crianças com vestimentas, ao que tudo indica festivas, figuram na imagem em razão da visita do presidente do México, López Mateos.

Figura 7 – Manifestação na Praça dos Três Poderes - Dia do Trabalho.



Fonte: Revista Brasília - N.29, maio 1959, p.17.

Figura 8 – Visita do presidente López Mateos.

Fonte: Revista Brasília - N. 37, janeiro 1960, p.03.

Ainda que seja desafiador delinear as exatas conjunturas que estas fotografias foram criadas e construídas, Souza (2001, p. 78) alerta que o pesquisador, "[...] enquanto receptor da imagem, ele não pode desconsiderar os mecanismos implicados em sua recepção". Talvez

essa recepção se relacione tanto ao pesquisador, quanto aqueles que a observarão em algum momento, que no caso das fotografias impressas no periódico recomende, de maneira implícita, mensagens não tão notoriamente expressas, mas que endossam seus fins.

Neste caso, mesmo que o pesquisador não tenha o "poder" de afirmar a razão e o contexto gerador da imagem, contribui com a conferência e explicitação de elementos que puderam ser constitutivos desta e com isso aproximar-se das condições que originaram as imagens fotográficas. Convém pensar que na pesquisa histórica, não apenas com o trabalho com imagens, as fontes constituem-se como vestígios de um passado, também não sendo possível certificar, mas aproximar, por meios dos indícios das circunstâncias geradoras, sejam elas textuais, iconográficas ou de outra natureza.

Assim sendo e com intuito de apenas pausar, nesta seção, porém não ao longo deste estudo e daqueles vindouros, é que é feito o seguinte convite - retornar à reflexão sobre a provável sugestão por parte do periódico em relação ao prevalecimento de um sentimento e representação de homogeneidade da infância e vivencias nele pronunciados. A exemplo, e distanciando-se um pouco do universo fotográfico, é que a edição de n. 34, de outubro de 1959, traz um texto que assim confere:

> Engrandecer Brasília
> (Esther Martin)
>
> Brasília não é o presente. Brasília é futuro. E, por conseguinte, Brasília só poderá ser compreendida pelos clarividentes. Brasília é ação, é conquista, é força é sair da rotina. Brasília é, por conseguinte, das mentes fortes e sem preconceitos. Brasília é dos velhos, dos moços e das crianças. E' de todos, basta que queiram integrar-se naquela nova alvorada de viver e respondam «presente» a todas as exigências do futuro e das transformações [...] (Revista Brasília. "Engrandecer Brasília", 1959, p. 14).

O texto *Engrandecer Brasília* propõe uma cidade inovadora, livre, receptiva, com pensamentos fortes e despidos de preconceitos, apta a receber todas as pessoas, algo em tese bastante coerente ao se falar da capital de um país, pois presume ser inerente o contato constante com o diverso, seja de modo passageiro, em reuniões ou acordos, ou algo definitivo, como ocorreu com muitas pessoas que assim vieram residir no Planalto Central.

O escrito descreve ainda que "Brasília é dos velhos, dos moços e das crianças", mas que, para tanto, devam ansiar a agregar-se "[...] a todas as exigências do futuro e das transformações". Quais seriam essas exigências e transformações? Estariam elas claras a todos os presentes e futuros componentes desta Brasília descrita como ação, conquista e força?

Como cada geração, e de modo oportuno direcionada à infância, responderam "[...] a todas as exigências do futuro e das transformações [...]"?

Embora não seja possível uma resposta certeira em relação a sugestivos questionamentos advindos ao folhear as páginas do periódico, ao ler poemas ou textos diversos nele presentes, o que de mais evidente verifica-se é o fato de ter ocorrido um sutil planejamento para a infância, bem como a todas as outras gerações, mas que, contudo, foram projetadas em aspectos mais no âmbito do idealismo que da realidade. No entanto, nota-se por ele como a infância foi considerada, sugerida e esteve interligada como futuro da capital, mas ainda assim não suficiente para agregar uma diversidade de realidades que indicava despontar.

O nascimento de Brasília pode ter concebido um audacioso passo na história nacional em vários aspectos do desenvolvimento social, histórico e econômico, contudo, as imagens e textos não remetem a mesma "audácia" em considerar a população infantil dentro de suas particularidades e diversidades, além de deixar subtendido em várias proposições do impresso a correlação desta geração às aspirações para o futuro.

No periódico, suas convidativas folhas, muitas em preto e branco, sugestionam ainda o entendimento que da edificação à população, seja ela adulta ou infantil, fosse necessário simplesmente o bom manejo administrativo, com o fim de alcançar a quase perfeição daquela cidade que estava prestes a nascer no Planalto Central.

No presente e futuro estariam estas crianças, quase que automaticamente, impelidas a se amoldarem ao ordenamento exemplar brasiliense? Ocorre é que independente de qualquer ordenamento, e que embora os registros da Revista Brasília cooperem para tanto, o que se pode tecer é que, ainda que a infância a viver no planalto estivesse sendo contemplada de forma homogênea e predelineando seus sujeitos, de algum modo, em algum momento ou lugar nos seus cotidianos estariam a construir e a reinventar modos diversos, sejam a partir de suas origens, das suas vontades individuais ou ainda daquelas constituintes de suas trocas de conhecimentos entre as diversidades, que certamente daria origem a culturas ou tradições próprias de uma cidade que aos poucos, embora temporalmente rápida, estava a se erguer.

Para Chartier (2002), refletir uma história cultural do social que apresente o entendimento das representações do mundo social, mesmo que à revelia dos atores sociais, revela posicionamentos e empenhos, "[...] traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse" (Chartier, 2002, p. 19).

A partir dessa verificação e o diálogo deste estudo com a história cultural, junto aos indícios presentes na Revista Brasília, devidamente elencados e fundamentados dentro de uma

sugestiva intencionalidade nela identificada, é que se fundamenta a ideia de não apenas uma cidade planejada em sua arquitetura, bem como seus moradores, contudo, de maneira singular à infância, por ser percebida pelo adulto como o futuro dentro de uma homogeneidade conferida a essa geração.

Ao considerar a infância como espaço tempo que se distingue da vida adulta e tem como sujeito desse tempo a criança, faz-se de grande valia recorrer ao que Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004, p.15) apresentam quando pontuam que a história da infância "[...] seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade [...]", enquanto a história da criança constituiria a história das relações dos sujeitos da infância, as crianças, entre elas, adultos, meios e culturas.

Nesse sentido, por mais que aconteça uma projeção de representações dirigidas a uma infância idealizada, em que a revista examinada permite inferências, ao longo das suas edições, ao apontar indícios por vislumbrar determinada infância ou mesmo crianças, há uma linha tênue entre o "ideal" e o real, entre aquilo que se idealiza e a realidade, que no caso de Brasília configura em suas origens uma ampla gama de diversidades a ocupar, residir e construir o novo, que em se tratando de interações sociais, pode desviar-se daquilo aparentemente idealizado nas publicações. Ainda que seja possível perceber a presença da infância na Revista Brasília, mesmo que com sutileza, não é notável a sua centralidade quando apresentadas em textos e imagens.

Aventurar-se na historiografia da infância de Brasília é deparar-se com um fértil terreno. Aqui escolhemos o caminho da história que considera e se constitui de ambiguidades, sucessos, retrocessos e coadjuvantes que ora assumem ou não papel principal em determinadas narrativas, momentos e meios que nem sempre são conhecidos ou contados por aqueles que se propõem a descrever a história ou as histórias.

Sobre a infância, o que se sabe com base no balanço historiográfico, apresentado no primeiro momento da pesquisa, é que corresponde até então a uma minoria de estudos, narrativas e conhecimento histórico a seu respeito, haja vista a jovialidade de campos de pesquisas que se comprometem a pô-las como atores que interagem, modificam e se manifestam de maneira socialmente ativa como qualquer outra geração.

No caso de Brasília e o que é aceso nas páginas da Revista Brasília, abrevia as vivências da infância atrelando-as à escola, que será objeto do próximo capítulo, principalmente naquilo que toca ao conteúdo escrito, enquanto naqueles iconográficos estiveram em maior grau os registros em eventos sociais diversos, de modo especial aqueles que marcam os adultos como protagonistas ou a solenidade em si.

Essa possível infância que devesse se amoldar a nascente cultura brasiliense e que por ventura viesse compor a uma representação social "ideal" de sociedade e de convivências, sem que para tanto fossem levadas em consideração a historicidade que cada criança já trazia a partir de suas famílias e vivências cotidianas, pode ter configurado como um obstáculo para a suposta representação da infância brasiliense aqui sugerida, sobretudo quando interrogamos o sugestivo planejamento ou não planejamento da infância, de forma que as crianças moradoras desta localidade tenham constituído uma infância compreendida, ou não, a delineada disposição organizacional da cidade.

Nesse momento, a análise do periódico sugere, também, indicativos de que já não seria mais possível sustentar a representação de uma infância homogênea, pois, como já depreendido noutra ocasião, haveria ao menos duas infâncias dentro dos limites geográficos do novo Distrito Federal, como aquela pobre e a não pobre, como confirmou nota sobre a primeira festa de Natal para as crianças pobres de Brasília.

1.2 Infância no cotidiano da implantação de Brasília (1960-1967)

A pesquisa em tela concentra-se agora em investigar as representações de infância no cotidiano da implantação da nova capital. Neste período, em termos nacionais, o Brasil apresentava como principais pretensões o desenvolvimento industrial, econômico e a urbanização, sendo este o contexto que se dá a inauguração de Brasília.

Nessa sequência, lembra-se que paralela à euforia e perspectivas com a nova capital, cuja história em alguns momentos confundia-se com a do então presidente Juscelino Kubitschek, houve após a sua inauguração, em 21 de abril de 1960, o fim do mandato de JK, a "Era JK", cenário que deu espaço a sucessores emblemáticos, como Jânio Quadros e João Goulart.

Conforme descreve Villela (2005, p.26), "[...] a inesperada renúncia de Jânio Quadros ajudaria a agravar a crise econômica que, sob Goulart, se misturaria a um quadro político que se deteriorava rapidamente". Ainda de acordo com Villela (2005, p. 26), "[...] agora, mais do que nunca, polarização política e crise econômica produziriam um coquetel letal. Ao final, o país assistiria à deposição de João Goulart, pondo fim pela força, a crise política".

Outro evento ao longo desse recorte temporal foi um referendo, em 6 de janeiro de 1963, quando a população escolhia o presidencialismo como sistema de governo. Segundo Villela (2005), decidiu-se o retorno do sistema presidencialista, que fora substituído pelo

parlamentarista quando da deposição de João Goulart. A conquista de uma copa do mundo de futebol, neste mesmo ano, constituiu-se em um acontecimento que pode ter gerado um sentimento nacionalista e de explosão cultural, que junto a recém passagem da figura de JK na presidência, emoldurou as representações do imaginário coletivo.

> A figura de JK, inclusive, serve para emoldurar uma certa nostalgia que ainda cerca a percepção coletiva daqueles tempos, até hoje lembrados como uma espécie de "era de ouro" tropical. Afinal, com a nova capital, Brasília, inaugurada em 1960, o mundo assistiu ao apogeu da arquitetura modernista brasileira. Culturalmente, explodia a Bossa Nova, o Brasil ganhava sua primeira Copa do Mundo de futebol (na Suécia) e o Cinema Novo estava prestes a despontar (Villela, 2005, p. 26).

Durante o espaço tempo aqui demarcado, Brasília e o Brasil conviveram, ainda, com um golpe civil-militar, decretos que dispunham sobre Atos Institucionais, também conhecidos como AI's. Paixão (2020) diz que foi muito clara a intenção, no regime militar brasileiro, de confirmar uma extensão jurídica às ações de força realizadas desde sua apoderação ilegal, com a deposição de um Presidente da República eleito pelo povo. Assim sendo, entende-se que a legislação foi usada como um dos mecanismos para o sucesso do golpe, a partir da interpretação das leis conforme conveniência.

Sobre o ano de 1967, que assinala o final da delimitação histórico temporal deste estudo, é marcado pela promulgação de uma nova constituição, a imposição da censura prévia, a partir da chamada Lei da Imprensa e com ela o controle de informações e conteúdos que circulavam dentro e fora das redações, emissoras de rádio e televisão da época. Reimão (2014) dispõe que a Constituição outorgada em 1967 legitimou a censura e a concentração das práticas do Governo Federal, que "[...] quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizadas no governo federal" (Reimão, 2014, p. 76).

Nesse contexto geral da história do país é que sinaliza a história da infância no Distrito Federal e cuja fonte analisada traz vestígios da existência de representações pré-estabelecidas com relação ao que se esperava desta categoria geracional. Deste modo, pode-se dizer que emerge um novo contexto histórico e social para adultos e crianças, já que a cidade, antes em "gestação", oficialmente nasce.

A partir de então, a Revista Brasília contribui com elementos para entender, ou inferir, os aspectos cotidianos da infância brasiliense ou moradora de Brasília, em seus primeiros sete anos de existência. Faz-se importante destacar que, embora todo o panorama e contexto histórico nacional anteriormente apresentado, o periódico, de um modo geral, pouco sinaliza

aos leitores sobre fatos para além da propositura de sua criação. Logo, o cenário de crise após o mandato de JK, que trouxe limitações ao seu sucessor, não é exposto pelo impresso, enquanto com relação ao Golpe civil-militar é exibido como uma revolução heroica que livrou o país de uma temida ameaça comunista.

Com esse cenário, as publicações apresentam uma infância em aparente harmonia com os propósitos decerto pretendidos para organização da nova capital, que ultrapassavam o viés do espacial e administrativo, mas entrelaçavam estes aos do plano de porventura intervir, de maneira otimista, na imagem daqueles que consumiam o impresso ou dos que já habitavam Brasília, ao comunicar a representação de suposta construção social harmônica, paralela à realidade que o país estaria vivendo.

Esta constituiria uma possível representação social, transmitida pelo impresso e análoga à realidade, que Chartier (2002, p. 18) aborda dizendo que: "[...] as representações são sempre as matrizes de discursos e práticas diferenciadas [...] que tem por objetivo a construção do mundo social e como tal, a definição contraditória das identidades, tanto a dos outros como a sua".

Não à toa que é possível notar que, de um modo geral, os textos inclusos nesse marco histórico temporal são, de algum modo, suprimidos pela aparente troca por imagens. No que toca à infância no dia a dia, ocorreu um fluxo editorial que continua, a exemplo do período examinado anteriormente, a anunciar um ar de funcionalidade e bem-estar. Se durante a construção esse bem-viver dava ares de estar previsto ou subtendido no impresso, com a inauguração da capital as imagens nele apresentadas apontam para o auge daquela realidade construída ou quem sabe o retrato de uma aspiração realizada com o mais elevado grau de sucesso.

A imagem que segue, a exemplo, constitui como notória esta ideia sugerida pela fonte, que segundo ela, o colorido, a arborização e a harmonia abrangem a infância, aos adultos e talvez todas as pessoas.

Figura 9 – Brasília e seu colorido particular.

Fonte: Revista Brasília, Nº Especial, abril de 1966, p.29.

A fotografia apresenta crianças brincando sob o olhar de alguns adultos, mas, assim como durante a construção, não é dada maiores informações sobre os atores que figuram a imagem. Ela não dispõe sobre quem são as crianças ou de onde são, se moradoras daqueles arredores, localidades próximas, ou visitantes.

Possivelmente, essa comunicação pretendia não a demonstração daqueles que dão vida à cidade, mas ao fato de a cidade dispor de boa infraestrutura, que conforme trecho referente à imagem, evidencia vitalidade, amor à vida, alegria e disposição esportiva, conforme adjetiva a própria fonte.

A informação imagética construída por esta fotografia colorida e bem apresentada pela Revista Brasília destaca, em parte, a compreensão do cotidiano infantil deste período para uma realidade ali pensada. Embora nem sempre convergindo com a realidade, é importante destacar que a imprensa exerceu um papel fundamental naquilo que reverbera sobre a visibilidade das crianças como sujeitos sociais, que, examinada em perspectiva historiográfica, possibilita a reflexão e o conhecimento de como essa geração foi abordada e compreendida ao longo desses anos.

Há estudos, como aqueles apresentados no levantamento historiográfico, que perceberam a ação das representações sociais na imprensa, a partir daquilo que esperava da infância em dada ocasião da história, como parece ser o caso das crianças da nova capital nas páginas da Revista Brasília ao divulgar a população infantil.

Conforme o levantamento historiográfico aqui desenvolvido, Anjos (2016) reflete o papel dos impressos e a força produzida por eles sobre a sociedade ao, por exemplo, estimar ou superestimar modelos de atraso ou progresso social, quando num dado momento da história este estudo referente à construção da impressa periódica do estado do Paraná, destaca que naquele contexto por ele apresentado, século XIX, possibilitou a percepção de indicativos das relações entre adultos e crianças, a esse tempo, de modo que na época os conteúdos foram empregados, também, como veículo para denúncia, como ele assim apresenta:

> Da leitura contínua desses periódicos– ou, ao menos, daqueles que chegaram até nós no tempo – fica evidenciado que essa imprensa periódica assumia para si o papel de força concreta de ação no presente em que era produzida, levando a sociedade paranaense de um estágio de atraso a outro de progresso e desenvolvimento, no compasso dos modelos de sociedade tidos por civilizados. Nesse ímpeto por transformar, pronunciava-se sobre os mais variados aspectos da vida dos seus leitores, um dos quais, o das relações entre adultos e crianças, ora denunciando certos tratamentos dados aos pequenos, ora valorizando os que considerava adequados ao tipo de sociedade moderna que ali se queria construir (Anjos, 2016, p. 258).

O estudo de Anjos (2016) permite a percepção, ou ao menos a dedução, de que os impressos ao longo da história não foram isentos nas suas produções, de modo que mesmo de maneira aparentemente isenta, propagaram e interviram nas construções e percepções sociais em diversos momentos da história.

Até aqui pode-se observar que a Revista Brasília pode ter se apropriado, a partir da inauguração da cidade, não mais para a comunicação oficial destinada ao convencimento da significância da edificação e transferência da capital do país para o Planalto Central, mas, dado o estabelecimento da cidade, as edições se dispuseram a não salientar nada tão próximo às fragilidades políticas, sociais e ideológicas que acenava a conjuntura do Brasil nesse período.

Neste momento, no periódico, as crianças parecem se constituir como o futuro, não sendo dada suas importâncias naquele momento. Em suas páginas é comum serem noticiadas, aparentemente, alheias a situações próprias da infância ou a acontecimentos que de fato refletissem seus cotidianos e vivencias infantis.

Por outro lado, embora não em muitas ocasiões, foi possível perceber a participação infantil não mais como meras acompanhantes dos adultos em eventos sociais genuinamente organizados para estes. Ainda que em modesta proporção, o periódico exibiu a ocorrência de celebrações voltadas à população infantil da cidade, como destaca nota da edição de n. 41, de maio de 1960, que assim destaca:

> [...] no dia 22, às 9 horas, sob o patrocínio da sra. Sarah Kubitschek, realizou-se a Festa da Criança, homenageando os filhos dos trabalhadores de Brasília, sendo ainda inaugurado pelo sr. Juscelino Kubitschek um Centro de Reabilitação [...] (Revista Brasília. “A inauguração de Brasília”, 1960, p. 2).

A nota faz menção a uma festa para as crianças, com o propósito de homenagear os filhos dos trabalhadores de Brasília, como reporta o episódio impresso naquela edição. A inauguração do centro de reabilitação informado deu-se no dia 21/04/1960 e se refere ao espaço atualmente conhecido pela população do Distrito Federal como Hospital Sarah Kubitschek.

Dentro desse contido informe, que é parte de uma notícia direcionada a anunciar os ocorridos quando da inauguração de Brasília, mais uma vez não se obtém maiores apontamentos sobre o evento, quais atividades foram realizadas, a faixa etária dessas crianças, sexo ou claramente de onde provinham, enfatizando apenas que o evento aconteceu no dia 22/04/1960 e foi direcionado às crianças filhas dos trabalhadores de Brasília. Provavelmente, estes trabalhadores tratavam-se daqueles que alicerçaram e ergueram as edificações de Brasília.

Ainda tendo como referência o fragmento da notícia, é possível notar, de um modo geral, que as produções relativas à infância e seus atores são registradas a partir das palavras de outra pessoa, mas que, embora pouco ideal e com ressalvas, há um valor contributivo que possibilita cada vez mais o olhar para a inserção das crianças como produtoras de histórias e culturas, num dado momento e espaço.

Recorrendo mais uma vez a Becchi (1994), faz-se indispensável lembrar a existência da infância a partir de um mundo determinado pelo adulto ou frente à retórica daquele não pertencente à infância. Infância que traz por si só, na nomenclatura, o indicativo daquele/daquela que não pode falar, exalando de tal modo como a palavra, a forma como estas são empregadas, a produzirem representações nem sempre próximas a realidade. Deste modo, a historiadora e pedagoga italiana Egle Becchi (1994) reflete que:

> A infância existe, portanto, no reino da palavra "outra". Da palavra que se quer dotada de poder, não só porque fala daquilo que não fala, mas também enquanto deve "fazer falar" quem não é ainda capaz de palavra; e que para exercer tal poder utiliza meios e artifícios retóricos. Um primeiro e fundamental sinal de tal domínio é que o não-adulto, em boa parte das línguas neolatinas e também em inglês, se apresenta sob forma de metonímia: de fato, infante deriva de in-jari (= que não pode falar) onde uma parte (a incompetência linguística) designa o todo. E não se trata somente de uma metonímia pura e simples, porque é expressa em negativo (infanzia), é uma metonímia com valor de litotes (Becchi, 1994, p. 64).

Dentro deste contexto há a possibilidade de conferir uma dada supervalorização do adulto em relação à criança, à idade adulta sobre a infância, ao passo que a infância é idealizada por um não falar, um não gerar e um não produzir. Sob esta construção, alicerçada no olhar do adulto, impera a ideia que ela essencialmente só reproduz ou só constrói a partir daqueles que falam por elas e para elas.

Fato questionável, à medida que a infância se refere, a priori, a uma fase com necessidades e construções próprias. Assim, mesmo que existisse um "manual de existência infantil", representações, falas, palavras ou perspectivas sobre essa fase e os atores dela, dentro das suas relações com os pares e seus meios, haverá em alguma medida manifestações próprias de cada criança, dos seus meios, com trocas e construções com aqueles que compõem os ambientes que transitam na infância.

É com esse olhar, a partir de imagens aparentemente mais casuais, mesmo que não se possa revelar quais as eventuais trocas e interações por traz destas, é que se identifica a supervalorização da mensagem expressa em relação àquela não revelada, como sugere a próxima imagem.

Figura 10 – Parque recreativo para uso dos moradores e Jardim de Infância.

Fonte: Revista Brasília, Nº 43, julho de 1960, p.08.

A Figura de número 10, aqui apresentada, ao que tudo indica propõe uma cena do cotidiano das crianças de um conjunto de casas populares. Ela é parte de uma edição datada de julho de 1960, dois meses após a inauguração de Brasília, e situa-se como composição de

uma matéria com título, *Minha experiência de Brasília*, que neste número trouxe uma carta com as memórias de Oscar Niemeyer, relacionadas ao processo de construção da nova cidade, na qual ele inicia partilhando ensinamentos, experiências e dificuldades até chegar ao momento de inauguração.

A imagem aqui disponibilizada é parte de uma sequência de fotografias que ilustram o relato de Niemeyer à Revista Brasília, sobre suas vivências pessoais e coletivas para assim erguer a cidade, que por ele foi descrita como: "[...] uma cidade que surgia como uma flor naquela terra agreste e solitária." (Niemeyer, 1960, p. 4). Com a localidade oficialmente entregue como capital do país, Niemeyer rememora personagens que deram vida à formosa arquitetura planejada, seja pondo as mãos à obra, seja discutindo, planejando ou decidindo questões técnicas e administrativas.

A essa altura, com a cidade já erguida e diante da Figura 10, é que um trecho da fala do arquiteto revela questões aparentemente não anunciadas em momentos anteriores à inauguração. Niemeyer (1960) recorda que os sentimentos vividos foram dignos da monumentalidade requerida pela capital, conforme ele adjetiva, mas que, porém, toda aquela monumentalidade, a exemplo do seu Plano Piloto, não seria plenamente acessível a todas as pessoas.

> Constrangia-nos apenas verificar que para os operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva, e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nesse ponto com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de resolver na prancheta, mesmo apelando - como alguns mais ingênuos sugerem - para uma arquitetura social que a nada conduz sem uma base socialista (Niemeyer, 1960, p. 6).

Embora a estrutura arquitetônica de Brasília possibilitasse uma convivência "igualitária", entre os blocos, em meio às quadras, nos parquinhos e nas áreas de habitação coletiva, era claro e real para Niemayer (1960) que as divergências sociais da época abrangiam uma problemática que expandia os apelos do projeto para edificação desta cidade, sendo problemas não passíveis de serem rompidos com uma arquitetura moderna e, em certo grau, "inclusiva", mas com uma estrutura social que possibilitasse condições justas a todas as pessoas.

Com esse viés e reportando-o à infância daquele momento de inauguração, e a imagem apresentada, em conjunto com a reflexão do arquiteto Oscar Niemeyer, é verificado que o

periódico neste momento, mesmo que por meio de um outro falante (Oscar Niemeyer), não omite a fragilidade e divergências sociais de então, que em alguma medida impactaria as vidas das crianças filhas dos trabalhadores, embora a fotografia insinue, talvez, como algo não tão impactante ou de mais fácil solução, bastando apenas um espaço que proporcionasse um convívio comum aos habitantes de Brasília.

Outro aspecto um tanto rico e suscetível pela fotografia encontra-se na sugestiva liberdade das crianças fotografadas, na qual avistamos ao fundo dois adultos então capturados pela imagem. O impresso ao longo das edições analisadas não contabilizou os parques públicos efetivamente entregues à comunidade, no entanto, depreende-se pela análise do periódico que a existência destes constava no projeto urbanístico da cidade. Sobre o parque recreativo disposto pela foto, a revista dá a notícia de que ele supria as necessidades de uso de moradores e jardim de infância, não dispondo detalhes como a exata localização do Jardim de infância, bem como a do parque.

Dentro dessa perspectiva da Figura 10, os brinquedos desse parque chamam a atenção devido ao seu tamanho, que a exemplo do escorregador, parece ter uma altura não compatível a do público destinado, mas que, mesmo assim, nota-se ao fundo crianças brincando nestes brinquedos e outras construindo o seu próprio brincar, como as duas primeiras crianças da foto que manuseiam a areia na companhia de seus baldinhos.

Alinhada à hipótese de que a Revista Brasília propõe uma representação de infância, que se assemelha ou confunde-se com a forma como foi idealizada a cidade, somada a aspectos pouco robustos do cotidiano dessa geração, as publicações neste momento direcionam os leitores à percepção que a moderna e recém-inaugurada capital tenha seu olhar direcionado para o futuro. De repente, a infância que nela transita seja estabelecida a partir de singularidades que definem o papel social de cada geração, cada faixa etária ou a cada membro da família.

Em linhas gerais, as publicações analisadas dão indicativos de delinear diretivamente o papel e o lugar de cada um no cotidiano local, o que desencadeia um certo paradoxo envolto aos elementos "propagandísticos" que "vendiam" a ideia de uma cidade justa e igualitária para todas as pessoas, nos primórdios da construção da cidade e primeiras edições do periódico.

Em dados momentos, o impresso dá ares do quão necessário é definir os papéis e o lugar de cada um. Em uma das edições, é explanada a seguinte locução – "a filha passeia com

o seu Totó exigente e o pai com o bebê", que, de acordo com a fonte, são elementos cotidianos das superquadras[13].

Figura 11 – Cada qual com sua tarefa.

Fonte: Revista Brasília, Nº Especial, abril de 1966, p.52-53

Figura 12 – Cada qual com sua tarefa - o pai passeia o bebê.

Fonte: Revista Brasília, Nº Especial, abril de 1966, p.52-53.

[13] De acordo com Reis (2015, p.10), "A superquadra é a mais importante contribuição de Brasília à história do urbanismo mundial. Lucio Costa, ao romper com a estrutura do quarteirão convencional, abrindo-o e transformando-o em um amplo bosque entremeado por blocos residenciais multifamiliares, de até seis pavimentos em pilotis livres, liberando o chão para uso público indistinto, concebeu uma nova maneira de morar em área urbana, estruturada no que ele denominou de escala residencial ou cotidiana." Fonte: Superquadra de Brasília Preservando um Lugar de Viver, IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/cartilha_unidade_vizinhanc%CC%A7a_iphan_df.pdf.

Diante dessas imagens, observa-se uma cena que se queria representar como aparentemente comum à população das superquadras, cujas crianças usufruem de áreas verdes e passeios com seus tutores e animais de estimação, o que dialoga muito bem e em mais alto grau com as ideias que comparecem na maioria das publicações do periódico analisado, pois afinal: o que se esperar de uma cidade sonhada e idealizada em seus detalhes?

Por se tratar da análise dos indícios presentes em uma produção fotográfica e com provocações acendidas frente ao contexto histórico e social a que se refere o período analisado, convém dialogar com Brites (2000) quando discorre que "[...] o universo da fotografia na infância está articulado a outras preocupações constantes quando fala de criança: saúde, educação, religiosidade, lazer e moda [...]" (Brites, 2000, p. 161).

Segundo seu esclarecimento e tendo em vista as fotos institucionais, Brites (2020) pondera, acompanhando o exemplo dos parques infantis da cidade de São Paulo[14], das décadas de 1930, que a partir do propósito no qual a imagem foi criada, esta assume características e finalidades diversas, por se tratar de uma produção social. Uma imagem de um parque infantil com diversas crianças juntas numa mesma imagem, pode conter uma mensagem institucional diversa daquela produzida, por exemplo, em um estúdio em meio a pompas e adereços.

Assim sendo, ao se alcançar os detalhes das figuras 11 e 12, nota-se a área verde das quadras projetadas da cidade. Estes locais permitem seu uso por moradores e por todos aqueles que circulam pela quadra ou entre elas, constituindo-se como espaços de circulação e socialização. Ao fundo da Figura 11, atrás da criança que transita com o cachorro, pode ser visualizados os pilotis[15], elemento característico da moderna arquitetura da cidade, no qual o espaço abaixo dos prédios por ele propiciado foi, e ainda é bastante utilizado como ambiente para brincadeiras entre as crianças.

O Iphan (2015, p. 71) percebe esses espaços como locais onde "[...] crianças brincam, adolescentes tocam violão, jogam, namoram, conversam e leem com maior conforto e

[14] Sobre os parques infantis implantados na cidade de São Paulo na década de 1930, foram instituições que promoviam a socialização de crianças, a partir de atividades diversas. Segundo Ferreira e Wiggers (2019), estas instituições tinham uma concepção higienista, característica da época, tendo em vista as mudanças de comportamentos e os novos modos de vida nas cidades. Nesse sentido, os parques infantis ofertavam atividade artísticas, culturais e recreativas. Ainda para estas pesquisadoras, e de acordo com as fontes por elas pesquisadas, os parques infantis, se constituíram como, "um espaço e um tempo de sociabilidades entre as crianças, bem como de encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e as culturas do mundo adulto". (Ferreira; Wiggers, 2019, p. 1), embora tenham verificado, também, um viés disciplinador, conforme sinalizam.

[15] Segundo cartilha do Iphan (2015) os pilotis "[...]se refere tanto aos pilares em si quanto ao sistema construtivo, no qual a edificação fica suspensa sobre colunas criando um espaço livre no pavimento térreo das edificações. Recurso formal típico da arquitetura moderna, é utilizado em Brasília para constituir uma área de uso público, convivência e circulação, em contraposição aos espaços privatizados dos edifícios assentados no chão [...]" (Iphan, 2015, p. 71).

segurança [...]". Tendo em vista isto e com olhar às figuras 11 e 12 é que se verifica a importância desses locais e das áreas verdes, apresentadas pelas fotografias, para as crianças, já que são espaços dados não somente para o passeio com o cachorro ou do adulto com o bebê, conforme enumera o periódico, mas por valerem-se como locais propícios para interação, construção e experimentação de vivências infantis.

Pelo fato da Revista Brasília ser uma publicação institucional e ao predicativo atribuído à imprensa periódica como mecanismo que intervém na formação dos entendimentos da opinião pública, ela pactua com o Estado que a criou, para acenar majoritariamente sobre apreciações positivas a respeito da recém inaugurada Brasília, seja por meio de acenos visuais ou textuais, seja sobre a infância como geração ou as crianças enquanto personagens que dão vida à infância nela apresentada, sob a aparente máxima da homogeneidade de direitos, características e oportunidades, não destacando, por exemplo, a infância que compunha o cotidiano nos arredores como aquela, ou aquelas, procedentes das recém criadas cidades satélites[16], assim nominadas na época.

As imagens que seguem compactuam, de algum modo, como vestígios do suposto cenário construído e idealizado acerca do cotidiano infantil das crianças moradoras de Brasília. A primeira imagem, sob esse contorno, trata-se da ênfase dada pelo número comemorativo às realizações denominadas na matéria intitulada "Setor Hospitalar", de abril de 1961.

[16] Atualmente o termo "cidades satélites" encontra-se como não usual, porém ainda a época da construção de Brasília, foi notado que o plano piloto original não comportaria, ou seria acessível, a todos aqueles que talvez pretendessem habitar a nova capital, o que em certa medida e para alguns estudiosos pode ter constituído um equívoco naquele planejamento ao determinar a criação de novas cidades nos arredores do plano matriz. Para Derntl (2016), "Numa visão corrente, as cidades-satélites são tidas como a principal falha na criação da capital e o motivo de descaracterização da sua ideia original. A oposição entre um centro planejado, o Plano Piloto, e uma periferia desordenada, as cidades-satélites, é a tônica de muitos escritos sobre Brasília. Essa oposição costuma estar associada a outras dicotomias: plano e realidade, ordem e desordem, formalidade e informalidade." (Derntl, 2016, p. 369).

Figura 13 – Setor hospitalar.

Fonte: Revista Brasília, Nº Comemorativo do Primeiro Aniversário, abril de 1961, p.21

A nota textual, que precede a Figura 13, descreve que nas proximidades da Plataforma Monumental da cidade, além de outros setores, constitui-se, também, pelo Setor Hospitalar de Brasília, com ampla e planejada rede hospitalar composta pelo Hospital Distrital, uma unidade Hospitalar Rural e ainda o Hospital Satélite.

Tal nota discorre sobre a estrutura monumental de saúde inserida na região central, e posterior as apresentações deste seguimento retrata uma série com seis imagens em torno das edificações hospitalares, sendo a primeira delas a fotografia de duas crianças, que de acordo com a abordagem textual do informe, corresponde a um aspecto da creche do Hospital Distrital, destinado, a priori, a assistência médica de rotina, cirurgias, obstetrícia, socorros de emergência e serviços ambulatoriais.

Mais uma vez, torna-se interessante a ênfase dada a uma das nuances dos aspectos cotidianos brasilienses inseridos na Revista Brasília, no caso o sistema de saúde, de tal modo que, apesar de a imagem infantil constar como a primeira da "fila" de imagens fotográficas, nenhum aspecto relacionado aos cuidados para com a saúde das crianças foi caracterizado ou como se davam os cuidados médicos destinados a elas, embora faça-se entender a existência deste tipo de atendimento no então Hospital Distrital.

Nesta ocorrência fotográfica são apresentadas duas crianças: uma sentada em um berço e a maior numa cama hospitalar, que mesmo de sapatos está posta neste leito. Essa situação

sugere que a imagem foi obtida com o propósito de figurar como meio de divulgação daquele hospital e pontuar aptidão do sistema hospitalar local para atender as crianças.

Nesse sentido, a fotografia foi utilizada para construir uma representação, junto à opinião pública, sobre aquele sistema hospitalar que indica acolher as necessidades da infância, corroborando com Mauad (2008, p. 42), por ver a fotografia como valoroso mecanismo para "[...] contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios [...]", que no caso de Brasília poderia estar envolto a um ideário de classe média e não as classes populares.

Noutra edição, também comemorativa, mas agora condizente ao segundo aniversário da capital do Brasil, datada de abril de 1962, a Revista Brasília compartilha imagens que dialogam com o dia a dia da infância.

Figura 14 – Dia de sol, dia de piscina.

Fonte: Revista Brasília, Nº Comemorativo do Segundo Aniversário, abril de 1962, p. 35.

Essas imagens tocam as práticas de atividades físicas e ao lazer. Deste modo, a Revista Brasília, n. 53-64, p. 35, do mês de abril de1962, traz a seguinte nota: "A natação é o esporte preferido em Brasília. Nas piscinas localizadas entre as Unidades de Vizinhança, a criançada se diverte, dentro dos princípios do "Mens sana in corpore Sano" (Revista Brasília. "Dia de sol, dia de pscina", 1962, p. 35).

Ao unir essa afirmativa com a Figura 14, o informe comunica ainda que dentre as preferências de lazer pela criançada brasiliense está a natação, o que por ora podemos supor

não agregar todas as crianças, como aquelas residentes em localidades para além do plano piloto da capital. Essa comunicação fotográfica dialoga com Brites (2000), pois ela avalia que as fotografias da infância no construto da impressa podem ser "[...] consideradas como referenciais importantes na construção de uma infância idealizada" (Brites, 2000, p.163), reflexão esta que se relaciona com algumas imagens sinalizadas neste estudo.

Ainda de acordo com Brites (2000), essa idealização transita os mais diversos predicados imaginados pelo mundo adulto, representado pelas figuras da imprensa ou Estado, que por sua vez, veiculados nesta imprensa periódica, tentam modular comportamentos, a partir das representações nela expressas, como aquela que toca a aparência física ao, geralmente, mostrar um padrão relacionado ou socialmente construído de criança bela ou transitam em meio a representações dos aspectos em torno do emocional, ao, em regra, enaltecer crianças alegres e satisfeitas com sua realidade, ou a realidade para ela criada.

Além disso, Brites (2000, p. 163) aprecia como "[...] esses atributos, explicitados em textos e imagens, são recorrentes para projetar o futuro desejado: sucesso por meio de determinada vida profissional ativa e escolaridade, cuidado com a família bem estruturada, saúde e beleza". Diante dessas análises e com vista às abordagens do cotidiano da infância brasiliense, percebe-se uma imagem um tanto higienista no que toca a um cotidiano sem problemas, ou seja, um cotidiano com crianças com vida social semelhantes, educadas dentro de um mesmo propósito, em que não é verificada, a título de exemplo, a infância pobre, a criança preta, a indígena e as meninas, que de um modo geral apresentam-se em menor proporção que aquelas do sexo masculino, conforme infere-se pela análise da fonte.

Por se tratar de uma história relativamente recente, a julgar pela jovialidade da Capital Federal, ainda assim é possível inferir que padrões de desenvolvimento social direcionados a todas as faixas etárias foram de algum modo construídos antes, durante e após a sua inauguração. É com esse olhar que indicativos de caráter higienista, do cotidiano infantil na cidade de Brasília, parecem pautar-se dentro desse periódico. Ao investigar o impresso são rasos os conteúdos que problematizem os hábitos, ou possíveis praxes, das crianças nos primórdios da capital.

Esses conteúdos superficiais confirmam situações que simbolizam uma globalidade idealizada e não esmiuça os contornos da cidade, que embora todo plano de construção, houve o "aparecimento" daquelas de antemão não imaginadas com o mesmo rigor da erguida por JK e demais idealizadores. Acontecimento que possivelmente não tenha permitido que outras realidades de infância estivessem inclusas nas narrativas da Revista Brasília.

Ao recorrer mais uma vez a Roger Chartier (2002), recorda-se que as percepções sociais não são discursos imparciais, mas que estas lançam mão de estratégias e práticas que tendem a conferir autoridade. O que emerge até aqui sobre as representações de infância nos primeiros sete anos do cotidiano brasiliense, do modo como foi articulado no periódico oficial do Estado, está nesse diferencial de infância, em que as crianças geralmente são traduzidas como receptivas aos ideais de costumes e práticas projetados como essenciais para o novo Distrito Federal.

Embora grande parte das edições da Revista Brasília oriente para uma representação de infância, a partir dos limites geográficos da construção, que pouco emerge acerca dos arredores, verifica-se indícios sobre o fato de Brasília não existir por si só, mas por localidades que serviam, a certo modo, como "cidades dormitórios" dos seus trabalhadores e morada para eles e suas famílias, que quando somados ao aumento populacional verificado ainda nos primeiros anos da construção, fez com que alguns números da Revista Brasília acenassem para a existência de outros enredos do cotidianos e deste modo outras realidades de infância.

Ainda na hipótese de enviesamento das expressões e demarcações infantis demonstrada nas páginas da Revista Brasília, tanto ao que revela as expressões cotidianas de algumas crianças, quanto naquilo que talvez possa ocultar outras realidades paralelas aos limites geográficos das duas "asas"[17] que ornam a ilustração do espaço geográfico da cidade e novamente recorrendo ao nº Especial de abril de 1965, segue um trecho da reportagem titulada como "Verde, Verde&Verde":

> [...] Seguindo viagem depara na Avenida W-3 com milhares de árvores já copadas e dando sombra aos transeuntes. No interior das superquadras descobre um mundo acolhedor, ameno, com crianças brincando à sombra de frondosas árvores, caminhando ao longo de calçadas que evoluem em extensas superfícies de verde, de vermelho, de amarelo, enfim de toda aquela policrômica variedade que a flora brasileira oferece [...] (Revista Brasília. "Verde, Verde & Verde", 1965, p. 22).

Entende-se, frente à notícia, que nos primeiros anos da cidade de Brasília existia o hábito de as crianças brincarem sob as copas das frondosas árvores que compunham os

[17] Trata-se da associação dada ao traçado visual do Plano Piloto de Brasília, cujo traçado moderno e linear dispõe a cidade em dois eixos, ou "asas" que se cruzam. Tizzo (2019), em matéria intitulada '*Avião ou borboleta? Entenda as inspirações de Lúcio Costa para o projeto de Brasília*', destaca que "o imaginário da população, que associa Brasília ao ícone de um avião, também não é ao acaso. Os elementos parecem confirmar essa semelhança que também é visual, pode ser vista pelo alto - ou, com abstração, dos próprios croquis de Lucio Costa. Mas os nomes dados às metades desses braços da cruz, "Asa Sul" e "Asa Norte", levam à reprodução da ideia." Matéria completa disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/04/aviao-ou-borboleta-entenda-as-inspiracoes-de-lucio-costa-para-o-projeto-de-brasilia.ghtml

canteiros da cidade, como bem menciona o fragmento de notícia. Conexa à ideia transmitida por esse fragmento de matéria, da Revista Brasília, é que a professora Cléria Botelho da Costa, da Universidade de Brasília, nos favorece com estudo realizado sobre as memórias de pessoas que vivenciaram a infância na recém-inaugurada capital entre os anos de 1960-1970.

Nesse estudo, Costa (2010) contribui com reflexões e sentimentos vivenciados pelas crianças daquela época, que embora tomando como norte a história oral, contribui com nossa investigação sobre o cotidiano brasiliense até o ano de 1967. No estudo, a pesquisadora reforça o valor das práticas coletivas vivenciadas pelas crianças como forma de desenvolver um sentimento de pertença junto àquela localidade, embora as narrativas alcançadas oscilassem entre as traquinagens e a aparente "[...] concepção tradicional de poder centralizado no Estado, vigiar e punir [...]" (Costa, 2010, p. 9). Deste modo, um dos narradores assim rememora:

> [...] "os primeiros gramados do Plano Piloto foram rapidamente ocupados pela 'molecada' para jogar futebol". E o governo para assegurar a beleza da capital recém-inaugurada, criou os "graminhas" [...], funcionários da Companhia de Urbanização da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), "eles faziam um papel ridículo, pegavam nossa bola e furavam na tentativa de coibir o jogo", rememorou outro narrador (Costa, 2010, p. 9).

Dentro do universo apresentado pela Revista Brasília ocorre o possível entendimento de que as largas quadras da cidade de Brasília, ilustradas com árvores, flores e cores, cativasse o olhar à necessidade da infância para o brincar. No entanto, a ideia transmitida sobre crianças em contato com a natureza, o ar puro e a prática de esportes e brincadeiras ao ar livre, revelava de sobremaneira apenas os aspectos mais singelos, da infância da capital, que contraria as lembranças, de algumas crianças da época, apresentadas por Costa (2010), mas que corroboram com a idealização original de Lúcio Costa ao arquitetar espaços como uma "cidade-parque", com quadras compostas por "[...] um pátio interno, rodeado de árvores, cheio de sombra, onde mesmo os moradores dos pavimentos mais altos, poderiam ter contato com crianças brincando nas áreas verdes ou parquinhos" (Iphan, 2015, p. 12-13).

Ao encontro com as ideias sobre as representações de uma infância, quem sabe, unificada, a Figura 15 permite entender, novamente, que as crianças da região central de Brasília brincavam, passeavam e andavam de bicicleta ao ar livre, e estas atividades, de algum modo, compunham características do entretenimento e lazer infantil dentro do cotidiano daquelas crianças.

Figura 15 – Avenida W3 – crianças brincando em meio ao verde.

Fonte: Revista Brasília, Número Especial, março de 1967, p.35.

Na imagem, é possível notar, mais uma vez, uma área verde dentro dos contornos geográficos dados ao novo Distrito Federal. Crianças brincam de bicicleta, bola e patinete, como as duas crianças com vestes semelhantes que ocupam destaque na imagem. Algumas árvores compõem essa pintura viva e tecnicamente arquitetada pelos idealizadores dessa cidade recém-nascida no coração do país. Estar em contato com ar puro, proteger-se com sombrinhas enquanto transitam e brincar ao ar livre parece compor e nos aproximar dos hábitos dos moradores da capital do país a pouco tempo estabelecida.

Possivelmente, e ainda que possa ter ocorrido a aspiração por parte do periódico em mostrar o quão a cidade estava preparada para cultivar uma infância mais brincante e as fotografias possam ter sido capturadas em momentos mais livres, mais descontraídos e/ou menos diretivos, por parte daqueles que as materializaram, é viável acenar para a existência de intencionalidade quando da constituição destas fotografias.

Por outro lado, haja a vista a expansão populacional da capital, nota-se como precários ou inexistentes, ao longo das publicações da Revista Brasília, relatos ou recortes destes que viabilizem argumentos e indicativos de como se davam as relações, construções e hábitos cotidianos daquelas crianças que estavam nos arredores da capital.

Nesse sentido, compreende-se como frágeis os indícios delineados pelo periódico dentro do arcabouço de informações atinentes à infância como um todo, porém mais frágeis são aqueles que tocam aos atores que não ocupam as regiões centrais: arborizadas, planejadas,

com largas quadras, parquinhos e alguns hábitos do seu dia a dia delineados, mesmo que demonstrados em sua superficialidade pelas páginas da Revista Brasília.

No entanto, é válido pontuar que o fato de não ocorrer robustos registros relativos ao dia a dia das crianças das demais regiões, para além daquelas da zona central de Brasília, não significa a não existência delas, nem tão pouco que a infância não tenha existido para estas. O que talvez possa ter ocorrido neste primeiro momento e indo ao encontro aos objetivos iniciais que delinearam a criação da Revista Brasília, seja o fato de centralizar em informações correlatas a região de Brasília.

Uma outra possibilidade ao não se aprofundar nas peculiaridades das crianças, que de algum modo compareceram nas páginas do periódico ao curso desses momentos iniciais, possa estar naqueles que demonstram aspectos culturais da época, em que, geralmente, a infância era vista como categoria geracional preparatória para as demais etapas da vida, dando assim maior ênfase no "preparo" infantil a partir da escolarização das crianças, que será o objeto que se debruça o próximo capítulo, uma vez que percebe-se, ainda aqui, que o impresso ofereceu convidativo enredo, composto por múltiplas notícias, notas, informes, matérias e fotografias que acenavam para a relevância dada à construção de instituições destinadas à escolarização de crianças, tanto em Brasília quanto em regiões que constituíram-se a partir do projeto piloto.

Frente a esta dinâmica que entrelaçou o cotidiano das crianças de Brasília, durante seus primeiros sete anos, infere-se, dentro dos vestígios presentes na fonte considerada, que possivelmente houve uma representação de infância que figurou nas crianças da localidade - considerada como ideal aos padrões de progresso, futuro e desenvolvimento, que em medida justificou a transferência da capital Federal da cidade do Rio de Janeiro para o então Planalto Central. Como já antecipado, o próximo capítulo se debruçará nos aspectos que desencadearam o processo de escolarização no coração do Brasil, mas ainda que de modo superficial percebe-se sua maior notoriedade em relação àqueles relacionados às singularidades e vivências da infância.

CAPÍTULO 2 – REPRESENTAÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO NA REVISTA BRASÍLIA

Este capítulo tem por objetivo investigar as representações de escolarização presentes na Revista Brasília, a partir do entendimento da história cultural e as perspectivas de Roger Chartier.

Diante da perspectiva moderna e futurista projetada para a nova capital, convém destacar, como consta implícito ou explícito no capítulo anterior, o empenho pensado pelo periódico Revista Brasília em conceber Brasília na opinião pública como unidade modelo da federação, com arquitetura, organização espacial, institucional e administrativa minunciosamente estruturada.

Ainda como pontuado no capítulo anterior, quando mencionado que a história de Brasília por vezes se confunde a de JK, no que confere à escolarização, também é percebida um pouco de sua história na constituição das unidades escolares. O próprio Juscelino Kubitschek, em suas narrativas no livro *'Por que construí Brasília*', publicado em 1975, dedica-o à memória de sua mãe, que foi professora, a Sra. Julia Kubitschek. Kubitschek (2000) intitula esta dedicatória como "*À Mestra Júlia*", e a assinala do seguinte modo:

> Na realidade tudo o que sou, como cidadão, como brasileiro, como homem público, à minha Mãe o devo. Viúva aos 23 anos, ela só viveu para o trabalho e para a educação de seus dois filhos. Nunca teve uma palavra de desalento, mesmo nas horas mais difíceis. Graças à sua tenacidade, abri caminho na vida. E foi no seu exemplo que me inspirei para realizar o meu destino. Sem a sua lição diante dos olhos, eu não teria feito Brasília. A ela, este livro é dedicado (Kubitschek, 2000, p. 3).

Não à toa, uma das primeiras unidades escolares com localização geográfica dentro dos contornos da nova capital foi batizada como Júlia Kubitschek (o Grupo Escolar nº 01). Ainda assim, é relevante constar que a educação se compôs como uma das metas derradeiras do Plano de Metas do governo JK, mas quinze anos após a inauguração da cidade de Brasília, ele menciona em seu livro que o sistema educacional brasiliense se tratava de uma experiência "[...] ousada, original e ajustada ao mundo em que vivemos" (Kubitschek, 2000, p. 143).

Retornando a *Revista Brasília*, que é a fonte deste estudo, ela traz consideráveis indicativos sobre a escolarização ainda quando da construção da futura capital e de momentos posteriores a inauguração. Deste modo, contribui com elementos que proporcionam a esta pesquisa uma visualização da educação brasiliense desde os processos educativos destinados ao público infantil, primário e aqueles que tocam aos segundos e terceiros graus de ensino, a exemplo da construção da Universidade de Brasília, ou a evidências nela encontrada a respeito

da preocupação em construir instituições destinadas a melhor formar profissionalmente a mão de obra da cidade.

Embora o periódico possibilite um amplo olhar a diversas etapas da escolarização brasiliense, dentro do espaço temporal demarcado (1957-1967), este capítulo detém-se a investigar a escolarização da infância durante a construção de Brasília e nos sete anos que sucederam sua inauguração. Assim sendo, o Capítulo 2 é composto por duas seções, a saber: 2.1. *A escolarização no tempo da construção de Brasília* e 2.2. *A escolarização no processo de consolidação de Brasília*.

2.1 A escolarização no tempo da construção de Brasília

Sobre a escolarização no tempo da construção de Brasília, destaca-se nesta seção o período de 1957-1960, que conforme sinalizado no Capítulo I, contou com a ocorrência de diversos eventos e momentos concomitantes a construção da nova capital, mas que ainda assim faz-se pertinente destacar, outra vez, que a construção da nova capital referencia um marco na história do Brasil, de sobremodo naquilo que versa sobre o desenvolvimento do Estado no âmbito da modernização, industrialização e a maior povoação das cidades, conforme almejado por aqueles que alavancaram a construção de Brasília a época.

Nesse ímpeto, foi "dada a largada" para a construção da nova capital, em que a escola e o olhar para o processo de escolarização começam a ser gerados de forma organizada, mas também à medida que necessidades pontuais relacionadas a este processo iam sendo identificadas. Inicialmente e ainda no âmbito arquitetônico, dentro do *Plano Piloto de Brasília*[18], as escolas primárias e secundárias foram assim referendadas na edição de número 03 do mês de março de 1957.

> Dentro destas superquadras os blocos residenciais podem dispor-se das maneiras mais variadas, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra [...] Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema, a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros

[18] Sobre o Plano Piloto de Brasília, incialmente corresponde ao concurso realizado para escolha do melhor projeto arquitetônico para a nova capital, que teve por vencedor aquele idealizado por Lúcio Costa, na qual é possível observar sincronia entre elementos como arquitetura e funcionalidades para o dia a dia, ao passo que nele consta a disposição e localização das instituições educacionais dento dos limites geográficos da região central de Brasília.

> bairros, ficando na extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio [...] (Revista Brasília. “Projeto vencedor”, 1957, p. 12).

Nestas palavras pode-se perceber que esta edição ocupa-se em detalhar as disposições geográficas das unidades escolares, sendo possível notar a preocupação com a funcionalidade da cidade, de modo a propor na sua planejada organização que na nova capital erguida no “coração” do Brasil, ao menos na área correspondente ao projeto piloto, o máximo de atividades fossem realizadas com facilidade de deslocamento e multiplicidade de serviços encontrados em um mesmo lugar, de forma que crianças e adolescentes, por exemplo, pudessem ir e voltar das unidades escolares andando. Logo, anos mais tarde, Teixeira (1961) ocupa-se em interligar o projeto piloto da cidade de Brasília ao *Plano de Construções Escolares de Brasília*[19], que será melhor compreendido na próxima seção.

No tempo que precede este plano, tem-se como antecedente histórico a criação do Departamento de Educação e Saúde, que de acordo com Pereira e Rocha (2011), data do final do ano de 1956, enquanto as primeiras famílias moradoras da nova capital começam a chegar ao Planalto Central na metade do ano de 1957. Ainda de acordo com Pereira e Rocha (2011), nesse momento “[...] o número de crianças passou a ser uma preocupação por parte do poder público, preocupação essa que aumentava na medida que crescia o fluxo migratório para Brasília” (Pereira; Rocha, 2011, p. 28).

Esta situação indica ainda momentos que possivelmente algumas medidas e ações foram impulsionadas diante de circunstâncias inesperadas, de forma a contorná-las com a urgência solicitada pela ocasião. Nesta circunstância em específico e frente ao grande fluxo migratório de crianças, Pereira e Rocha (2011) ponderam que o Departamento de Educação e Difusão Cultural dá início a construção de escolas provisórias, que na pessoa do médico Ernesto Silva, então responsável por este departamento, convida Anísio Teixeira, à época diretor do Inep[20], a assessorar e conduzir as ações relacionadas ao sistema educacional brasiliense, porém apenas um ano antes da inauguração da cidade, 1959, que foi estabelecida

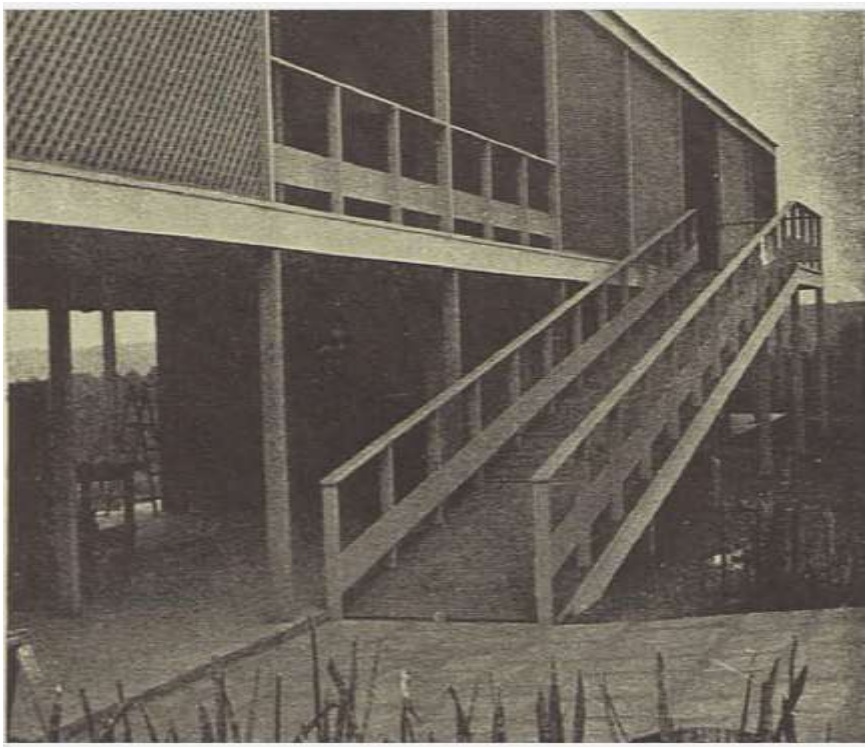
[19] Documento apresentando no ano de 1961, sob orientação de Anísio Teixeira. Este documento apresentou a função de nortear as ações relacionadas a escolarização e o sistema educacional de Brasília.

[20] Trata-se do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, criado no ano de 1937 com o nome de Instituto Nacional de Pedagogia. Na época da construção da nova capital, conforme exposto na pesquisa, buscou alçar um trabalho que fosse essencialmente de encontro as necessidades da escolarização primária, posta a própria situação educacional do país a época e assim percebida por Anísio Teixeira, seu então dirigente. Atualmente, de acordo com informações extraídas pelo portal do Inep, atua principalmente em três frentes: Avaliações e Exames Educacionais; Pesquisas estatísticas e Indicadores Educacionais e Gestão do Conhecimento e Estudos Educacionais. Informações disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional . Acesso em: 12/10/2023.

pelo Ministério da Educação e Cultura a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, abreviado como Caseb[21].

Na presença desse contexto, imagina-se que o processo de escolarização no período da construção da cidade tenha se configurado de maneira desafiadora, mas que de modo algum retira a magnificência na forma como a Revista Brasília leva aos seus leitores tais notícias, tecendo um ar de imparcialidade. Assim, a ocasião e circunstâncias da construção e inauguração da primeira escola pública de Brasília fez-se notícia nas edições n. 08 de agosto de 1957 e naquela de n. 10 de outubro de 1957, referente à entrega da edificação para efetivo uso.

Figura 16 - Escola primária construída e mantida pela Novacap - rampa de acesso.



Fonte: Revista Brasília, N. 08, agosto de 1957, p. 06.

[21] De acordo com o Decreto nº 47.472 de 22 de dezembro de 1959 a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, Caseb, seria responsável por gerir e planejar as ações relacionadas ao sistema educacional de Brasília, ficando a cargo de compor um documento que legitimasse esse sistema. Segundo Pereira e Rocha (2011, p.29), os trabalhos da CASEB originaram o documento - *Plano de Construções Escolares de Brasília*, no ano de 1961.

Figura 17 – Escola primária construída e mantida pela Novacap - visão externa da escola.

Fonte: Revista Brasília, N. 08, agosto de 1957, p. 06.

Sobre as figuras 16 e 17, da edição n. 08 de agosto de 1957, elas referem-se à construção da primeira escola mantida pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Novacap, cuja revista assim divulga.

> Escola primária, construída e mantida pela Novacap em Brasília, que atende a 320 alunos, em regime de tempo integral. Possui 5 salas, cozinha, refeitório, parque de recreação e uma pequena piscina. Projeto de Niemeyer. (Revista Brasília. "A marcha da construção", 1957, p. 6-7).

Decerto, pelo fato de a nota ter sido divulgada em uma coluna nomeada como 'A *Marcha da Construção'* - destinada a dar contas sobre a situação e andamentos das obras da cidade, tanto as imagens quanto a nota em questão não contextualizam qualquer outra conjuntura que possa estar entrelaçada à construção da unidade escolar, detendo-se apenas a descrever as características físicas da edificação da primeira unidade escolar de responsabilidade pública.

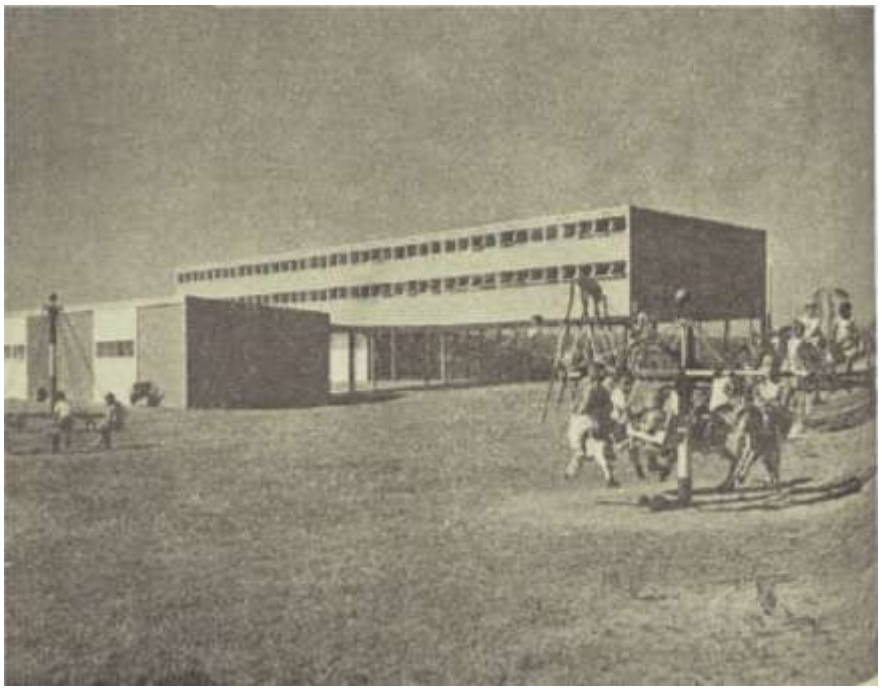
Capello (2010) explica o propósito da sessão 'A *Marcha da Construção'* sob um olhar que evidencia a razão de não haver pormenores relacionados às imagens lançadas sobre a primeira escola de Brasília. Segundo ela:

> [...] na sessão A Marcha da construção de Brasília são publicadas fotos dos primeiros momentos da construção: terraplanagem, abertura de estradas, a

> chegada de materiais e o palácio provisório de madeira do presidente da República, o "Catetinho", construído em dez dias [...] (Capello, 2010, p.45).

A segunda manifestação da Revista Brasília, alusiva à primeira escola pública, é encontrada na edição n. 10, de outubro de 1957, em que a tiragem faz uso de imagem e texto informativo para reportar sobre a primeira unidade escolar em terras brasilienses.

Figura 18 – Primeira escola de Brasília mantida pela Novacap.



Fonte: Revista Brasília, N.10, outubro de 1957, p. 08.

Na fotografia exibida pelo periódico é apresentada uma vista ampla da escola e crianças brincando no parquinho da unidade, revelando sugestivo agrado, por estarem desfrutando dos brinquedos e brincadeiras no território escolar recém-inaugurado. Abaixo da fotografia segue o nome da matéria – *'A primeira Escola de Brasília'*. A notícia é então desenvolvida com um texto que narra a circunstância da inauguração.

> No dia 19 de outubro o ministro da Educação, sr. Clóvis Salgado, inaugurou em Brasília o primeiro estabelecimento escolar, construído e mantido pela Novacap. O ato contou com a presença do presidente da Companhia Urbanizadora, sr. Israel Pinheiro, do secretário da Educação de Goiás, sr. José Feliciano Pereira, Dr.- Ernesto Silva e outras personalidades. O novo estabelecimento, desenhado por Oscar Niemeyer, tem capacidade para mais de 300 alunos em cinco classes-aula de funcionamento normal. Foi construído em apenas 20 dias e possui 5 salas, cozinha, refeitório, instalações sanitárias e um parque de recreação e piscina. Em Brasília o sr. Clóvis Salgado percorreu detalhadamente os serviços da Novacap, durante o dia de

> sua chegada. No dia seguinte inaugurou a escola primária, tendo visitado todas as dependências do prédio, cuja construção e instalações lhe mereceram francos elogios (Revista Brasília. "Primeira escola de Brasília", 1957, p. 8).

Faz-se interessante mencionar que esta ocorrência sobre a primeira escola não esteve disposta na seção *'A Marcha da Construção'*, mas numa reportagem exclusiva para o acontecimento. Na matéria, há uma contextualização geral sobre como ocorreu a inauguração do Grupo Escolar nº 1, localizado na então Cidade Livre[22], e que posteriormente foi nomeado Escola Júlia Kubitschek em homenagem à mãe do então presidente Juscelino Kubitschek.

Ao se reportar à fotografia utilizada para dar ocorrência desse evento, por parte do impresso, e a relevância dada por este estudo às fontes iconográficas presentes na Revista Brasília, é que se faz considerável inserir um questionamento posicionado por Rosa Fátima de Souza, pesquisadora da história da educação, que em seu estudo *'Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária'*, assim enuncia algumas das suas interrogações: "Quando a vida escolar torna-se tema do olhar fotográfico?" (Souza, 2001, p. 77); "Para que finalidade são tiradas essas fotografias?" (Souza, 2001, p. 79).

Apesar da complexidade em torno da compreensão da imagem e os desafios que alicerçam na sua interpretação, esse tipo de documento, ou memória, levam à reflexão sobre quais representações podem estar inseridas desde o "click" que a originou ou a razão pela qual aquela reprodução seja parte que configure o enredo de determinada notícia ou assunto em um periódico, como é o caso do estudo em tela.

Logo, diante da trama de desenvolvimento e progresso que Brasília foi idealizada, a Revista Brasília possivelmente utilizou-se do seu papel de "porta-voz" governamental, sobre a necessidade de mudança da capital do país para o planalto central, como elemento alavancador para o futuro e progresso nacional. Progresso esse que não viria tão somente com a edificação da cidade ou a construção de vias de tráfegos e incentivo a industrialização, mas também pela educação.

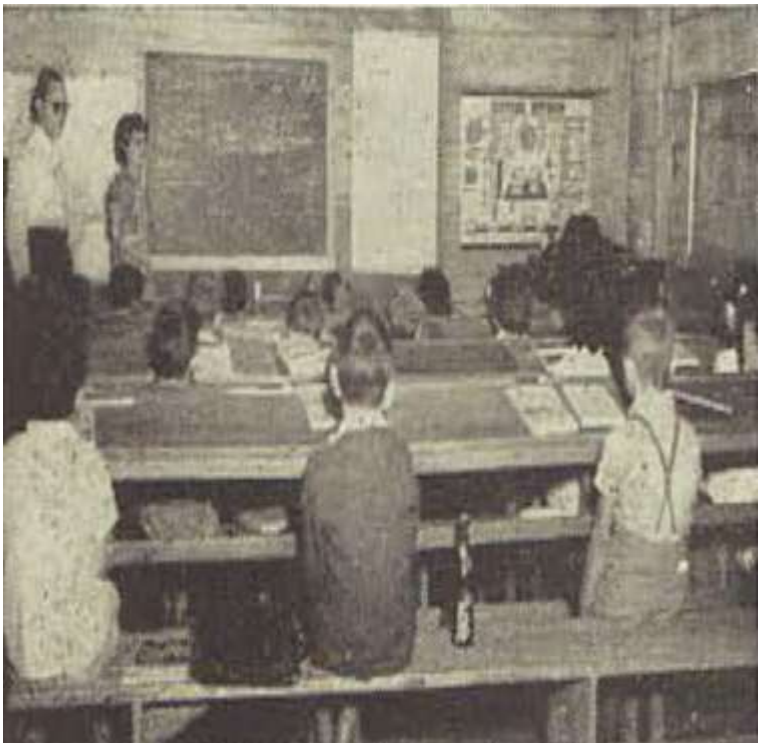
O que se detém com relação a esse tipo de divulgação em um periódico como o da revista da Novacap reitera o que Souza (2001) sinaliza a respeito da iconografia escolar. De

[22] De acordo com Vasconcelos (1988) a Cidade Livre correspondeu a um assentamento que data de dezembro de 1956, cuja finalidade era existir em caráter provisório entre os anos de 1956-1960, agregando deste modo o período entre a construção e inauguração da nova capital. Portanto, uma vez inaugurada Brasília esse "[...]núcleo pioneiro do comércio, das indústrias e de serviços para dar apoio e sustentação as obras de Brasília[...]" (Vasconcelos, 1988, p.103), quando inicialmente temporário seria "desconstruído" com o estabelecimento da capital, fato que não ocorreu e hoje a localidade configura-se como Região Administrativa do Distrito Federal, que são cidades nos arredores que compõem os limites geográficos dados ao território de Brasília, que no caso da Cidade Livre hoje constitui-se com o nome de Núcleo Bandeirante, que inclui ainda a Região Administrativa da Candangolândia.

acordo com ela, “[...] as fotografias escolares foram largamente utilizadas como promoção e propaganda da ação dos poderes públicos [...]” (Souza, 2001, p. 82). Ademais, Souza (2001, p. 81) alerta que as fotografias escolares além de anunciarem a constituição da arquitetura do espaço escolar, por vezes salientam a multiplicidade de sentidos que nelas podem estar representados, de forma que na iconografia escolar, “[...] a produção dessas imagens atendeu a diferentes finalidades[...]”, como parece ser manifesto pela Revista Brasília, mas que, no entanto, e em concordância com Mauad (2008), convida a refletir a dimensão histórica que compõe cada imagem.

Tal qual expresso, o Grupo Escolar nº 01, ou Escola Júlia Kubitschek, foi a primeira escola pública de Brasília. Contudo, há notícias de iniciativas de escolarização precedentes a esta de caráter público, como é o caso da fotografia que segue, Figura 19, referente a uma escola primária, que por iniciativa privada foi instalada, em caráter provisório, num galpão de tábuas. A ocorrência desse funcionamento esteve presente na edição de n. 04 de abril de1957, na página 2 daquela tiragem.

Figura 19 – Escola de iniciativa Privada.



Fonte: Revista Brasília, N. 04, abril de 1957, p. 02.

Nota-se pela fotografia que a classe escolar se compunha materialmente por bancos sem encostos, quadro negro e inclusive um mural. As crianças, em mais de uma dezena,

tinham seus olhares direcionados aos adultos que de pé pareciam estar à frente da situação naquele momento. Alguns materiais como livros e/ou cadernos estão postos sobre as mesas coletivas.

Sobre a narrativa textual relativa à escola feita com tábuas, o impresso expõe suas ideias do seguinte modo.

> Clichê abaixo mostra uma escola primária de Brasília, provisoriamente instalada, por iniciativa particular, num galpão de tábuas. Mas não é esta a única escola já a funcionar na nova Capital. Noutro local desta revista damos notícia mais circunstanciada a respeito do ensino primário ali, inclusive de estabelecimento de maiores proporções já providenciado pela direção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Revista Brasília. "Notas", 1957, p. 2).

Embora este número não oferte imagens, ou maiores detalhes concernentes a outras iniciativas educacionais, é claro pelo trecho da notícia a existência delas e o planejamento para que tão logo fosse ali alicerçada a primeira escola pública de Brasília - custeada e planejada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Apesar de não tão grandes minúcias sobre os primeiros passos das construções escolares no coração do Brasil, a edição n. 04 de 1957 apresenta o delinear dos andamentos desse processo.

> Ensino em Brasília
> Iniciou-se, para inauguração dentro em pouco, a construção da primeira escola primária oficial do acampamento da NOVACAP, com capacidade para 200 alunos e que funcionará em dois turnos. Esta obra de alto sentido social é supervisionada pelo Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, que já autorizou os professores Mauro Costa Gomes e Amábile Andrade Gomes a efetuar matrículas. Até o momento em que redigimos estes apontamentos era de 36 o número de alunos inscritos. Na cidade "Núcleo Bandeirante", sob a direção da Professora Anahir Pereira da Costa, está funcionando em dois turnos, manhã e tarde, o Instituto Batista de Brasília, com cursos primário e de admissão. É a primeira escola primaria particular que se instala em Brasília. Tem já 33 alunos. Outro estabelecimento de ensino primário particular, a registrar-se na cidade "Núcleo Bandeirante", é a Escola Bandeirante, de propriedade da professora Ana Vitória Cardoso Spotto, que a dirige, assistida pela professora Dirani Arruda Campos. Há nesta escola 25 alunos (Revista Brasília. "A marcha da construção", 1957, p. 6-7).

Como é perceptível, além da instituição particular fotografada na Figura 19, de acordo com a edição n. 04 de abril de 1957, já haviam duas outras unidades escolares, também privadas, uma de caráter confessional, tratando-se do Instituto Batista de Brasília, e a outra destacada também pela coluna *'A Marcha da Construção'* como a Escola Bandeirante, possivelmente de caráter não confessional.

Ainda no ano de 1957, dentro do recorte temporal que localiza a presente seção, é verificado significativos indícios dos primeiros momentos da escolarização, antes da inauguração da nova capital, nas edições e números da Revista Brasília deste ano. Por esta razão e por perceber indicativos do que estava sendo planejado para a educação na futura cidade, naquele ano, é que se entende aqui como válida a análise destes registros, embora em algumas situações constituam como elementos já mencionados, como é o caso do Grupo Escolar nº 01.

Feita essa ressalva, convém retornar à solenidade de inauguração desta unidade escolar, cuja fotografia que segue registrou o momento do estabelecimento dessa escola. A imagem traz à tona a presença infantil, que provavelmente trata-se daquela infância que buscou-se desvelar no Capítulo I deste estudo. Infância esta que, possivelmente, compunha e viria a compor esta unidade escolar e aquelas vindouras.

Figura 20 - Ministro da Educação Clóvis Salgado em companhia de Israel Pinheiro e Ernesto Silva, respectivamente, presidente e diretor da Novacap, na inauguração da primeira escola primária de Brasília.

Fonte: Revista Brasília - N.10 outubro 1957, p.9.

Faz-se interessante notar que a Figura 20 traz a presença do Ministro da Educação Clóvis Salgado, o presidente da Novacap Israel Pinheiro e o diretor dessa companhia, o médico Ernesto Silva. Além dessas personalidades, dentro daquele contexto da construção de Brasília, figuram ao fundo outras pessoas, no qual duas mulheres observam atentamente o desatar da faixa que simboliza a inauguração daquela unidade escolar. Ademais, posicionadas mais à frente algumas crianças. No entanto, ao contrário das mulheres, as crianças presentes na imagem, que possivelmente estão a representar o público que diretamente usufruiria da escola, dispõem seus olhares, ao que tudo indica, para o fotógrafo e/ou a câmera fotográfica. Elas apontam olhar de surpresa ou talvez de desconfiança, mas ainda assim nota-se um leve sorriso, possivelmente, a posar para foto.

Posto que se infere que a infância sugerida no capítulo que precede a este seja aquela ligada ao vir a ser, há a possibilidade de que tenha sido conveniente a apresentação das crianças neste registro fotográfico da edição, com a intenção de relacionar o futuro da cidade a esta geração, ou quem sabe seja apenas um registro "despretensioso" que ganhara uma intencionalidade ao ser divulgado no impresso.

Sobre a relação infância, futuro e escolarização, o próprio Juscelino Kubistchek destaca no seu livro *'Por que construí Brasília'* que uma de suas preocupações educacionais, à medida que um grande fluxo migratório se dirigia a Brasília, estava sobre os filhos daqueles que compunham essa "marcha" rumo ao Planalto Central. Tratava-se de famílias numerosas em busca de melhores possibilidades e oportunidades, que frente a esse enredo, JK grafou sua preocupação, ainda em 1957, em dar assistência escolar aos filhos desses candangos[23] que chegavam ao cerrado, de modo que "[...] o que desejava naquele momento era assistência educacional aos filhos dos operários, de forma a evitar que eles crescessem analfabetos, como os pais" (Kubistchek, 2000, p. 139).

O que se busca alertar aqui não confere desmerecer a importância em se delinear metas, programas educacionais e melhores oportunidades às crianças ou a gerações vindouras no que toca à presença da escola enquanto instituição, mas ao fato de utilizar a narrativa da escolarização como mecanismo propulsor da infância. Logo, é possível perceber sinais de que aquela infância do período da construção, a partir do olhar das políticas públicas e projetos direcionados a ela, foi essencialmente concebida como responsável por agenciar o sucesso dos planos futurísticos de desenvolvimento e progresso para a cidade de Brasília e,

[23] Segundo Videsott (2008), a palavra candango traz várias conotações, dentre elas aquelas de cunho pejorativo, mas no contexto da construção de Brasília, refere-se aos primeiros habitantes da cidade. É um termo geralmente atribuído aqueles que ergueram a nova capital.

consequentemente, para o Brasil, já que a localidade propunha em sua concepção a ideia de ser modelo as demais unidades da federação. Sobre a correlação criança e futuro, lembra-se que o levantamento historiográfico deste estudo localizou publicações com esse mesmo paralelo, a exemplo de Brites (2000), que verificou propagandas voltadas a estimular o consumo dos adultos através das crianças e das próprias quando futuras consumidoras.

Caminhando um pouco mais nos vestígios da escolarização presentes nas páginas da Revista Brasília, é possível verificar informações sobre outras unidades escolares em pleno funcionamento, antes da inauguração da capital, e direcionadas a outras etapas e modalidades de ensino, como enumera a edição de n. 14 de fevereiro de 1958.

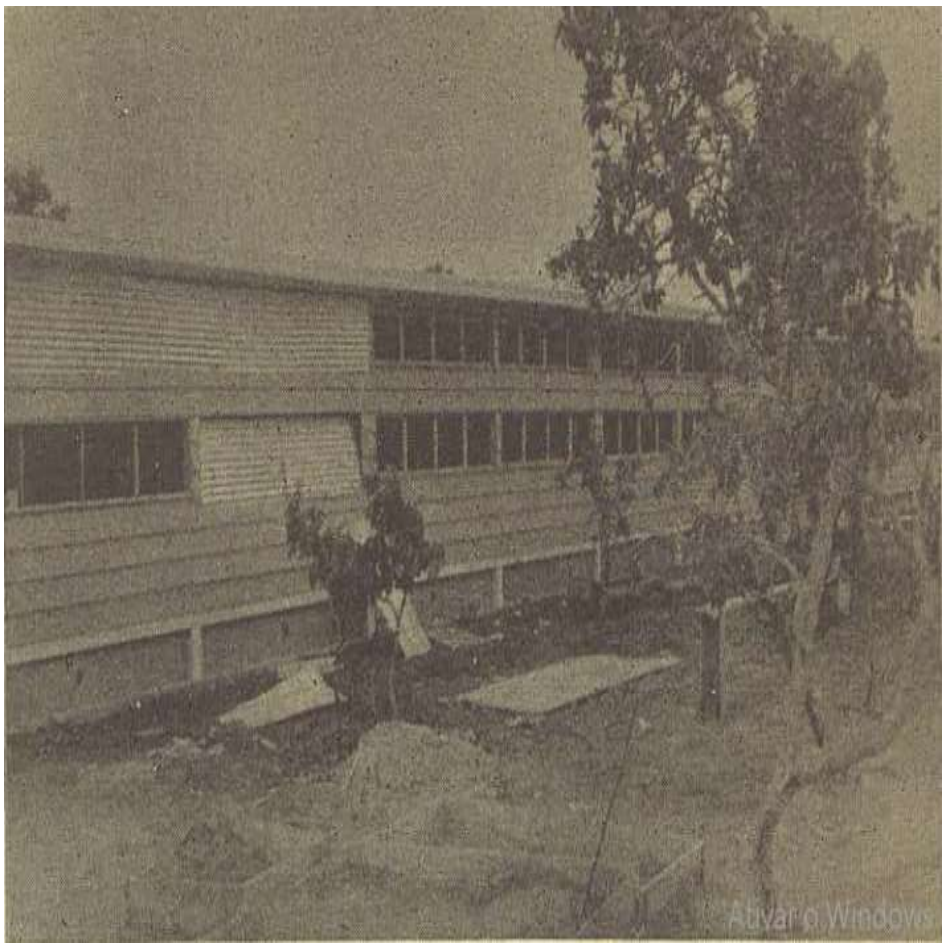
> *Ensino*
> [...] "Acham-se funcionando na futura capital dois cursos ginasiais e sete de ensino fundamental comum, sendo: Ginasial. Há dois ginásios: o colégio Brasília, situado no Núcleo Bandeirante e o Colégio Dom Bosco; o primeiro de iniciativa particular, e o segundo construído pela Novacap e entregue à direção das Irmãs Salesianas. Iniciaram ambas suas atividades escolares em 15/03/1958, tendo uma matrícula total de 153 alunos (apenas no ensino ginasial). Primário. Os dois ginásios mantêm, subsidiariamente, cursos primários. Existem ainda os seguintes estabelecimentos de ensino fundamental comum, situados no Núcleo Bandeirante: Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima, Instituto Educacional Brasília, Escola Primária Presbiteriana, Escola de Igreja Metodista bem como o Grupo Escolar da Novacap (GE-1), no acampamento central [...] (Revista Brasília. "Noticiário", 1958, p. 21).

Segundo esse número, a esta ocasião, no decurso da construção de Brasília, o quantitativo de estudantes matriculados, em sua totalidade, correspondia a 993, sendo 429 do sexo masculino e 504 do sexo feminino. Quando quantificado apenas aqueles matriculados na unidade escolar pública, Grupo Escolar nº 01, desse total de 993 matrículas integrais, que ao abarcar todas as escolas em funcionamento à época, a instituição pública detinha 318 estudantes deste número total, com 151 estudantes do sexo masculino e 167 do feminino, conforme descreve a tiragem n. 14, de fevereiro de 1958.

A imagem que segue nota a primeira escola ginasial de iniciativa privada dentro do território de Brasília, que conforme a publicação periódica, embora não corresponda à primeira escola particular da cidade, foi a primeira construída pela Novacap e então entregue as Irmãs Salesianas, congregação religiosa católica, fundada por São João Bosco, popularmente conhecido como Dom Bosco. Segundo Manfroi (1997), no Brasil, a presença salesiana na Educação data do Brasil Império, mais precisamente do ano de 1883, com a fundação do colégio Santa Rosa em Niterói, Rio de Janeiro, onde a unidade escolar foi estabelecida em 14 de julho de 1883. Marco que leva a depreender que a ordem salesiana

carregava consigo a experiência, missão e tradição em dirigir unidades escolares dentro dos seus princípios e de acordo com fé por ela professada. Salienta-se, no entanto, e conforme nota o periódico, que as escolas confessionais nos primórdios de Brasília abarcaram outros credos que não apenas a fé católica.

Figura 21 - Fachada principal do Colégio D. Bosco por ocasião de sua inauguração em 1º de fevereiro.



Fonte: Revista Brasília - N.14, fevereiro de 1958, p. 6.

Dentro dos contornos de "enraizar" a educação escolar na nova capital e seus primeiros passos em momentos antecedentes à inauguração, convém ressaltar a escassez de estudos, no âmbito da historiografia da educação de Brasília, naquilo que se refere ao processo de escolarização desse período. Assim sendo, como pode se deter até aqui, pouco amparou-se a estudos acadêmicos, mas tal amparo está de modo singular a Revista Brasília, a publicação de Kubitschek (2020), que traz seu ponto de vista sobre o sistema educacional da época, bem como a Ernesto Silva (1997), que contribuiu com a escrita de um livro, no qual contém suas memórias a respeito de momentos da construção de Brasília. Esta publicação, *História de*

Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade, destaca ainda algumas ocasiões sobre o planejamento educacional.

Assim como Kubitschek (2020), Silva (1997) lança seu olhar nas páginas da sua publicação. Silva (1997) salienta a importância da Novacap na organização do sistema educacional da futura capital e a Revista Brasília, na edição n. 20, de agostos de 1958, assim comunica a participação da companhia, bem como a do Inep nos primórdios da sistematização desse planejamento escolar.

> *Ensino gratuito*
> Brasília terá escolas primárias e secundárias gratuitas para todas as suas crianças – é o que assegura o convênio assinado, no Ministério da Educação, pelo ministro Clóvis Salgado e pelo Sr. Israel Pinheiro, Presidente da Novacap. Para cada 15 mil habitantes da nova capital haverá quatro Jardins de Infância, cada um para 150 crianças, quatro escolas primárias para 480 e uma escola-parque para 1.920. Para cada 54 mil alunos, um ginásio capaz de matricular 2.250 alunos, em dois turnos. Os projetos das novas escolas, de autoria de Oscar Niemeyer, foram aprovados pela Novacap. O Inspetor Federal de ensino designado para Brasília acompanhará a obra; e o Ministério terá, junto à Novacap, um arquiteto para superintendê-las. O convênio assinado, que faz parte do Plano Escolar de Brasília, estabelece uma cota de Cr$ 50 milhões para o início da execução do projeto. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos estabelecerá cursos de aperfeiçoamento para professores primários, ensinando-lhes as novas técnicas de ensino que serão aplicadas em Brasília (Revista Brasília. "Noticiário", 1958, p. 15).

Confere apreender que estes delineamentos contemplam apenas o Plano Piloto de Brasília e áreas que abrigaram os acampamentos para aqueles que vieram construir a cidade, a exemplo dos operários, prestadores de serviços diversos e servidores públicos que residiam a região nos momentos da construção.

No entanto, em concordância com o que destaca Vasconcelos (1988, p. 23), "[...] era vertiginoso o crescimento da Cidade Livre, cuja população aumentava, dia a dia, de forma surpreendente.[...]", mas por ocasião de não haver o desejo de ampliação da Cidade Livre, pelo fato de até então seu funcionamento conceber-se de maneira provisória, é que foi vista como opção a criação de uma cidade operária nas terras da chamada fazenda Taguatinga, situada a cerca de 24km da região central, cuja sua área pertencia ao estado de Goiás.

Por consequência desta explosão demográfica, em que estava imersa a Cidade Livre, o próprio presidente Juscelino Kubistchek demonstrou ávida preocupação em resolver a situação. Assim, após ações administrativas, Vasconcelos (1988) relata que são iniciadas as transferências dos moradores das invasões, após uma semana[24] de intensos trabalhos por parte

[24] Sobre a cidade de Taguatinga a Revista Brasília pontua na edição N.20, de agosto de 1958, que a "[...]Cidade Satélite de Taguatinga, prevista nos planos urbanísticos para construção mais remota, mas que circunstâncias

do Departamento de Viação e Obras da Novacap, que nas figuras do engenheiro Mário Meireles, do seu diretor Ernesto Silva e o presidente da companhia, Israel Pinheiro, mobilizaram meios para agilizar a criação da cidade, sendo Taguatinga criada a 05 de junho de 1958.

Embora as cidades satélites[25] fossem partes constituintes do plano urbanístico de Brasília, como estratégia para acomodar aqueles que não pudessem morar na região central, nota-se que a cidade de Taguatinga foi criada de forma rápida, motivada pela emergência da explosão demográfica na Cidade Livre. Fato que certamente fez com que novas urgências se estabelecessem no tempo da construção, como aquela relacionada ao projeto educacional, tanto que ainda na edição n. 20, de agosto de agosto de 1958, é publicado boletim informativo que sinaliza a construção de uma escola primária na localidade.

> *Atos do Conselho*
> [...]Senhor Presidente: A cidade satélite de Taguatinga, onde estão se localizando trabalhadores de Brasília, já abriga mais de 500 famílias e necessita imediatamente de uma escola primária. O D.a.u. elaborou um projeto simples, com seis salas de aulas e demais dependências indispensáveis, orçado em Cr$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos cruzeiros) o m2. Solicito de v. Sa. seja a construção autorizada, mesmo que, inicialmente, sejam construídas apenas três ou quatro salas para posterior acréscimo. Atenciosamente, (assinado) Ernesto Silva, diretor [...] (Revista Brasília. "Boletim – atos do conselho", 1958, p.23)

A urgência da abertura de salas de aulas na cidade operária[26] faz transparecer aquilo já pontuado no início desta seção, quando sinalizada a harmonia entre o projeto educacional e urbanístico, mas que ainda assim haveria ou poderia haver lacunas que fizessem com que esta harmonia não fosse contemplada em sua totalidade, como ocorreu com a cidade de Taguatinga, que em caráter de urgência, dada as circunstâncias da sua criação, algumas decisões emergenciais foram necessárias.

Nessa lógica, observa-se que a cidade de Taguatinga sinalizou que essa confluência harmônica entre a arquitetura, urbanismo e projeto educativo para a nova capital começara a divergir em alguma medida, uma vez que salas de aula foram erguidas de maneira emergencial, com o propósito de suprir um quantitativo talvez não previsto. Anexo a esse contexto de explosão demográfica, mas sobretudo dentro do viés educacional e da

previsíveis de uma calamidade nacional, obrigaram a surgir como um milagre de operosidade em 15 dias, oferecendo abrigo e segurança às famílias que fugiam da seca, buscando zonas mais acolhedoras [...]" (diário de Brasília – Presidente Juscelino Inspeciona, 1958, p. 18).

[25] Atualmente o termo cidades satélites foi substituído pela nomenclatura Regiões Administrativas.

[26] Vasconcelos (1988), pontua essa adjetivação a cidade de Taguatinga por abrigar os operários que iriam se dedicar a construção de Brasília.

escolarização para o novo Distrito Federal, é que estas narrativas se alicerçavam tanto com vistas para um futuro promissor, por meio da escolarização da infância, quanto na preocupação que abarcava uma formação mais imediata.

> Cito um exemplo, que é ilustrativo. A qualidade da mão-de-obra em Brasília muito deixava a desejar. Era representada por pioneiros humildes que, antes, se dedicavam a atividades rotineiras, sem qualquer preparação profissional. Promovi uma reunião a fim de debatermos a questão. Desse encontro, resultou a assinatura de um convénio com o Ministério da Educação, a 30 de setembro de 1957, para a instalação e funcionamento da Escola de Ensino Industrial, destinada à formação de mão-de-obra qualificada. A Escola manteria os cursos de marcenaria, carpintaria, eletricista-instalador, bombeiro hidráulico, artes gráficas, alfaiataria e artes de couro. Foi inaugurada em 1959 em Taguatinga — uma das cidades-satélites de Brasília (Kubitschek, 2000, p.141).

Ainda que a educação não fosse apresentada como principal meta da Era JK, suas memórias e reflexões sobre as razões pelas quais construiu Brasília fazem entender e perceber quão importante foram e seriam os investimentos nesse setor, para que de fato a cidade se constituísse como exemplo a outras unidades da federação e, porventura, para além do território nacional.

Ao longo das páginas da Revista Brasília, faz-se notar tamanha a inquietude em aparelhar a futura sede do governo nacional com uma ampla rede escolar, que perpassaria por aquelas, públicas, privadas, confessionais e não confessionais. Deste modo, conforme a edição n. 20 de agosto de 1958, o periódico discorre sobre um convênio direcionado à construção de instituições de ensino, que "[...] fora do Plano Escolar, o convênio tem validade até 31 de janeiro de 1961, a Novacap poderá firmar acordos com entidades públicas ou privadas que se disponham a construir estabelecimentos de ensino no novo Distrito Federal" (Revista Brasília. "Noticiário – particulares", 1958, p.15), estabelecendo de tal modo parcerias para firmar o sistema escolar brasiliense.

Figura 22 – Convênio da Novacap a realizar acordos com entidades públicas e privadas.[27]

Fonte: Revista Brasília, N.20, agosto de 1958, p.20

Com esse olhar voltado para a organização escolar, vigente e futura, projetava-se que "[...] à época da transferência, em abril de 60, haverá em Brasília 15 escolas primárias, 15 jardins de infância; duas escolas-parque e um centro de educação média, um ginásio, escola normal, além dos colégios particulares [...]" (Revista Brasília. "Noticiário – rede escolar de Brasília", 1958, p. 18), tudo isso de acordo com esta tiragem, a de n. 21 de setembro de 1958, com o anseio por parte da Novacap de fazer com que a nova capital protagonizasse seu potencial de realizações diante de outras cidades, a fim de que todas as pessoas que nela habitasse, homens, mulheres e crianças, pudessem ali "[...] viver felizes e contentes, em ambiente de paz, de trabalho e de conforto [...]" (Revista Brasília. "Noticiário – rede escolar de Brasília, 1958, p. 18).

Ao tomar nota dessa projeção, que compôs parte do noticiário da tiragem de n. 21, é possível inferir, mais uma vez, que a nova capital pretendia, de fato, ser modelo em todos os aspectos, inclusive naqueles que concebiam as sensações e percepções pessoais daqueles que ali morariam ao destacar, até mesmo, os sentimentos pretendidos para aqueles que habitassem a localidade, ao citar adjetivações como: felizes e contentes, quando de maneira não tão

[27] Na imagem, "O Ministro da Educação, prof. Clóvis Salgado e o Presidente da Novacap, Dr. Israel Pinheiro, assinam convênio para ensino em Brasília, presente o Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da Novacap."

objetiva atribuem esses sentimentos e sensações ao projeto de constituição escolar intencionada quando da inauguração da cidade modelar que erguia-se no cerrado brasileiro.

Dentro dessa logística de pensar, construir e compor o cenário escolar da nova capital no período que precede sua inauguração, além dos convênios anteriormente mencionados sobre parcerias público e privada, para nutrir a constituição das unidades escolares, houve ainda notícia correlata a assinatura de um convênio que tratou sobre a merenda escolar. A respeito desse convênio, a edição n. 23 de novembro de 1958, p.18 traz:

> Merenda escolar
> O Ministro Clóvis Salgado e o Dr. Israel Pinheiro assinaram, no Ministério da Educação, um convênio para um programa de merenda escolar do Grupo Escolar de Brasília. O Ministro representou a Campanha Nacional de Merenda Escolar e o Dr. Israel Pinheiro firmou pela Novacap. Pelo convênio o Cmme fornecerá merendas até para 400 escolares de nível primário que frequentam gratuitamente o grupo escolar de Brasília. A Novacap deverá organizar o seu setor de merenda "fornecendo pessoal, instalações e material necessário ao seu funcionamento." Colocará à disposição da Cmne "pessoa categorizada, conhecedora dos problemas educacionais e assistenciais para dirigir o setor" e se incumbirá também de receber os gêneros e material gráfico e distribui-lo e estocá-los (com a colaboração das Pioneiras Sociais). Foi prevista, ainda, a criação de uma horta escolar no Grupo, ficando a cargo da "Novacap" promover a variação do cardápio, utilizando produtos regionais, depois de apreciados e recomendados pela sede do Cmne" (Revsita Brasília. "Noticiário – merenda escolar", 1958, p. 18)

Infere-se por esse noticiário que a preocupação com escolarização perpassava a construção de unidades escolares e a viabilização daquilo que deveria as compor, desde bens materiais, de pessoal para a realização do trabalho, alimentação e cuidados para com o público atendido. Assim sendo, observa-se na nota a inquietude com questões assistenciais para com os estudantes primários do grupo escolar de Brasília, que concebeu atenção por parte da figura do Dr. Israel Pinheiro e do então ministro da educação, Clóvis Salgado.

Neste grupo escolar de Brasília ficou acordado o fornecimento de merenda para até 400 escolares do ensino primário, sob a organização da Novacap. Dentro desta logística ocorreu a colaboração das Pioneiras Sociais, que conforme mencionado no Capítulo I, consistiu numa importante fundação, criada por dona Sarah Kubitschek, que realizava doações aos desprovidos, a partir de ações assistenciais encabeçadas por mulheres consideradas da elite social daquela a época.

Nesse sentido, nota-se que tal qual a infância, a escolarização na nova capital abarcava, também, em sua essência, um olhar assistencialista, olhar que possivelmente convergia com o panorama nacional, uma vez que o país experimentava o aumento do contingente

populacional urbano. Pessoas com recursos mínimos iriam tentar a sorte na cidade, forçando o Estado, na figura das suas instituições, mirar sua assistência a essa camada populacional, na qual a criança estava inclusa e que com essa recente configuração impunha ao país a necessidade de institucionalizar a infância. No cenário nacional, entre as décadas de 1950 e 1960, Theodoro (2018, p. 11) acena para "[...] um aumento da tensão social e das reivindicações por serviços públicos que não chegavam às populações mais pobres ou recém-chegadas às grandes cidades [...]".

Assim sendo, a escola além do olhar educativo, com perspectivas para o futuro, aparentou indicativos não apenas sobre a preocupação em nutrir os escolares com saberes intelectuais, vistos como necessários ao progresso social, bem como também o de alimentar e cuidar do corpo físico daqueles que compunham as primeiras escolas de Brasília. Situação que leva a supor possíveis condições sociais e de vulnerabilidade dos escolares, bem como questões diversas que poderiam interferir, de algum modo, nos resultados esperados a partir do ambiente escolar, que na edição destacada a ênfase foi dada à alimentação.

Essa situação em particular leva a depreender que pensar a escolarização, a educação, requer não apenas a intencionalidade de construir uma capital que se fizesse modelo às demais unidades da federação, seja na sua arquitetura, seja em seu modelo educacional. Deste modo, e na presença da gama de múltiplos esforços para conceber a escolarização no "coração" do cerrado brasileiro é que estes poderiam ser nominados nesse estudo como a "Marcha da Escolarização", em analogia à coluna da Revista Brasília nomeada como 'Marcha da Construção'.

Talvez por se tratar de uma dinâmica que transitasse por numerosos esforços, a exemplo da questão alimentar, é que a última edição do ano de 1958, a de número 24, deste periódico, comunica a escolha de um profissional destinado a acompanhar as questões pedagógicas, de erguimento de escolas e a orientação e negociações correlatas ao sistema educacional de Brasília.

Esse profissional tratava-se do professor Inezil Penna Marinho[28], que segundo a edição n. 24 de dezembro de 1958, "[...] foi designado pelo ministro Clóvis Salgado para acompanhar no que diz respeito à parte pedagógica, a construção em Brasília das unidades educacionais, a

[28] De acordo com Dalben (2011), Inezil Penna Marinho trata-se de um intelectual, professor de Educação Física, que contribui em termos acadêmicos para a construção da história da Educação Física no Brasil. Inezil em 1939 "foi aprovado para o cargo de subassistente técnico na Divisão de Educação Física" (Dalben, 2011, p. 70), que com sua figura nesta divisão e em conjunto com a Escola de Educação Física do Exército mantiveram diálogo com o governo Getúlio Vargas, que a época presidia o Brasil sob a face do Estado Novo. Ainda segundo Dalben (2011, p. 71), por volta de 1960, Inezil Penna Marinho, muda-se com sua influente família, com pai Cônsul e irmão embaixador, para exercer e assumir cargo na então mais nova unidade da federação.

cargo do ministério da educação e cultura" (Revista Brasília. "Noticiário – Educação", 1958, p. 18). Ainda na lógica de alicerçar uma estrutura escolar antes da inauguração da nova cidade é que esta tiragem noticia seu primeiro jardim de infância, com previsão de inauguração em abril de 1959, além das perspectivas por espaços para educação primária, curso secundário e o ensino normal, destinado à formação de profissionais para a educação primária.

A essa altura e com a iminência da oficial implantação e transferência do Distrito Federal, para o Planalto Central, a Revista Brasília anuncia previsões quantitativas para construções elaboradas de acordo com um plano de educação organizado pela Novacap e técnicos do Ministério da educação, que além das projeções escolares para área central de Brasília, contemplou a implantação de "[...] uma biblioteca pública com auditório; uma escola classe; um jardim de infância para as cidades satélites de Taguatinga e Sobradinho[29]" (Revista Brasília. "Noticiário – Educação e Saúde", 1959, p.20), cidades estas que se ergueram quase que de modo concomitante a Brasília, com o fim de abrigar aqueles que chegavam à futura capital sob os mais diversos propósitos.

Nesse momento, ano de 1959, nota-se que o "objeto" Brasília se tornava cada dia mais "palpável", que saia do papel e da imaginação de seus idealizadores. Contudo, a Revista Brasília, que fora criada basicamente com intuito de publicizar e convencer a opinião pública sobre o motivo, pelo qual Brasília estava sendo construída, meses antes do estabelecimento oficial desta, sinalizado para abril de 1960, prossegue sustentando as razões que a inspiraram, como destaca a edição de número 30, do mês de junho de 1959.

> Brasília não é o capricho de um homem.
> [...] A propaganda de Brasília devia começar na escola primária e desenvolver-se nos cursos secundários e universitários. Dever-se-ia mesmo criar uma nova disciplina: Brasília. Porque é que não se promovem aulas, conferências públicas, exposições, catálogos, prospectas sobre a importância econômica desse empreendimento ciclópico e o papel de libertação, redescoberto e valorização que Brasília desempenhará para um mundo fabuloso de fantásticas possibilidades, ainda adormecida, como no primeiro dia da Criação? [...]" (Alves Vieira, 1959, p. 1).

Deste modo, a Revista Brasília, nas palavras de Alves Vieira (1959), disse que a propaganda de Brasília devia ser iniciada na escola primária, que muito embora o texto não revele quais escolas, se apenas as brasilienses ou todas do país, deveriam professar a disciplina

[29] Embora uma aparente ambiguidade, relacionada ao trecho da nota do impresso, que corrobora para o entendimento de que um jardim de infância tenha sido construído para as cidades de Taguatinga e Sobradinho, imagina-se que a mensagem relacione-se a construção de um Jardim de Infância para cada cidade: um para Taguatinga e outro para Sobradinho, dado ao fato das cidades localizarem-se a uma distância geográfica superior a 30km uma da outra.

Brasília, de modo a não haver dúvidas sobre a relevância da permuta do Rio de Janeiro para a região central do centro-oeste do Brasil. Em analogia com o que Brites (1999) considera sobre o universo da propagada, ao notar que as crianças aparecem em anúncios para justificar como o consumo atua na construção da imagem do país, desde o início do século XX, nota-se que a escola clamada por Alves Vieira (1959) emerge como universo propício para propagar, por intermédio das crianças e dos seus escolares aquilo que via como essencial ao momento: propagandear o valor contido no feito Brasília.

Ainda que na iminência do estabelecimento do novo Distrito Federal, com instituições de ensino em pleno funcionamento, antes mesmo da sua inauguração, já na primeira página deste número, o leitor se depara com um texto que objetiva em sua essência desvelar a necessidade do construto Brasília, sob a afirmativa de que a cidade não se configurava como desvario impulsivo de um homem, mas elemento indispensável a um futuro promissor da nação brasileira, dando inclusive a possibilidade de melhor compreender as deficiências nacionais, já que Alves Pinheiro (1959, p. 1) afirma que com a capital no Rio de Janeiro, "[...] O carioca (e, todos nós que vivemos aqui, somos afinal, cariocas), ignora o resto do Brasil [...]".

Essas pontuações apresentadas, praticamente as vésperas da célebre instalação no planalto brasileiro, destacam o papel da escola como organização e da imprensa periódica como dispositivos que podem operar na compreensão da realidade de determinados grupos sociais, a partir dos discursos por elas adotados, que uma vez mais ao evocar Chartier (2002), permite lembrar, segundo sua percepção sobre as representações sociais, que estas não fundam-se de entendimentos isentos, mas de discursos que representam e legitimam o pensamento de um grupo sobre outro.

Ao longo do ano de 1959, o que pode ser conferido nas páginas da Revista Brasília naquilo que orienta a escolarização, no período que precede a inauguração da suntuosa cidade de Brasília, foi uma verdadeira "Marcha da Escolarização", com a incessante busca pela entrega de salas de aulas, edificações escolares permanentes ou provisórias e a sistematização de representações com encargos dirigidos à educação de Brasília, como a Caseb e o Plano de Construções Escolares de Brasília, a ser detalhado a seguir, além da busca pela formação de uma equipe técnica direcionada a tomar nota dos assuntos correspondentes a educação.

Dentre esses nomes está o de Anísio Teixeira, que se encontrava à frente do Inep na ocasião. Postas essas situações ao longo do recorte temporal aqui proposto, faz-se flagrante o indício de que a Novacap notou a complexidade da construção de um sistema educacional,

dado que esse sistema intencionava progresso e desenvolvimento à nova unidade da federação, de modo a impulsionar os demais entes federativos e com isso o Estado brasileiro.

Muito embora o periódico apresente indicativos de que as lideranças governamentais que estavam à frente da construção de Brasília buscaram melhor direção técnica e logística dos assuntos educacionais do novo Distrito Federal, é notória a ênfase dada pela revista ao detalhamento e prestação de contas, em termos quantitativos, de obras entregues ou previstas, seja pela coluna "A Marcha da Construção" ou pela seção "noticiário", que reunia notas sobre esferas diversas do projeto Brasília, dentre estas educação, ensino e construção de escolas.

Outro ponto que é digno de ser destacado nesse período é o uso de imagens fotográficas das edificações escolares já entregues ou na iminência da sua entrega a comunidade. Há ocorrências que verifica-se a utilização da mesma fotografia em números e edições distintas deste periódico, situação que pode expor as condições da construção material daquelas imagens ou incidir naquilo que Kossoy (2020) posiciona como filtro cultural, evento no qual situa o fotógrafo como o feitor desse filtro, que aqui a fonte eleita parece fazer as vezes desse filtro cultural, por perceber que tais imagens produzidas "[...] em qualquer época seriam consideradas importantes e definitivas [...]" (Kossoy, 2020, p. 47). Percepção esta promovida pela perspicácia do fotógrafo que pode produzir imagens importantes, ou apenas imagens, a depender do assunto ou interesse que a captura e utilização que essas imagens se propõem.

Por fim e dentro daquilo que inicialmente se propôs a seção, que foi a de enfatizar as ações voltadas a escolarização primária, esteve manifesta pela Revista Brasília uma inegável preocupação em atender a este público, sobretudo após o ano de 1957, quando as famílias dos trabalhadores começaram a chegar à capital e ao fato que compunham-se em maior número por crianças na faixa etária desta etapa escolar, sendo possível perceber por fotografias e relatos que começou-se tanto por iniciativa privada, quanto pública uma grande atenção a partir desta etapa escolar, mas que embora pareça fato evidente dar início a partir da escolarização do primeiro grau da época, tornou-se perceptível, também, ao longo das edições, que ocorreram momentos que foram necessários usar de ações paliativas ou de urgência para que houvesse salas de aula a disposição do contingente de crianças que chegava as terras do Planalto Central.

Neste sentindo, confere-se que a "Marcha da Escolarização" propôs-se atender com prioridade a educação primária, deste modo, talvez seja esta a razão, no período em que o novo Distrito Federal é edificado, que somente no ano de 1959 é noticiada a entrega do primeiro Jardim de Infância da localidade. Apenas em setembro de 1959, a edição de número 33 da Revista Brasília noticia a inauguração de uma unidade de ensino direcionada às crianças

em idade pré-escolar, aquelas entre 4 e 6 anos, quando enfim esta instituição pública destinada a essa faixa etária é entregue a comunidade em solenidade no dia 12 de setembro, dia reportado pelo impresso como aniversário do presidente Juscelino Kubitschek, que enalteceu a data estabelecendo outras obras, conforme pronuncia a revista.

Figura 23 – Jardim de infância em Brasília[30].

Fonte: Revista Brasília, N. 33, setembro de 1959, p.08.

Mesmo que de modo genérico, por levar em consideração basicamente os indícios presentes na fonte de pesquisa aqui eleita, o que se verifica no período que antecede a inauguração da nova capital foram ações que buscaram alcançar o projeto piloto da cidade, tentando contemplar a arquitetura nele contida, que estava inclusa, por exemplo, a localização das escolas e número estimado de escolares por número de habitantes.

Assim, as salas de aulas e unidades escolares que careciam serem inauguradas em caráter emergencial, como aquelas erguidas em algumas cidades satélites, devido à explosão demográfica na região, que recebeu junto com os trabalhadores um contingente expressivo de filhos e filhas destes, em idade escolar, contrariou de sobremaneira o planejamento inicial, mas pode ter servido como alerta sobre a amplitude dos aspectos envoltos ao desejo de construir um sistema escolar aliado a intenção de torná-lo referência nacional.

Posto que a Revista Brasília dispõe de valorosos indicativos de ter concentrado as pautas de suas edições basicamente na educação primária, na edificação e suprimento das

[30] Projeto de Nauro Jorge Esteves - Localiza-se no setor de habitação individual geminado.

unidades escolares que urgiam de acordo com o clamor do momento e que reporta bem aquilo que aqui nominamos como “Marcha da Escolarização”, há sinais nesta fonte de que tal “marcha” contemplou, mesmo que em graus diferenciados, todas as etapas educacionais.

Tais evidencias manifestam por intermédio da escrita ou imagens fotográficas, nesse recorte temporal entre 1957 e 1960, que a educação primária se mostrou essencial para promover a escolarização da futura Brasília, o ensino técnico e profissional apontou-se como imprescindível para gerar mão de obra qualificada às necessidades locais, conferida pelo impresso a partir da Escola Profissional de Taguatinga, na então Vila Operária.

Esforços como aqueles voltados à construção de Jardins de Infância também foram registrados pelo periódico, bem como a educação de nível secundário, a abertura do curso para normalistas, a aprovação para criação de um curso de medicina, a educação inclusiva voltada aos surdos e a idealização e construção da Universidade de Brasília foram inclusas nas movimentações que dariam vida e forma ao sistema escolar de Brasília. Contudo, a “menina dos olhos” destacada pela Revista Brasília para o sucesso da escolarização brasiliense pareciam ressaltar a potência que viria pelos “braços” das escolas classes e escolas-parques.

2.2 A escolarização no processo de consolidação de Brasília

Com relação à escolarização no processo de consolidação de Brasília, sublinha-se nesta seção o espaço-tempo entre 1960 e 1967. Na seção anterior, foi possível apreender que os quatro primeiros anos que precederam a inauguração de Brasília foram marcados por um direcionamento institucional que estava a se constituir junto com a construção da cidade, à medida que eram identificadas necessidades de abrir salas de aula e escolas.

Desse modo e em caráter análogo à coluna de notícias ‘A *Marcha da Construção*’, criada pela Revista Brasília para alimentar a opinião pública sobre as obras realizadas ou a realizar na futura nova capital, continua-se, tal qual na seção I, a fazer referência às realizações no plano da escolarização com a nomenclatura “Marcha da Escolarização”.

Por serem notórios os indicativos postos pela revista em fornecer notícias e imagens que propunham um largo aparato de ações e esforços direcionados a materializar a ideia de construir um sistema escolar modelo, a “Marcha da Escolarização” manteve-se presente ao longo dos primeiros sete anos a partir da inauguração de Brasília, mas que nessa ocasião contou, a partir de 1961, com o estabelecimento do Plano das Construções escolares que

continha todo um planejamento, já possível de ser visualizado antes mesmo da sua oficialização.

Dentro dessa "marcha" para constituir a sonhada educação modelo a Revista Brasília, mais uma vez, possibilita enxergar "rastros" da tentativa de organizar ou reorganizar aquelas situações que fugiram ao idealizado, mesmo após a instituição de Brasília como capital federal. Com indicativos dessa percepção, a Revista Brasília estreia o espaço tempo entre 1960-1967 na seção Noticiário do impresso, e a edição de número 37 do mês de janeiro de 1960 noticia a contratação de docentes para atuarem em Brasília, cuja notícia assim destaca:

> Atingiu em janeiro o final de sua primeira etapa o trabalho da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, subordinado ao Ministério da Educação. Esse trabalho objetiva selecionar professores que funcionarão nos diversos cursos que estão sendo instalados na futura capital do Brasil (Revista Brasília. "Noticiário - Professores para Brasília", 1960, p.18).

A partir desse informativo, sobre essa seleção possivelmente mais ampla e de forma mais refinada para compor o corpo docente da nova capital, depreende-se até aqui que o período da construção delineou o planejamento dos rumos educacionais da cidade e abriu caminhos para melhor gerenciar e alinhavar o sistema escolar para a educação em Brasília, no momento da oficial instalação como capital do país. Fato que proporcionou reconhecimento quando "[...] o ministro Clóvis Salgado congratulou-se com o Sr. Israel Pinheiro pelas realizações daquela companhia no campo da educação primária, inclusive no que diz respeito às obras já executadas e em andamento" (Revista Brasília. "Noticiário – Educação em Brasília", 1960, p. 19).

A esse momento a Novacap já havia "aprimorado" o Departamento de Educação e Saúde, acenado na seção anterior, constituindo a partir dele novos desdobramentos e uma comissão. Aqui já era claro, assim como o ideal desenvolvimentista, o objetivo de que o sistema escolar da nova capital fosse de excelência no contorno local ao ponto de tornar-se exemplo ao sistema educacional nacional. Deste modo, o Departamento de Educação e Saúde, tempo depois constituiu-se como Departamento de Educação e Difusão Cultural, que, de acordo com Pereira e Rocha (2011, p.28), deveria promover ações tocantes a emergências educacionais até a consolidação do sistema escolar do novo Distrito Federal.

Essas ações por parte da Novacap, em criar departamentos com objetivos diretivos podem ter revelado, ainda, o entendimento da complexidade em que estava envolta a educação e a consolidação de um sistema escolar. Para tanto, a Revista Brasília traz esses indicativos e os dispõe de maneira, quem sabe, cuidadosa. Ordenar as edificações escolares pareceu ser

insuficiente para se erguer um sistema educacional em uma cidade que nascia em meio a poeira do cerrado, de forma que algumas competências mais diretivas aparentavam sobressair a alçada confiada à Companhia Urbanizadora da Nova Capital, ainda mais se tratando da tamanha magnitude desejada a educação modelar no Planalto Central.

A datar de 1959, com a instituição da Caseb, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, Pereira e Rocha (2011, p.29) destacam a importância da participação de Anísio Teixeira na formação de um colegiado composto a partir desta comissão. De tal modo, no ano seguinte à inauguração de Brasília, as articulações vindas desse colegiado deram origem a uma publicação na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1961: o *Plano de Construções Escolares de Brasília*, que foi determinante para sinalizar as contribuições de Anísio Teixeira para com o sistema escolar de Brasília.

Em 1961, quando lançado o *Plano de Construções Escolares de Brasília*, é registrado neste documento que o sistema escolar desta cidade devia conjugar a funcionalidade espacial conferida por Lúcio Costa a máxima de fazer com que a localidade tornasse exemplo para outros sistemas educacionais do país. Teixeira (1961) pondera ainda que a modernidade impunha a obrigatoriedade de conceber escolas que atendessem as necessidades mais específicas dos novos contextos da vida social. Nesses novos contextos, o plano escolar contemplou todos os níveis de ensino, interpondo do nível primário ao superior.

> O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país. Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste - em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está este a chamar - num conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à necessidade de vida e convívio social (Teixeira, 1961, p. 195).

Segundo Anjos (2022), para a historiografia da educação é inegável o valor das contribuições de Anísio Teixeira em delinear as bases do sistema escolar do novo Distrito Federal. Este valor está sobretudo por seu conhecimento no campo educacional e deve-se também ao fato de nutrir desejos, que em certo modo coincidiam com aqueles que fomentaram a transferência da capital federal. Se a JK Brasília era sinônimo de desenvolvimento e progresso nacional, para Anísio Teixeira estes avanços só seriam possíveis com investimentos na educação.

De acordo com Pereira e Rocha (2011, p. 29), a educação revolucionária, que traria desenvolvimento ao Estado, tinha, para Anísio Teixeira, suas premissas na emancipação tanto do homem, quanto da nação. Contudo, essa emancipação não se situava tão somente a parâmetros econômicos do país, mas na "[...] tomada de consciência pelos brasileiros do atraso social, econômico, político e cultural do país" (Pereira; Rocha, 2011, p. 29). Conforme Anísio Teixeira, o atraso do país só seria superado com uma educação pública de qualidade e igualmente distribuída e acessada por todas as pessoas.

A educação de Brasília e do Brasil recebeu grande influência das contribuições de Anísio Teixeira, que no Inep viabilizou uma reorganização deste órgão e impulsionou o olhar para a educação primária.

> [...] Anísio Teixeira, levado na década de 1950 à direção do INEP, promoveu a reestruturação do órgão, transformando-o na "repartição do ensino primário". Essa instituição, antes reduzida a atividades meramente burocráticas, tornou-se, então, verdadeiro poder paralelo dentro do Ministério da Educação. Enquanto a este cabia a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino médio e superior, àquele órgão foi delegada a incumbência de promover assistência técnica aos sistemas estaduais de ensino, fundamentalmente às escolas primárias [...] (Pereira; Rocha, 2011, p. 30).

À vista disso, a escola, e aqui destaca-se a escola primária, foi compreendida como um caminho que responderia aos ideais de progresso. Ideais estes bastante recorrentes, seja pela voz do presidente JK, seja no "eco" do seu pensamento propagado nas páginas da Revista Brasília, em função da construção da cidade que sediaria e representaria o Governo Federal. Na figura de Anísio Teixeira e a sua extensa experiência em conhecimentos educacionais do Brasil, havia toda uma credibilidade em dispor e a ele confiar a elaboração das concepções de um plano educacional para Brasília, haja vista que ainda no Inep percebeu a "[...] insuficiência de recursos econômicos, materiais e humanos [...]" (Pereira; Rocha, 2011, p. 31), propondo neste instituto que para se chegar a uma transformação na educação, esta começasse a ser realizada no ensino primário.

Diante desta compreensão, presume-se que Brasília pudesse ser o local ideal a dar vida aos pressupostos defendidos por Anísio sobre a educação. A inexistência de um sistema de ensino, a ausência de um histórico precedente próprio transferia à cidade um aspecto singular em relação ao país como um todo. Circunstâncias e contexto favoráveis para o implante de um sistema escolar exemplar, além de parecer consenso entre os defensores da transferência da capital e aqueles que propunham uma renovação no sistema educacional do Brasil.

Com essa visão, detecta-se ainda a convergência do olhar renovador para a educação, considerado por Anísio Teixeira com o plano arquitetônico projetado por Lúcio Costa. A localização das escolas e número de unidades escolares deviam estar em consonância com o quantitativo populacional, junto à acessibilidade de percurso que possibilitaria maior aproximação social, pois as unidades deveriam atender, a priori, a população moradora das quadras onde foram construídas.

Anísio Teixeira demonstrava simpatizar-se com essa ideia urbanística, pois a organização dos espaços escolares era algo relevante dentro das suas aspirações no campo educacional. Ele, segundo Pereira e Rocha (2011), desde a década de 1930, demonstrava inquietação "[...] com relação à organização do espaço escolar, preocupação que certamente se aguçou ao visitar escolas americanas e verificar que a realidade era bem diversa da nossa" (Pereira; Rocha, 2011, p. 33).

Sobre esses objetivos, a Revista Brasília agiu como porta-voz dos atos administrativos do Governo Federal e mostrou sagacidade ao publicizar seu repertório de notícias no campo escolar, mesclando informações sobre a "Marcha da Escolarização" referente à construção de unidades escolares, na maioria das vezes destacando aquelas que mostravam conformidade com a proposta urbanística, mas sem deixar de lado aquelas conexas ao modo como daria vida a realização dessas aspirações.

Com a inauguração da capital, a "Marcha da Escolarização" manteve-se viva, porém ao longo da década de 1960, mais precisamente até o ano de 1967, foi notado que as edições do periódico se esforçaram em transmitir o pleno funcionamento do sistema escolar do Distrito Federal. Nesse sentido e mais uma vez retornando a temática da contratação docente, é que chama a atenção o modo como um segundo informativo referente ao assunto é dissertado pelo impresso. Segundo ele, havia a perspectiva da contratação de "[...] 120 mestras de curso elementar para se ocuparem da rede escolar, cuja conclusão dar-se-á nos primeiros dias de abril [...]" (Revista Brasília. "Noticiário – Ensino", 1960, p. 19).

Aqui convém destacar dois pontos sobre essa segunda nota a respeito da contratação docente para a nova capital. O início dos trabalhos destas professoras estava previsto para abril daquele ano, mês comum ao escolhido para implantar oficialmente a cidade de Brasília, que embora já notificado o funcionamento de unidades escolares no período que antecedeu a inauguração da nova capital, sublinha-se no noticiário a ênfase dada ao gênero feminino para o exercício do magistério na educação primária.

A notícia destaca que eram "mestras de curso elementar", informação e situação que possivelmente vem ao encontro com o que Maluf e Mott (2006) posicionam em seu artigo,

com marco histórico fundamentado nas três primeiras décadas dos anos 1900, quando versam sobre as mudanças comportamentais da sociedade em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, seu maior protagonismo nos espaços públicos e sociais, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial e avanço dos ideais feministas, que certamente reverberou para que a profissionalização docente fosse uma atividade essencialmente feminina, como de tal modo infere-se pelo noticiário disposto pelo periódico.

Para Maluf e Mott (2006), os espaços conquistados pelas mulheres até os anos 1930 foram válidos e incontestáveis, reflexo de lutas, mas que essa inserção se constituiu de limites e empecilhos profissionais.

> [...] as ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa, taquigrafa, secretária, telefonista, operária das indústrias têxtil, de confecções e alimentícia (Maluf; Mott, 2006, p. 402).

Talvez pelo fato dessas conquistas serem relativamente recentes em relação ao período estudado por Maluf e Mott (2006), que cerca de três décadas após este espaço tempo, quando Brasília ajustava o trabalho docente na capital, durante a década de 1960, esta ocupação viesse a se constituir essencialmente por mulheres.

Ainda sobre a composição do corpo docente da nova capital e a seleção desses profissionais, confere lembrar que já no período da construção ocorria essa "triagem" profissional, porém, só na última edição do ano de 1959, a de número 36, é que o impresso enaltece o processo de seleção para profissionais da educação, sua amplitude e cuidado para a escolha destes, além de claramente destacar o valor daqueles que lecionariam na educação primária após a instituição de Brasília como capital federal.

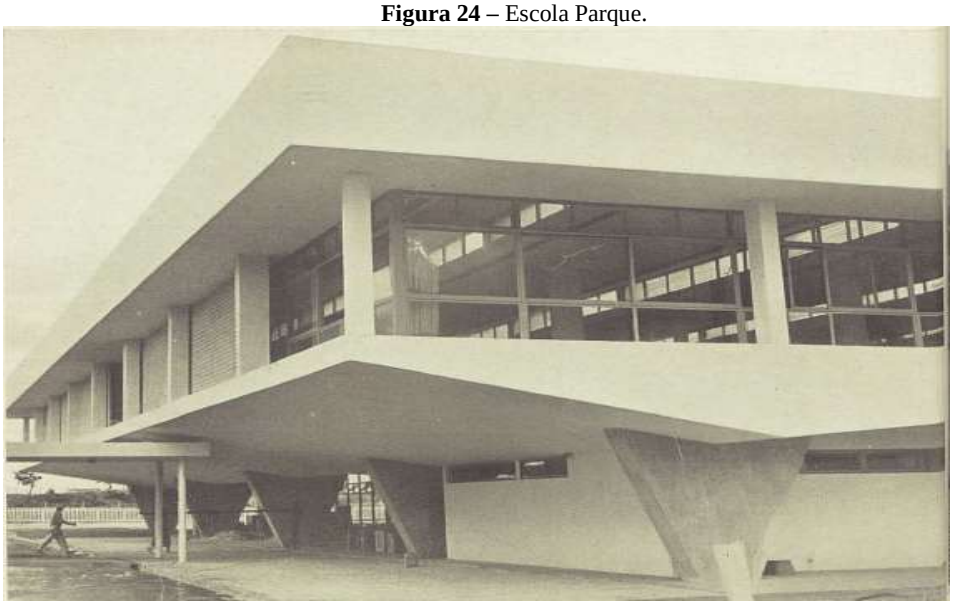
> [...] a Novacap procurou atender, da melhor maneira possível, à educação da criança, selecionando professores em diversos centros do país sendo gradativamente executado. Considerando o educador como o maior dos artistas, principalmente os professores primários, verdadeiros líderes da sociedade, na sua obra de moldar, formar e embelezar o espírito do adolescente, preparando-o paro a vida, foi adotado um regime de rigor na seleção dos professores (Revista Brasília. "Noticiário – Educação", 1959, p. 18).

O destaque dado à seleção docente, junto ao fato de aparentemente a Novacap dar início a descentralização dos assuntos relacionados aos processos educativos e escolares, por intermédio do estabelecimento de outras instituições administrativas como, Departamento de Educação e Saúde, Departamento de Educação e Difusão Cultural, Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb) e a elaboração do Plano das

Construções Escolares de Brasília, constituíram-se como fundamentais nesse percurso de construção da identidade da educação brasiliense. No entanto, a teia de informações levantada pela revista continuava a prestar contas essencialmente sobre o quantitativo ou quais obras foram executadas, estavam ou estariam em execução.

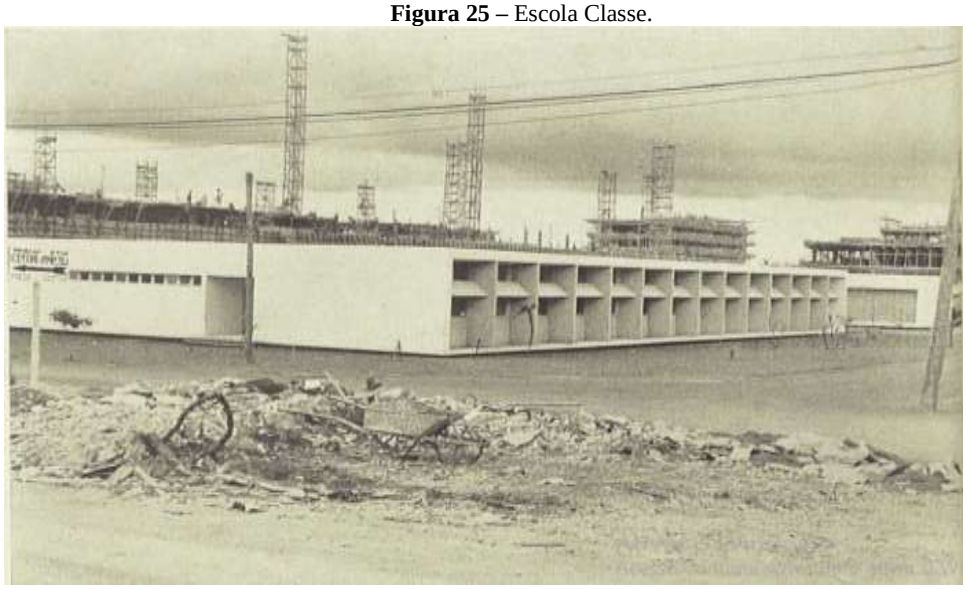
Ao longo da primeira edição do ano em que a nova capital foi inaugurada, a do mês de janeiro de 1960, faz-se curiosa a coluna 'A *Marcha da Construção'*, pois nesta ocasião as notas escritas foram retratadas por imagens fotográficas, em que quatro das imagens apresentadas correspondiam a dois prédios escolares, tratando-se de uma escola-parque e uma escola classe.

Figura 24 – Escola Parque.



Fonte: Revista Brasília, N. 37, janeiro de 1960, p.16.

Figura 25 – Escola Classe.



Fonte: Revista Brasília, N. 37, janeiro de 1960, p.16.

Possivelmente, esse recurso fotográfico utilizado pelo periódico, justo nos dois meses que antecederam a data escolhida para a inauguração de Brasília, tenha despontado como forma de fornecer devolutiva "concreta" em relação às notas escritas de edições anteriores, nesta mesma coluna, que quantificavam, anunciavam e planejavam muitas edificações, dentre as quais constaram os prédios escolares, a localização destas unidades e aquilo que era esperado delas.

Ao dialogar essas ideias com as de Chartier (2002), é percebido que a Revista Brasília utiliza-se de representações por ela já construídas, dentro da intencionalidade para qual o impresso fora criado. Chartier (2002, p.17) observa que para cada situação é "[...] necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza". Nesse sentido, ao apresentar as imagens fotográficas de escolas concluídas a Revista Brasília, ao que parece, busca reiterar não apenas o termino destas obras, mas talvez representar o sucesso da etapa da construção a ser continuado com a formação escolar a ser ofertada na cidade.

Embora todo o contexto, anseios e projetos para com o sistema educacional brasiliense, bem como toda a atuação da Revista Brasília, que de modo sutil comunicou o surgimento das primeiras escolas e com elas a gênese da escolarização em solos da futura capital, convém tomar por empréstimo as ideias de Faria Filho (2003). Ele, na ocasião de um estudo relacionado à escolarização nos séculos XIX e XX, verificou que o processo de instrução daquela época e a estrutura envolta à escolarização possibilitaria agenciar o povo a se comprometer com projetos almejados pelo país naquele período.

Aqui apesar do extenso espaço temporal em relação ao objeto desta pesquisa e aquele apresentado por Faria Filho (2003), é razoável observar estratégia semelhante do Estado, ao longo da construção, inauguração e momentos que sucederam o oficial estabelecimento de Brasília como capital do país no Planalto Central. A Revista Brasília, ainda que com sutileza, representa a escola como mecanismo indicativo dos rumos a serem trilhados pelo país, de acordo com os ideais projetados por seus governos.

Esses indicativos, verificados nos discursos proferidos pela Revista Brasília, em algumas ocasiões se posicionam de forma evidente, noutros de maneira implícita, mas quase sempre preconizam Brasília como mecanismo, meio ou instrumento para o desenvolvimento e modernização do território nacional.

Ainda a partir deste estudo de Faria Filho (2003), nota-se a escolarização como "[...] o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus significados [...]" (Faria Filho, 2003, p. 96), com interesse voltado para o que ele chama de "[...] 'consequências'

sociais, culturais e políticas da escolarização [...]" (Faria Filho, 2003, p. 96). Com essa percepção, vale sinalizar uma consideração já percebida no capítulo referente à infância, quando notado que o olhar dado pelo periódico a esta categoria geracional foi entrelaçado por muitas vezes a partir de situações que a relacionou a contextos de escolarização.

É nesse arranjo de ideias que a edição especial de n. 40, de abril de 1960, em notícia relacionada aos Centros de Educação Elementar, apresenta a escola como possível dispositivo para avançar o olhar às necessidades infantis, mas sem perder de vistas representações já preestabelecidas, como aquela de conceber Brasília como unidade modelo da federação, não apenas em sua arquitetura, mas no entendimento da educação como articuladora para alcançar projetos futuros.

Assim sendo, a edição especial em questão comunica as atividades propostas nos contraturnos das escolas parques, que de tal modo a Revista Brasília assim compôs a notícia:

> Em cada superquadra há uma escola parque, com capacidade para atender a 1.900 estudantes, em dois turnos, provenientes das 4 escolas-classe. Ali as crianças de 10 a 12 anos iniciarão suas atividades industriais em pequenas oficinas, dedicando-se à arte da tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, costura, bordados e trabalhos em couro, lã, madeira, metal etc. Ali também as crianças de 7 a 12 anos dedicar-se-ão a atividades artísticas, sociais, culturais e recreativas, como pintura, biblioteca, exposições, grêmios, música, jogos e natação (Revista Brasília. "Sistema educacional de Brasília, 1960, p. 69).

É importante notar que apesar da possível pretensão em utilizar o sistema escolar como aparato do Estado para validar seus ideais funcionais, administrativos e modernistas, as escolas parques sinalizam convicções menos "controladas" ou talvez mais libertas. Anísio Teixeira sinaliza no plano de construções escolares de Brasília, no qual consta a essência do seu pensamento, que ele o concebe, a partir do desejo da "[...] formação de um novo homem, consciente, capaz de integrar-se socialmente no 'mundo moderno' [...]" (Pereira; Rocha, 2005, p. 3).

Dentro dessa dinâmica de construção e constituição de uma sociedade renovada, Anísio Teixeira atribuía a realização dessa aspiração "[...] à escola pública e à organização de um novo sistema educacional, uma vez que os sistemas educacionais existentes não respondiam às exigências de formação desse novo homem da sociedade industrial [...]" (Pereira; Rocha, 2005, p. 3). Por outro lado, o trecho desta matéria que está se analisando dá ênfase à infância em um contexto institucionalizado, no caso na escola. Assim, é importante perceber que a nota situa a relação da criança com a escola, em alguma medida, a partir do vir a ser quando adultas.

Ao introduzi-las em uma formação para atividades industriais, a exemplo da tecelagem, trabalhos em metal, dentre outras, pode sinalizar características semelhantes àquela contida na proposta do plano para escolarização de Brasília, que a partir de Anísio Teixeira considerou o contexto da escola ativa[31], em que, com a realização de trabalhos manuais, via-se uma matriz de estímulos às capacidades ativas e criadoras das crianças.

Ainda que verificada no modelo educacional proposto por Anísio Teixeira a hipótese de posicionar a escola em ações que denotassem um retorno futuro, a partir das crianças e demais estudantes, é inegável que o plano educacional de Teixeira (1961) correspondeu e ainda corresponde a um imensurável avanço sobre o papel social da escola não apenas como objeto formativo instrutivo. Esta escola tinha como característica, ou missão, tornar oportuna atividades diversas, como aquelas artísticas, recreativas, musicais e esportivas, assinalando um compromisso em apresentar práticas que perpassassem os ensinamentos tradicionais, comumente delegados à instituição escolar, a exemplo do ensino da leitura, escrita ou matemática. Com esse olhar, é percebido o desejo em promover a diversificação do currículo escolar, educando de forma integral.

Outro ponto importante, a respeito das considerações apresentadas sobre a educação brasiliense e o papel de Anísio Teixeira no delineamento das bases do sistema escolar da nova capital, é que, embora o plano para educação da cidade tenha sido de fato oficializado em 1961, a Revista Brasília aponta indícios dele, em suas páginas, bem antes de sua legitimação. Um exemplo pertinente destes sinais está na organização da educação elementar, quando posiciona a disposição física das unidades escolares e as aptidões que nelas deveriam ser desenvolvidas. Posicionamentos estes um tanto conexos àqueles idealizado por Anísio Teixeira e conforme pode ser notado na edição n. 39 do mês de março de 1960.

> A educação elementar em Brasília será oferecida em "Centros de Educação Elementar", cada um dos quais constituirá um conjunto integrado por quatro jardins da infância; quatro escolas classe e uma escola-parque, · servindo a quatro quadras e assim discriminadas em suas finalidades: Jardins de Infância, destinados à educação de crianças de 4 a 6 anos; Escolas Classe, para educação intelectual sistemática, de menores nas idades de 7 a 12 anos em cursos completos de seis anos ou séries escolares: Escolas-parque, destinadas a completar a tarefa das escolas-classe mediante o desenvolvimento artístico físico e social da criança e sua iniciação no trabalho (Revista Brasília. “Noticiário – Educação Elementar”, 1960, p. 69).

[31] Sobre a escola ativa o termo refere-se basicamente como sinônimo daquele Escola Nova, aonde é utilizado ainda escola moderna ou progressista, que segundo Schneider (1986), trata-se de um olhar pedagógico, onde na escola as propostas de atividades e vivências buscam demandar “[...] o máximo de oportunidades para essa ascensão [...]” (Schneider, 1986, p. 4) das crianças.

Sobre esta escolarização oferecida nos “Centros de Educação Elementar”, é importante notar que se tratou, conforme enunciado na notícia, daquela oferecida nas escolas classes, escolas parques e jardins de infância compreendendo o que a época, década de 1960, compreendia a escolarização primária, com duração de seis anos.

Depreende-se ainda que a proposta dos “Centros de Educação Elementar” posicionava a educação escolar nos jardins de infância, para crianças entre 4 e 6 anos, como uma possibilidade fora do campo assistencialista ou como privilégio de poucos, que no olhar de Anjos (2022, P. 89-90), ao estudar momentos preliminares a oficialização do *Plano das Construções Escolares de Brasília*, indica que este “[...] plano educacional de Brasília, inclusive, retira os jardins de infância do campo assistencialista para integrá-los plenamente ao da educação [...]”, correspondendo a um avanço para o olhar do Estado à primeira infância e às políticas públicas a ela direcionadas.

Com esse possível olhar voltado a incluir a primeira infância na proposta da educação elementar para a nova capital, flagrado e lançado nas páginas da Revista Brasília, nota-se que as edições de número 37 e o número especial, que abarcou os números 45 até o 48, dedicaram-se, quase que exclusivamente, por lançar informações sobre as unidades escolares concluídas até então. Ainda no ano de 1960, a publicação de número 40 correspondeu a uma edição com 116 páginas. Nela houve vasto uso imagens fotográficas, que aparentemente buscou confirmar a conclusão, ou quase conclusão, de obras diversas, dentre elas algumas unidades escolares.

Assim, neste universo investigativo, que se propôs averiguar os indícios das representações sociais da escolarização, presentes no periódico da Companhia Urbanizadora para a Nova Capital, há, sobretudo nas edições do ano da inauguração, 1960, vigorosos indicativos de que se buscou anunciar que o “projeto Brasília”, seja para a cidade como um todo ou no olhar da construção e constituição do seu sistema escolar renovado e transformador estava sendo alcançado com sucesso.

As páginas da Revista Brasília, naquilo que orienta a escolarização da capital, buscam realçar que esta fundamentou-se no planejamento. Entretanto, em ocasiões anteriores, a exemplo da cidade de Taguatinga que fora construída em menos de 30 dias, a revista expressou robustos indicativos de que várias unidades escolares e salas de aulas foram abertas de acordo com a urgência de demanda proposta no momento. Nesse caso relacionado à cidade de Taguatinga e as escolas nela aparelhadas a explosão demográfica ocorrida na época, ano de 1958, fez com que o planejamento desalinhasse para além do planejado.

É oportuno que relembremos que as aspirações de Anísio Teixeira complementavam aquelas de Lúcio Costa, no que toca a educação. A arquitetura de Brasília foi traçada para

integrar serviços e instituições diversas, a exemplo do quantitativo e o posicionamento de unidades escolares num dado perímetro geográfico, no Plano Piloto da cidade. Já aquelas unidades que foram construídas de modo emergencial, o periódico fonte demonstrou anunciar domínio do governo diante das situações adversas. Deste modo, as edições da Revista Brasília, sobretudo aquelas do ano da inauguração da capital, fez-se entender que houve desafios, mas que foram prontamente resolvidos pela eficácia poder público.

Cabe ainda posicionar que ao longo do ano de 1960 os números impressos da Revista Brasília relembraram, ou reafirmaram, notícias de edições anteriores, de modo especial aquelas comunicadas por imagens fotográficas, que aparentemente apresentava uma cidade pronta. Contudo, Anjos (2022) pondera que mesmo após a inauguração, a nova capital constituía-se como um vasto canteiro de obras que perdurou até a década seguinte.

Embora a Revista Brasília apresente o processo de escolarização mais sobre o aspecto da construção e abertura de salas de aula, outros fatores de extrema relevância à composição do jovial sistema escolar se fizeram presentes em suas páginas. O processo seletivo para contratação docente, a criação de departamentos e comissões para atuar junto aos assuntos educacionais de Brasília, dentre outras situações, ainda que modestamente, estiveram presentes em algumas ocasiões e números desta revista. Situações que fortalecem os indícios presentes nesse periódico de existir um sólido planejamento educacional para nova capital, apesar de, por vezes, serem necessárias ações emergenciais.

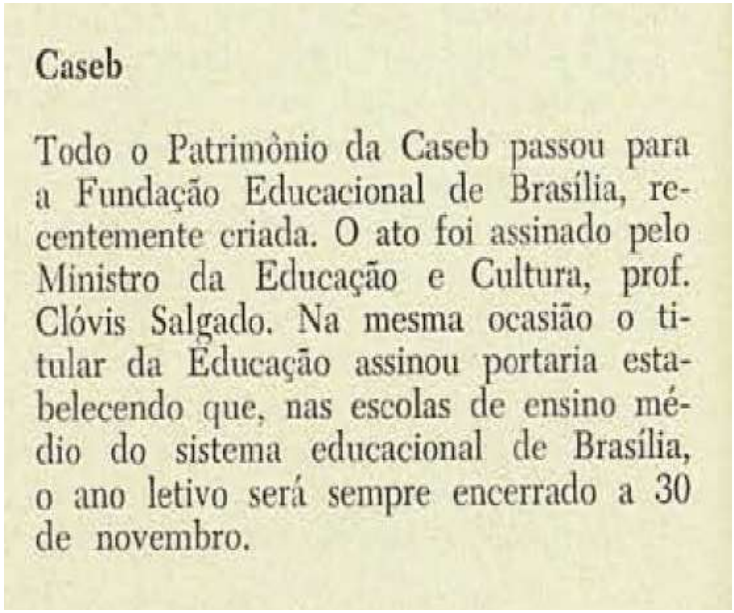
Até aqui as edições da Revista Brasília, no ano da inauguração da cidade de Brasília, reiteram o planejamento da educação como fator propulsor para o progresso da nova capital e do país, cuja característica principal está na prévia estruturação daquilo que era desejado ao modelo de educação da nova capital, no qual seu principal atributo esteve no fato da educação pública, em conformidade com Anjos (2022) ter iniciado seus “passos”, a partir de longo planejamento idealizado para o sistema de educação pública do novo Distrito Federal.

Ao finalizar esse ciclo, do ano de 1960, composto por nove números, sendo dois deles edições especiais, o repertório de divulgação da “Marcha da Escolarização” aqui verificada concluiu o ano com muitas promessas para a educação que passou pelo compromisso de construção de habitações para os docentes, da segunda Escola Parque e mais unidades de ensino, as quais incluía as então chamadas cidades-satélites de Taguatinga, Sobradinho, Gama e Planaltina.

A esse tempo, a Revista Brasília chegou a numerar o quantitativo de estudantes primários ao de 3.779 crianças. Além da perspectiva de ampliação do número de unidades escolares para o ensino primário e secundário, já constava a aprovação do congresso nacional

para a construção da Universidade de Brasília. Neste ano, também, a Caseb passou suas incumbências para a Fundação Educacional de Brasília, com nota publicada na seção noticiário do último número de 1960, em dezembro daquele ano.

Figura 26 – Notícia sobre a Fundação Educacional de Brasília.



Caseb

Todo o Patrimônio da Caseb passou para a Fundação Educacional de Brasília, recentemente criada. O ato foi assinado pelo Ministro da Educação e Cultura, prof. Clóvis Salgado. Na mesma ocasião o titular da Educação assinou portaria estabelecendo que, nas escolas de ensino médio do sistema educacional de Brasília, o ano letivo será sempre encerrado a 30 de novembro.

Fonte: Revista Brasília, N. 45-48, setembro/dezembro de 1960, p.08.

Com o estabelecimento da Fundação Educacional de Brasília é dado mais um passo na solidificação da base do sistema escolar da nova capital do país, que segundo Moraes (2019), trazia no seu bojo aspectos tayloristas[32] e weberianos[33]. Esses aspectos deixam claras as funções, a hierarquia e talvez o poder da burocratização da administração pública. No caso do sistema escolar e sua gestão descentralizada da Novacap permitiria, com a Fundação Educacional do Distrito Federal, uma suposta maior eficiência ao otimizar a administração desse sistema escolar.

> [...] a organização escolar, ao responder às demandas do mundo do trabalho e da vida social, apresentava elementos comuns às grandes empresas

[32] Refere-se ao pensamento de Frederick Taylor (1856-1915), que formulou um sistema de gestão da força de trabalho, com o fim de otimizar e administrar a força de trabalho. No Taylorismo verifica-se, "[...]regras e maneiras padrões de executar o trabalho [...]" (Ribeiro, 2015, p. 66).

[33] Refere-se a sociologia de Marx Weber, que segundo Ramos (2006), ao tratar um dos três tipos de dominação entendidos por Weber: a) A dominação racional-legal; b) A dominação tradicional e c) A Dominação Carismática. Moraes (2006) observa ao dissertar em Weber a dominação racional-legal, que se define pela legalidade e "[...] rege o princípio da competência e da hierarquia administrativas. A cada autoridade é atribuído um conjunto de funções [...]" (Ramos, 2006, p. 272). Nesse sentido, é percebido que o adjetivo weberiano, utilizado por Moraes (2019) pode ter sido empregado como aspecto da Fundação Educacional de Brasília, por ser percebido o interesse do poder pública em atribuir funções, a partir das bases legais que instituiu essa fundação.

> burocráticas, tais como: rigidez das leis e dos regulamentos escritos, os quais poderiam ser postos em prática por todas as escolas; hierarquia da autoridade; centralização do poder nas mãos do administrador escolar; racionalização; parcelamento do trabalho pedagógico; divisão de tarefas e atividades especializadas; divisão de funções entre planejamento e execução [...] (Moraes, 2019, p. 35).

No ano seguinte a essa implantação, ainda no início do ano de 1961, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publiciza o *Plano de Construções Escolares de Brasília*, cujos cuidados foram dados a Anísio Teixeira, e assim o institui oficialmente documentando-o na publicação n. 81 de jan./mar do ano de 1961 deste periódico.

Embora a Revista Brasília possibilite indicativos de que muitos dos seus pressupostos básicos já estivessem transitando como escopo para as construções e metas escolares antes mesmo da sua implantação oficial, documentá-lo e publiciza-lo consolidou a sua existência e os motivos dessa existência dentro de um modelo educacional imaginado em seus detalhes, tal qual a cidade erguida na poeira do cerrado no Planalto Central e posicionada no "coração" do Brasil.

Mesmo que estruturalmente as bases administrativas e de planejamento da educação aparentassem estar consolidadas, com a Novacap não mais centralizando o controle dos ordenamentos dessa área na nova capital, a coluna "A *Marcha da Construção*" passou a não mais figurar nas páginas do periódico. Por outro lado, a partir do primeiro número, do ano posterior à instituição de Brasília como Capital Federal, a analogia aqui posta, a qual nomeia-se neste trabalho como "Marcha da Escolarização", manifestava-se plena e com vários indicativos. Na primeira edição de 1961, n. 49, saiu uma nota sobre a construção de uma escola na cidade de Sobradinho, além da reconstrução do Auditório da primeira e até então única Escola Parque da cidade.

Até então verifica-se pouca frequência e detalhes sobre as construções escolares presentes nas cidades-satélites, ao contrário daquelas levantadas no Plano Piloto. Na área projetada em seus detalhes por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o periódico da nova capital sinaliza a tentativa do poder público de se fazer cumprir o *Plano de Construções Escolares de Brasília*. Muitas vezes as publicações corroboram para dar corpo a um enredo de incomplexidade deste processo, mas que por vezes sobressaiu e coincidiu com o que Anjos e Barbosa (2020) sinalizam a respeito do olhar de JK no tocante à construção de Brasília, quando pontuam a romantização dele ao descrever suas memórias relacionadas à construção da capital.

Essa coincidência aqui verificada possivelmente deva-se ao fato de a Revista Brasília não se dedicar a detalhar sobre a construção do sistema escolar fora do perímetro geográfico traçado pelos arquitetos. Este ambiente pode convidar leitores despretensiosos ou a recente historiografia da educação de Brasília a flertar com o romantismo supostamente aguçado pelo impresso, neste contexto de "Marcha da Escolarização" aqui identificada ou sugestivamente apelidada.

Faz-se notar ainda que o processo de escolarização, semelhante àquele de erguimento da cidade é visivelmente aclamado, porém é indicado pela Revista Brasília basicamente, mesmo após a inauguração da capital, sob três aspectos que passam pela: 1) Construção de unidades de ensino - com ênfase nos Centros de Educação Elementar; 2) O cotidiano escolar - a partir de imagens fotográficas e 3) Engrandecimento do sistema escolar da nova capital.

Sobre o destaque dado à *Construção de unidades de ensino, com ênfase nos Centros de Educação Elementar*, melhor ilustrado na educação primária, deve-se ao fato de que a escolarização precisava de algum modo buscar atingir o maior número possível de pessoas, assim sendo, Anísio Teixeira tinha como viável para aquele momento centralizar esforços, principalmente, na educação primária, a partir de investimentos, que eram escassos, nessa etapa da educação para assim atingir níveis posteriores.

Sob esse olhar, Pereira e Rocha (2011) escrevem que Anísio Teixeira defendia substanciais transformações na educação condizentes à democracia moderna, no entanto, ciente das adversidades já visualizadas por estar à frente do INEP, ele tinha consciência de que eram insuficientes os recursos destinados à educação. Tendo em vista as limitações econômicas, que refletiam como obstáculo para o desenvolvimento em recursos humanos e materiais, Teixeira dispôs-se a concentrar esforços na escolarização primária.

Por Brasília ser um lócus propício para ressignificar a educação do país e implantar condutas educacionais renovadas e vistas como inovadoras a Revista Brasília dedica-se em noticiar situações relacionadas à construção de unidades escolares, mesmo após a inauguração de Brasília, e na implementação dos Centros de Educação Elementar, representados pelos jardins de infâncias, escolas classes e escolas parques.

> Urbanisticamente, Brasília compõe-se de quadras e superquadras. Daí o Plano escolar da Nova Capital. A Educação Elementar é ministrada nos Centros de Educação Elementar. Cada Superquadra, integrada de quatro quadras, retém um Centro de Educação Elementar. O Centro abrange 4 jardins de infância, 4 escolas-classe e 1 escola parque. Os jardins de infância destinam-se à educação das crianças de 4 a 6 anos de idade. As escolas-classe ministram educação intelectual sistemática a menores de 7 a 12 anos de idade, em curso completo de 6 anos ou séries escolares. A escola-parque

> visa a complementar o conteúdo das escolas-classe, aprimorando e desenvolvendo artística, física e socialmente a criança. A escola-parque visa também, sobretudo, a iniciar a criança ao trabalho, mediante uma rede de instituições, que se entrosam e se ligam entre si, dentro da mesma área. E constitui-se de biblioteca infantil e museu; de pavilhão de atividade de artes industriais; de conjunto de atividades recreativas; de conjunto de atividades sociais, como música, dança, teatro, clubes, exposições; de dependências destinadas a refeitório e administração [...] (Revista Brasília. "Sistema Educacional de Brasília", 1960, p. 68).

Esse modelo de educação dos Centros de Educação Elementar, concebido em sua essência por Anísio Teixeira, não tem seu idealizador conclamado na Revista Brasília. Algumas informações acerca da participação de Anísio Teixeira na estruturação do projeto educacional de Brasília são melhor explicitados em produções bibliográficas, que não na Revista Brasília. Uma hipótese que pode ser lançada sobre a ausência de Teixeira, de forma expressa, na revista da Novacap, atribua-se ao fato dela credibilizar, em maior grau, os aspectos físicos e administrativos da cidade.

Faz-se pertinente destacar, ainda que subentendido até aqui, que no espaço tempo aqui delimitado (1960-1967), efetivamente só ocorreu a existência de um Centro de Educação Elementar. Apenas um conjunto de superquadra, 307/308 sul[34], hospedou a estrutura assentada nas características atribuídas para a sua composição. Esses centros deviam agregar jardim de infância, escolas classes e uma escola-parque, sendo que as duas últimas agiriam como complementares, ocupando-se uma com o público da outra em regime de alternância de turnos. Outro fator que não se pode perder de vista é que as escolas classes e alguns jardins de infância foram construídos de acordo com a demanda, num claro alerta sobre a planejado e o realizado.

> O plano de construções escolares previa a construção de 28 escolas-parque, especificamente para o Plano Piloto. Todavia, devido às transformações políticas, econômicas e históricas, bem como a inúmeras dificuldades, apenas 5 foram construídas. A primeira, inaugurada ainda em 1960, foi a Escola-parque 307/308 Sul, a única que efetivamente contemplou os aspectos idealizados por Anísio Teixeira, destacadamente no que se refere aos parâmetros arquitetônicos. O prédio elevado por pilotis, a utilização de cobogós, assim como iluminação e ventilação naturais [...] (Freitas; WIggers, 2020, p. 4).

[34] O Plano Piloto de Brasília dispõe que os códigos de endereçamento da cidade de Brasília seriam designados por quadras e superquadras, estrategicamente numeradas. Assim sendo, as duas "asas" da capital do Brasil referem-se as Asas Sul e Norte. A localização espacial do único Centro de Educação Elementar de então teve como lugar as superquadras 307 e 308 da Asa Sul da cidade, por agregar todos os pré-requisitos para sua composição e a única escola-parque existente dentro do recorte temporal estudado. Essa escola-parque, trata-se da Escola-parque 307/308 Sul.

Sobre a essência dos Centros de Educação Elementar e tudo que é discorrido sobre eles no periódico fonte desta pesquisa, na maioria das vezes, são observações relacionadas às características dessa organização escolar. A Revista Brasília motiva a um olhar panorâmico sobre composição e construção do sistema escolar do Distrito Federal. Diante dessa dimensão, transmite o sentimento de que o projeto piloto da cidade agrega os detalhes para a composição deste sistema educacional.

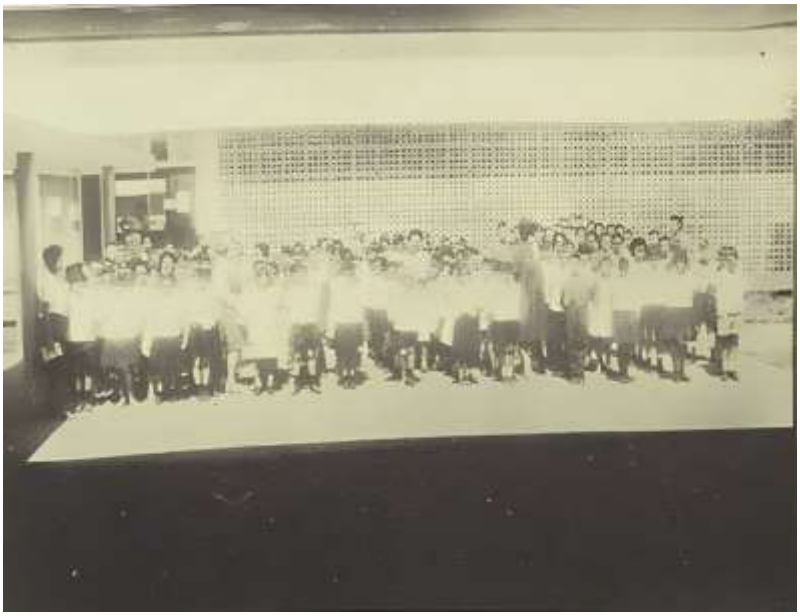
Na verdade, mesmo com a existência de dois planos, um para a cidade e outro para escolarização, nota-se lacunas na realização do projeto para a escolarização. No universo do impresso, por exemplo, é possível fisgar sinais de que o plano arquitetônico pareceu apresentar valor superior ao das construções escolares. Com esse cenário, identificado no periódico da Novacap é notória, inclusive, a ocultação da figura de Anísio Teixeira, que ao lado do Plano de Construções Escolares são modestamente mencionados no impresso da Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Situação que causa interrogações e estranheza, já que segundo relata Souza (2015) e conforme sabido ele, Anísio Teixeira "[...] Trabalhou com Juscelino Kubitschek na implementação do plano educacional para a nova capital [...]". O impresso por JK criado, para o convencimento sobre a importância da transferência da capital para a região centro-oeste, parece omitir sua relevância no cenário da construção da educação de Brasília, muito embora a época essa proposta renovadora, para educação elementar, fosse bem-vista por aqueles que defendiam a nova capital, bem como a renovação do sistema educacional brasileiro.

Dentro da dinâmica anunciada pela revista, a necessidade de renovação na educação, a partir da construção de escolas e crescimento da escolarização nos jardins de infância, escolas classe e escolas-parques, destaca-se que anos depois o próprio Juscelino Kubitschek revelara no seu livro de memórias, '*Por que Construí Brasília'*, que a educação era uma de suas inquietações. Essa declaração reforça as interrogações e estranhamentos sobre o porquê Teixeira e o Plano das Construções Escolares não terem seus méritos melhor documentados nas páginas da Revista Brasília.

Nessa perspectiva, para validar as ações governamentais no âmbito da educação no novo Distrito Federal, ocorrem alguns registros fotográficos relacionados à ideia dos Centros de Educação Elementar, ou de modo mais preciso, à educação primária. Neles geralmente são apresentadas imagens de crianças nas dependências dessas unidades escolares, dentro das salas ou fora delas.

Figura 27 – As crianças de Brasília.



Fonte: Revista Brasília, N. 50 - 52, Número comemorativo – primeiro aniversário de Brasília, abril de 1961, p. 35.

A Figura 27 é acompanhada da seguinte legenda descritiva:

> As crianças de Brasília. Como em outros setores, também o ensino em Brasília foi atendido com planejamento e previsão. As modernas Escolas-Parque, abrigando um sem-número de crianças colaboram sensivelmente na obra de - humanização da cidade, pela qual o Prefeito Paulo de Tarso Vem dando os melhores de seus esforços (Revista Brasília. "Super Quadras", 1961, p. 35).

Essa alegação narrada pela Revista Brasília argumenta sobre o diferencial deste sistema educativo, primado pelo planejamento e endossado tanto pelo *Plano de Construções Escolares de Brasília*, quanto pelo projeto arquitetônico de Lúcio Costa. Ambos propunham a previsibilidade sobre o número de unidades escolares, a expectativa do quantitativo de escolares, bem como a localização destas unidades nas superquadras de Brasília. Contudo, naquilo que orienta a construção do sistema escolar da nova capital e os cuidados idealizados para a educação elementar, o grande destaque da legenda da fotografia está na ênfase dada "as modernas escolas-parque", que conforme manifesto em momento anterior, resumia-se a um único estabelecimento.

Em relação à Figura 27, que embora apresente-se com uma qualidade pouco ideal, ilustra a legenda sobre as "escolas-parques"; ela informa sobre um grupo de escolares reunidos, talvez, no pátio da escola, onde não é possível visualizar o motivo de se disporem no local. O grupo aloca-se em fileiras, aparentemente para darem sequência ou iniciarem

alguma prática. Percebe-se, mais uma vez, que nesta ocasião o destaque encontra-se comunicado pela legenda, ao mencionar "as escolas-parque" como responsáveis por aquilo que diferia o sistema educativo de Brasília aos demais do país.

O grupo de crianças dispostas na fotografia mostram-se em posição corporal semelhante, corpo ereto e olhar posicionado para frente, não sendo possível afirmar com isso se estão numa atividade que exija esse arranjo ou se de fato a captura da imagem por parte do fotografo exigiu dos escolares e professores aquela postura e se sim a qualidade baixa fotográfica aqui disposta deva-se ao fato desta imagem tratar-se de uma versão digitalizada, que pode ter acarretado perda da sua qualidade original. Ainda naquilo que versa sobre as propriedades dessa imagem, não se teve acesso aos exemplares físicos para verificar se com o mesmo desfoque esta imagem fotográfica apresentou-se. No entanto, o que se pode notar, com certa clareza, é a apresentação contida daqueles que na imagem comparecem e o que talvez tenha predisposto seu uso naquele número comemorativo.

Mesmo que a legenda disposta na Figura 27 pareça melhor detalhar a comunicação que o próprio recurso fotográfico, é inegável que ele desperte a atenção visual e corrobore para outras leituras e mensagens não expressas. Para Souza (2001), as fotos escolares compõem um gênero da fotografia de fácil identificação. Segundo essa pesquisadora e em sua maioria, "[...] a representação contida nessas imagens é a expressão da ordem escolar" (Souza, 2001, p.88), na qual os enfileiramentos constam como características deste tipo de fonte.

Pelo fato da proposta para educação primária brasiliense constar como ousada, com intuito de revolucionar o fazer educativo do país, possivelmente a mensagem de ordem passada pela fotografia venha para chamar a atenção dos leitores e a opinião pública de que apesar de toda a inovação proposta, a escola continuaria sendo um espaço de ordem, ainda que a concepção do seu plano reverbere os postulados teóricos do pragmatismo[35] de Dewey[36],

[35] Para Tiballi (2003), o pragmatismo surge no século XIX e impulsiona tensão entre a filosofia e a ciência moderna, com críticas ao racionalismo alemão e ao empirismo inglês. Para este estudo, não convém deter a complexidade do entendimento da teoria pragmatista e aqui é suficiente a compreensão, mesmo que de modo generalista, que o sistema educacional de Brasília assinado por Anísio Teixeira, teve em Jonh Dewey (teórico pragmatista) o teórico base para postular o Plano de Construções Escolares de Brasília e que no campo da educação brasiliense, conforme formula Pereira (2011), a noção de aprender esteve associada a construção de hábitos, quando na escola "[...] deveria vincular a questão do conhecimento ao desenvolvimento de hábitos considerados adequados a uma sociedade democrática e em permanente transformação, ou seja uma sociedade progressiva"(Pereira, 2011, p. 54), que de modo geral deveria integrar o desenvolvimento moral, social e intelectual da criança dando-as a oportunidade de aprender a partir de experiencias reais nos ambientes de aprendizagem.

[36] John Dewey (1859-1952) foi um pedagogo e filósofo norte americano que via na experiência a base para uma educação efetiva. A filosofia deweyana conjectura "[...] a participação ativa dos alunos[...]é a partir do seu interesse que as atividades são escolhidas, de acordo com as situações, para desenvolver as experiências de cada dia" (Pereira, 2011, p.55).

que foi professor de Anísio quando ele saiu do Brasil para dedicar-se a estudos nos Estados Unidos.

Para Pereira (2011, p. 55-56), o sentido da aprendizagem proposto por Anísio Teixeira, que em sua base teórica fundamentava-se nas premissas pragmatistas, negava a memorização como caminho para se estabelecer e formular os conhecimentos e era construído a partir da experimentação de situações reais e práticas. A essa nova concepção de escolarização ele optava por chamar de escola progressiva, cujo seu alicerce apoiava-se na participação, na autonomia, na liberdade e no trabalho coletivo.

Assim sendo, é possível inferir que a Revista Brasília usou de parcimônia ao "propagandear" o sistema escolar da nova capital, demostrando cuidado ao noticiá-lo, uma vez que o "conceito" de escola socialmente conhecido, até então, era o modelo tradicional de ensino, com representações de uma sociedade disciplinada a partir do ambiente escolar, retratando, no entanto, algo completamente inverso ao que propunha o *Plano de Construções Escolares de Brasília*.

Como parte desse enredo cotejado pela Revista Brasília, naquilo que se refere à construção de unidades escolares, com ênfase no ensino elementar, mas que, contudo, no periódico há espaços que contemplam outras etapas de ensino é observado além do destaque dado a construção de novas escolas nas "asas de Brasília", também são expressas por este impresso edificações de unidades nas cidades satélites de Taguatinga, Sobradinho e Gama.

Outra situação interessante, elencada pelo impresso, faz-se no âmbito da assistência estudantil, quando é explicitada a promessa governamental de viabilizar amparo aos estudantes da rede pública escolar da nova capital, seja reiterando a gratuidade do seu ensino, seja pelo fomento de implementos aos escolares, como se faz possível verificar nas notas que seguem e são partes do número comemorativo de um ano do novo Distrito Federal, aquela de n. 50-52 do mês de abril de 1961.

> Os alunos das Escolas Públicas de Brasília não pagarão anuidades durante o corrente ano. A Fundação Educacional de Brasília adiou a conclusão de seus estudos com referência ao arbitramento daquelas anuidades (Revista Brasília. "Noticiário – Escolas", 1961, p. 50).

> Chegou a Brasília o equipamento necessário para a fabricação de calçados para a população escolar de Brasília. O equipamento poderá fabricar até 300 pares diários. (Revista Brasília. "Noticiário – calçados escolares, 1961, p. 51).

Tendo em vista que Brasília já havia sido inaugurada, o enredo daquilo que se nomeou como a "Marcha da Escolarização" era mesclado no impresso com informações sobre

construções de novas unidades de ensino, sobretudo aquelas destinadas ao ensino primário e por notícias conexas a como se encontrava a organização escolar nos primeiros anos da nova capital. Informações que davam a entender o compromisso do Estado para com a educação pública e gratuita, idealizada para todas as crianças, ocupando espaço considerável durante o período analisado, de forma a contribuir com o entendimento de que a educação ofertada, e a cidade como um todo, atendesse todas as crianças e integrasse todas as classes sociais em um mesmo sistema e ambiente.

> E por causa de sua distribuição e inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são forçados a viver como que no âmbito de uma grande família, em perfeita coexistência social, o que redunda em benefício das crianças que vivem, crescem, brincam e estudam num mesmo ambiente de franca camaradagem, amizade e saudável formação. Cada SQ é dotada de um jardim de infância para crianças de 4 a 6 anos [...] (Revista Brasília. "Brasília: cidade onde o sol nasce para todos", 1962, p. 15)

A "Marcha da Escolarização" segue a todo vapor durante os primeiros anos do Distrito Federal, com muitas construções e notícias que reafirmam a implantação do sistema escolar da nova capital. Contudo, e mesmo diante de muitas tratativas, construções, organização e o tão mencionado planejamento do sistema de ensino, é que no ano de 1965 a Revista Brasília noticia a iniciativa de um Censo Escolar, realizado no ano anterior.

No que diz respeito à realização do Censo Escolar de 1964, reportado pela revista, tratou-se de uma iniciativa do Governo Federal e ocorreu em todo o Brasil. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos dedicou à sua edição de número cem, no ano de 1965, a informar sobre como se deu, quando se fez e quais os objetivos dessa iniciativa de quórum nacional.

> O 1.° Censo Escolar do Brasil, realizado, nos termos do convênio firmado em 15 de junho de 1964, pelo esforço solidário e conjunto do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos Governos das Unidades da Federação, foi projetado e dirigido por uma Comissão Central composta de 5 membros, dos quais dois representaram o MEC e dois o IBGE, sob a presidência do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I N E P) .Teve por objetivo reunir os elementos estatísticos indispensáveis aos governos da União, das Unidades Federadas e dos Municípios para elaboração ou revisão dos respectivos planos de desenvolvimento educacional e de cooperação Inter administrativa, de modo a alcançar as metas objetivadas no Plano Nacional de Educação, bem como oferecer às administrações municipais um cadastro inicial da população escolar destinado à chamada anual e ao incentivo e fiscalização da frequência às aulas, nos termos dos

> artigos 28 e 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Gualberto, 1965, p. 221).

Convém recordar que no capítulo anterior, foi dedicado um espaço no qual ocorreu a abordagem do primeiro recenseamento de Brasília, à época em construção no ano de 1957, com o objetivo de conhecer o quantitativo de habitantes entre homens, mulheres, crianças e a localização destes nos espaços da cidade.

Nesta seção, no que toca ao Censo Escolar, o impresso noticia este levantamento por intermédio de fotografias e texto que afirma a sua realização no ano de 1964, tendo a iniciativa noticiada no número Especial, do mês de abril de 1965.

Figura 28 – Censo Escolar 1964.

Na foto, uma família de operários, em Sobradinho, quando respondia quesitos à agente.

Fonte: Revista Brasília, N. Especial, abril de 1965, p. 07.

Sobre o texto informativo relacionado à iniciativa de contabilizar a população em idade escolar de Brasília, a revista assim comunica aos leitores:

> A realização do censo escolar constituiu o fato mais importante de 1964, no setor educacional. Através dele fez-se o levantamento não somente da população escolar como também do número de habitantes existentes no DF. Realizado pelo MEC, PDF e IBGE, o Censo Escolar do DF é considerado o mais perfeito já realizado no Brasil, pois foi executado em menos de uma semana por pessoal altamente qualificado. Faltando apenas ligeiras correções, o Censo Escolar apurou que vivem no DF 268 315 habitantes, sendo 64 004, menores de 7 anos. Dos maiores de sete anos (204 311), 154 541 sabem ler e escrever e 49 770 são analfabetos. Moram no Plano Piloto 89 231 pessoas, seguindo-se Taguatinga (68 947) e Gama (27 524 habitantes) (Revista Brasília. “Censo Escolar”, 1965, p. 8).

A Figura 28 proporciona aproximação visual dos leitores, da Revista Brasília, àquilo que foi o Censo Escolar de 1964 e a forma prática como ocorreu a coleta de dados, representado pela recenseadora fotografada junto à família de Sobradinho. Por se tratar de uma iniciativa que tinha por objetivo reunir informações correlatas ao mapa da escolarização da época, em que o público infantil denotava acolher a correlação infância, progresso e futuro, percebe-se nesta fotografia dois elementos postulados por Barthes (2022), sendo eles *o puctum* e *studium*.

Em Roland Barthes (2022), encontra-se no *puctum* o elemento ativo na fotografia, que na Figura 28, situa-se nas crianças. Nesse sentido, a leitura dessa tem nas crianças o cerne da constituição da mensagem visual que deseja ser passada pelo impresso – a realização do censo escolar. Assim sendo, o *puctum*, conforme Barthes (2022), é o que na foto punge, entusiasma.

A imagem permite, ainda, "[...] encontrar as intenções do fotografo" (Barthes, 2022, p. 31) e reconhecer o *stadium*, ao ser possível captar, pela fotografia, possibilidades de informações, representações e significados nela contidos, pois, embora a foto sobre o Censo de 1964 tenha nela o objetivo de assinalar sua realização, consegue-se fisgar outras dimensões, como, por exemplo, o olhar das crianças que aparentam surpresa, não familiaridade aquela situação e possivelmente sobre o que se tratava aquela ocasião.

É interessante realçar, ainda que verificado no capítulo anterior, quando destacado o papel apresentado pelas estatísticas oficiais, no que orientou o recenseamento de 1957 publicado pela Revista Brasília, que esses levantamentos desenvolvidos pelo Estado se mostram essenciais para que seja traçado um campo de ação governamental. Segundo Gil (2019, p. 7), configura-se como dispositivo para alçar a atuação, resolução e os propósitos de políticas governamentais e administrativas supostamente mais objetivas.

No que concerne à iniciativa do Censo Escolar de 1964, Moreira (1965), em artigo apresentado na edição de número cem da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, diz que os censos demográficos se limitam ao registro daqueles que sabem ou não ler e escrever. Para ele, o prisma dessa versão censitária buscava por atributos quantitativos, que embora inquestionável e "[...] necessária baliza de referência para os estudos, pesquisas e levantamento em setores específicos (o social, o econômico, o cultural, o institucional, etc.) da sociedade brasileira [...]" (Moreira, 1965, p. 242), seria incapaz, por si só, de dar conta dessas especificidades. Especificidades verificadas pelo Inep no campo da escolarização.

Segundo Moreira (1965), ao longo da gestão de Anísio Teixeira sobre o Inep, "[...] procurou fazer o levantamento quantitativo e qualitativo do ensino, em todas as unidades da Federação, uma a uma [...]" (Moreira, 1965, p. 243). Esse levantamento otimizado pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, junto com seus especialistas, tinha consciência dos desafios, porém havia "[...] o objetivo pragmático de planejamento educacional [...]" (Moreira, 1965, p. 243), em todas as localidades do país.

Outro fator que pode agregar a notícia impressa pela Revista Brasília sobre este censo está em Vidal (2013), quando contribui com reflexões relacionadas aos aportes de pesquisas presentes no livro por ela organizado - 'Obrigatoriedade Escolar no Brasil'. No artigo que inicia esta produção bibliográfica, Diana Gonçalves Vidal notifica, no âmbito da história da educação, as faces da obrigatoriedade escolar no Brasil.

A iniciativa de compor dados quantitativos e qualitativos que melhor delineassem os rumos da educação escolar brasileira não foi fruto de uma necessidade intrínseca do ano de 1964 e na cidade de Brasília. Essa discussão emerge daquilo que ordena a escola como função social e de caráter compulsório, já presente no século XIX. Nos estudos apresentados no livro organizado por Vidal (2013), ela identifica três ordens que permeiam as lutas, progressos e retrocessos em torno da obrigatoriedade da educação escolar.

As três ordens identificadas por Vidal (2013), no compilado de pesquisas de caráter historiográfico por ela coordenado entrelaçam-se a partir da *temporalidade*, que ao longo da história deu-se em vários tempos e locais dentro do território brasileiro; a segunda relaciona-se a *governamentalidade*, cuja reflexão recai a quem compete a educação das crianças e, por fim, a terceira situação, que confere sobre *as qualidades da infância escolarizável*, que denota ponderações a respeito a quem ou a quais crianças destinava a educação escolar.

Dentro do recorte temporal que ocorreu o Censo Escolar presente nesta investigação, nota-se que o país como um todo necessitava expandir a educação escolar, torná-la compulsória, aumentar o tempo da infância nestas instituições como engrenagem para o desenvolvimento nacional. Era grande o número de analfabetos no Brasil e, consequentemente, entre aqueles que chegaram e possivelmente continuavam a chegar na recém-inaugurada capital.

Com esse escopo, obter informações abrangentes e ao mesmo tempo delimitadas naquilo que rege ao contexto educacional era de grande valor. Moreira (1965) registra nesse quadro as perspectivas de erradicação do analfabetismo no território nacional, ao passo que discorre por meio dos dados obtidos no Censo Escolar sobre as latentes desigualdades entre campo e cidade ou mesmo entre as regiões brasileiras.

Questões que implicariam no desenvolvimento econômico e na extensão da educação escolar, que neste tempo sinalizava a indispensabilidade da educação primária. No entanto, Horta (2013) apresenta que no período após 1964, a compulsoriedade da escolarização em

nível primário era defendida por dois lados com alegações distintas. De um lado estavam educadores, atuantes no Conselho Federal de Educação, do outro os tecnocratas, majoritariamente economistas do Ministério do Planejamento.

> Para o Conselho Federal de Educação ela baseia-se no direito à educação; os planos educacionais, sem negar explicitamente este direito, justificam a universalização do ensino primário por razões de ordem econômica. Para os educadores, o ensino primário é condição essencial para tornar-se um bom cidadão, exercer direitos políticos e poder econômico e viver decente e dignamente; para os tecnocratas, o ensino primário é um requisito indispensável para o acesso ao parque produtivo e o integrante fundamental da mão-de-obra qualificada (Horta, 2013, p. 389-390).

Ao se levar em conta que a iniciativa do levantamento escolar ocorreu no ano de 1964, início da Ditadura Civil-Militar no Brasil, Bittar e Bittar (2012) reiteram que o golpe militar ocasionou mudanças estruturais na educação pública do país. Nesse contexto de golpe de Estado, em um regime que matou e torturou, estas pesquisadoras destacam a expansão da escola pública durante esse período.

Com essa lógica, Bittar e Bittar (2012) alertam sobre as entrelinhas da expansão da escola pública no âmbito nacional. Tomar-se-á por empréstimo suas palavras para compreender o que pode ter estado por trás do interesse ou não interposição do regime militar as buscas por dados da população escolar daquela época. Segundo estas pesquisadoras, o que pode justificar o crescimento da educação pública nesse regime deve-se ao fato de que,

> [...] o regime militar transformou a escola pública brasileira, porque na lógica que presidia o regime era necessário um mínimo de escolaridade para que o País ingressasse na fase do "Brasil potência", conforme veiculavam slogans da ditadura [...] (Bittar; Bittar, 2012, p. 162).

Frente a essas indicações e ao relembrar o compromisso de progresso e desenvolvimento envolto à criação de Brasília, apresenta-se como pressuposto que a escola pública tenha sido empregada para consolidar o pensamento autoritário, bem como a base produtiva de então, haja vista que diante dos indicativos ofertados pela Revista Brasília, Brasília mantinha-se com o objetivo de ser referência aos demais entes da federação, em sua arquitetura, sistema escolar, urbanização e deste modo contribuir para o desenvolvimento urbano-industrial.

No âmbito de Brasília e em concordância com o publicado na fonte documental desta pesquisa, a respeito do censo escolar, não foi pronunciado nada relacionado ao contexto de governo da época e que embora o título da matéria seja 'Censo Escolar', houve destaque por parte da notícia em elevar a grandiosidade e completude dessa consulta em obter dados

inclusive relativos ao contingente populacional da época – "[...] Através dele fez-se o levantamento não somente da população escolar como também do número de habitantes existentes no DF [...]" (Revista Brasília. "Censo Escolar", 1965, p. 8).

Ainda sobre a atuação da Revista Brasília no tocante ao Censo Escolar de 1964 e ao fato de ter acontecido nacionalmente, percebe-se, mais uma vez, que a revista possivelmente usou de um enredo que propunha engrandecer, junto à opinião pública, as iniciativas direcionadas à dinâmica da escolarização da cidade. O periódico noticiou este censo como um "evento" da educação do Distrito Federal, representando um contraditório com o objetivo geral da criação desta pesquisa censitária. Havia-se o interesse em conhecer informações específicas de cada unidade da federação e não se restringiu a Brasília, conforme fez entender a notícia publicada.

Sobre a utilização dos quantitativos encontrados na pesquisa não houve detalhamento, por parte do periódico, de como seriam usados aqueles dados ou as políticas públicas que serviriam. Sobre os dados, a revista conteve-se em emitir a seguinte mensagem, atribuída à Figura 29 desta pesquisa: "[...] o censo escolar sabe quanto somos e quantas crianças ainda necessitam de escolas, no Distrito Federal" (Revista Brasília. "Censo Escolar", 1965, p. 8).

Contudo e por outro lado, na nota informativa, esta legenda e as fotografias associadas à notícia indicam que estes dados correspondiam como essenciais para a organização da capital. Talvez não apenas na esfera escolar, dado ao modo como as imagens compuseram a notícia e a escrita foi anunciada, lançando o olhar de que se constituíam como informações imprescindíveis.

Figura 29 – O Censo Escolar sabe quanto somos.

Fonte: Revista Brasília, N. Especial, abril de 1965, p.09.

Assim sendo, foi possível verificar que essa primeira incidência, de tipos notícias, averiguada na Revista Brasília, *Construção de Unidades de Ensino com Ênfase no Centros de Educação Elementar*, tratou-se basicamente de uma narrativa que logrou sucesso apenas no Plano de Construções Escolares, uma vez que, em termos práticos, apenas um centro constitui-se ao longo do recorte histórico aqui analisado.

Em meio a essa busca por enfatizar o sucesso escolar da recém-inaugurada cidade, o periódico permaneceu fiel ao objetivo que inicialmente o constituiu – aquele de convencer a opinião pública sobre a necessidade do audacioso feito de construir uma nova capital. Outro ponto relevante a ser referenciado é que, a exemplo do Censo Escolar de 1964, há indicativos de que as edições divulgavam a nova capital como um Brasil a parte, ao dar margem para o entendimento que algumas ações eram circunscritas a cidade Brasília.

A própria Figura 29, em referência ao Censo Escolar de 1964, apresenta um grupo de escolares que provavelmente tinham ciência de estarem sendo fotografados, dado ao modo que comparecem na foto. Ao contrário da Figura 28, que exibe a família de Sobradinho sendo entrevistada pela recenseadora, este grupo de escolares apresentam-se mais descontraídos, com as crianças sorrindo e/ou posando com seus braços erguidos. A legenda "O Censo Escolar Sabe Quantos Somos", contribui com primeira categoria de notícias por este estudo identificada, que tratavam-se daquelas narrativas e fotografias que davam destaque a *Construção de unidades de ensino, com ênfase nos Centros de Educação Elementar,* que embora a Figura 29 expresse a realização do Censo Escolar, infere-se pelo alento proposto por ela que Brasília seguia rumos favoráveis no processo de escolarização da cidade e sustentava uma educação primária eficiente, que na ocasião era propagandeada pelos Centros de Educação Elementar.

No segundo tipo de incidência de notícias relacionadas à escolarização nos primeiros anos após a inauguração da nova capital, estão aquelas que discorrem sobre *O cotidiano escolar - a partir de imagens fotográficas.* A respeito do cotidiano escolar apresentado na Revista Brasília, verifica-se algumas imagens e textos que fincam na demonstração, aparentemente despretensiosa, do dia a dia dos escolares, sem, contudo, na grande maioria das vezes, estarem associadas a eventos ou festividades específicas.

Uma hipótese que aqui emerge é a de que, ao contrário de outros impressos de circulação comercial, que por vezes registravam festas escolares ou até mesmo reivindicações da comunidade escolar, por exemplo, na Revista Brasília não foi notada tal incidência em seus registros do suposto cotidiano, por guardar fidelidade ao seu intuito maior, aquele de

confirmar quão importante eram as razões que suscitaram o empenho por transferir a capital federal para o Planalto central.

Por ora era notório o empenho em mostrar o planejamento em torno da escolarização da cidade, que possuía a finalidade de torna-se referência para a nação e com isso elevar o país aos patamares requisitados pelos propósitos urbanos, de industrialização e desenvolvimento, a partir de imagens que teciam um funcionamento a "pleno vapor" das unidades escolares, em consonância com os propósitos então idealizados.

Figura 30 – Interior do Jardim de Infância.

Fonte: Revista Brasília, N. Especial, abril de 1960, p.72.

Assim sendo, o número especial do mês e ano da oficialização de Brasília como capital do Brasil, a Figura 30 chama a atenção para o suposto cotidiano no interior de um jardim de infância. Por meio da fotografia divulgada por esta edição, algumas crianças atentam-se a figura de uma mulher, provavelmente a professora, que parece contar uma história ou expor alguma explicação a partir de um material impresso.

Nesta imagem, nota-se que a mobília daquele espaço escolar se adequa à idade e ao tamanho daquelas crianças, onde compõe o ambiente um mural com algumas folhas afixadas, que pelos traços, embora a qualidade fotográfica, aparentam ser produções realizadas pela turma de crianças. Na primeira fileira, as crianças encontram-se em posição semelhante das pernas, no entanto, todas elas, que compõem a foto, com os olhares voltados à figura da mulher, que ao contrário de outras imagens, aqui oferecidas, a figura do fotografo parece ser ignorada ou não notada por aquelas crianças que a figuram, aparentando, deste modo, uma proximidade com situações de um dia escolar habitual.

Por ser uma publicação de circulação nacional e internacional é um tanto interessante a presença da imagem fotográfica, cujo foco está na educação institucional da primeira infância, momento em que ela não é contemplada pelo Estado de um modo geral, mas sobretudo por ações filantrópicas e assistenciais. Dentro dessa lógica, representar a infância nas entrelinhas de uma publicação com a finalidade a qual se propôs a Revista Brasília pode parecer um avanço em relação às demais localidades do país ou uma mudança no olhar para com esta geração.

A imagem, em si, leva-nos à dedução de que a realidade apresentada, ou representada, configure-se ou venha a se configurar como comum a todas as crianças de Brasília, daquela época, distanciando de algum modo do cenário geral do país ou até mesmo da cidade, do Distrito Federal, em sua globalidade, visto que não é situado no impresso imagens de jardins de infâncias noutras localidades, como nas cidades satélites da época, por exemplo.

Fato que nos leva ao pressuposto de que, nesse contexto de cidade recém-inaugurada e à medida que outras cidades emergiam nos arredores, talvez, ainda que o foco da revista fosse compor o desenrolar do Plano Piloto como capital a realidade, dentro de um panorama geral da localidade, era o de ainda não dispor de um quantitativo de jardins de infância que contemplasse a todas ou boa parte das crianças na faixa etária dos 4 aos 6 anos, já que inicialmente havia, também, o desejo de que filhos e filhas dos trabalhadores frequentassem os mesmos espaços escolares que a população moradora das asas de Brasília. A revista, contudo, não reporta a esse respeito ainda que, aqui, já fora verificada a ocorrência de uma explosão demográfica.

Ao retornar o contexto que explora essa "novidade" de institucionalizar a educação dessa faixa etária, 4 aos 6 anos, na capital federal e em meio a um planejamento governamental, chama a atenção o que Pinto, Müller e Anjos (2019) dialogam sobre o que constituiria utopia ou distopia naquilo idealizado por Anísio Teixeira e Lúcio Costa. Pinto, Müller e Anjos (2019) revelam a complexidade e até mesmo contrariedades já no Plano das Construções Escolares.

Esses pesquisadores advertem a ausência de detalhamento em relação às instituições que ofertariam turmas para o Jardim de Infância e as próprias Escolas Classes, dentro do universo idealizado para a educação primária.

> Olhando retrospectivamente para o projeto urbanístico de Brasília e o Plano de Construções Escolares, percebe-se que, na cidade e na educação moderna traçadas conjuntamente pelos arquiteto e educador, os Jardins de Infância junto das Escolas-Classe seriam as instituições educativas mais numerosas na capital, presentes em todas as quadras residenciais, quase à porta de seus

> habitantes. Todavia, uma leitura atenta da proposta educacional de Anísio Teixeira revela que, se por um lado, ele se preocupou em definir o número de salas e de crianças em cada turma de Educação Infantil, por outro, foi somente para as Escolas-Parque e os Centros de Educação Média que apresentou detalhado planejamento arquitetônico para sua construção (Pinto; Müller; Anjos, 2019, p. 301).

Ainda que encontrada essa e outras possíveis lacunas Pinto, Müller e Anjos (2019, p. 301) até aquele momento evidenciam, aquilo que chamam de "pulverização (quando não o apagamento) das especificidades educativas dos Jardins de Infância [...]" (Pinto; Müller; Anjos, 2019, p. 301). Aqui, neste estudo, pontua-se ainda a proposta de refletir que essa possível "pulverização", "apagamento" pudesse se constituir como um obstáculo para as manifestações culturais das crianças, pois, a essa época, provavelmente, parte dos escolares estavam, assim como a capital, a construir uma cultura genuinamente brasiliense. Tal situação demonstra possível fragilidade na tentativa de considerar as particularidades da infância e poderia desconsiderar as individualidades das crianças egressas dos mais diversos cantos do Brasil e talvez do mundo.

Ao que tudo indica, os registos apresentados na Revista Brasília nem sempre contextualizavam a realidade. Ela recorreu a dar nota à plenitude do como foi imaginada dadas situações. Porém, ao comparar seu enredo ao de outras publicações nota-se uma utopia, que quem sabe discorra de uma distopia se comparada a outras publicações de cunho crítico e comercial.

À medida que a Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital transmite uma mensagem de completude e sucesso do plano de institucionalização da infância, a partir do planejamento de unidades educativas para crianças de 4 a 6 anos de idade, outro impresso de grande circulação naquele mesmo período aponta uma inconsistência com os registros por ela estampado. Parece haver uma distopia ao contrastar um e outro.

O cotidiano impresso pela revista Brasília se ateve fielmente em retratar uma utopia escolar e decerto seus registros oníricos divergiam daqueles abordados pelo jornal Correio Braziliense[37], que tomar-se-á por exemplo nesta ocasião. Se as imagens e registros textuais da revista oficial da implantação da nova capital emitem a mensagem de uma "utopia educativa" que se tornou real com total, ou quase total sucesso em suas páginas, a publicação comercial, e teoricamente imparcial revela uma distopia em relação a publicação do Estado.

[37] Trata-se do primeiro periódico de larga circulação na década de 1960, que no momento continua presente como fonte jornalística, informativa e de entretenimento em Brasília, no Brasil ou pelo mundo, pelas mais diversas formas de acesso ao seu conteúdo. Com o advento da internet, suas publicações passaram a ser consumidas essencialmente através das mídias eletrônicas.

> Abertas as matrículas, no dia seguinte tiveram de ser encerradas, pois que 238 crianças haviam se inscrito para o jardim de infância, que se destinava a apenas 100. O remédio foi desdobrar as atividades do Jardim em dois períodos, funcionando, pela manhã, uma classe para crianças de 6 anos, duas para crianças de 5 anos e uma para crianças de 4 anos. No período da tarde funcionam duas classes para crianças de 6 anos, uma para de 5 e outra para de 4 anos (Correio Braziliense, 1960, p. 8).

Sobre essa publicação do periódico comercial, é verificada divergência com a ideia transmitida pela Figura 30, elencada nesta pesquisa como dentro do escopo do cotidiano escolar. Se por esta fotografia o leitor imagina um ingresso acessível às unidades escolares, com matrículas que contemplem de maneira universal a população infantil da capital, uma vez que a cidade foi planejada em seus detalhes, a impressa comercial e "imparcial" aponta deficiências e fragilidades, já nos primórdios, e um quantitativo de vagas insuficientes as demandas.

Embora a imagem em questão não afirme nada expressamente, há indícios, com base nos objetivos conferidos ao impresso oficial, de que ela quisesse transmitir o comunicado da existência de um sistema escolar que beirava a perfeição. Nesse sentido, é possível perceber dentro da iconografia exposta pela Revista Brasília, no eixo do cotidiano escolar, e verificada por proposições textuais, a reafirmação de uma plenitude imaculada, atribuída por esta imprensa as escolas brasilienses.

Ao seguir com essa lógica a edição de n. 53-64, de maio (1961) a abril (1962), correspondente ao 2° aniversário de Brasília, é identificado, mais uma vez, um cotidiano quiçá utópico, assim apresentado:

> Uma Escola Classe. O problema educacional em Brasília foi carinhosamente cuidado. Tratou-se de assegurar ensino moderno e eficiente a todas as crianças. Após o recreio, a volta às aulas. Na Superquadra 10, uma Escola-Classe, como há inúmeras em Brasília, proporciona aos escolares todo o conforto, em meio ao ensino eficiente e dentro das normas previstas pelos órgãos competentes (Revista Brasília. "Escolas", 1962, p. 62)

Essa alegação, relacionada ao cotidiano escolar, é textualizada em dois outros idiomas, além da língua portuguesa. Assim, esse mesmo texto é apresentado, lado a lado, também nas línguas francesa e inglesa. Ele certifica-se por exaltar a magnificência do sistema educacional de Brasília, adjetivando-o como moderno e eficiente a todas as crianças.

A representação iconográfica que segue, Figura 31, acompanha, dentro do periódico, a produção textual apresentada e ocupa o espaço da metade da página que consta a notícia,

que com vistas neste informe textual parece atestar quão inovadora e de excelência são as escolas da capital da república.

Figura 31 – Recreio na Escola Classe da Quadra 10.

Fonte: Revista Brasília, N. 53-64, 2º aniversário da Capital, maio (1961) a abril (1962), p.62.

Após a inauguração de Brasília, a representação sobre ela retratada nas páginas da Revista Brasília refletia "pompas" ao seu cotidiano. Isso provavelmente cativava a opinião pública. Os assuntos relacionados à escolarização como um todo, nos primeiros anos que sucederam a instituição da cidade, apresentavam indícios dessa representação do cotidiano. No entanto, essa exibição comparecia, em maior proporção, quando abordada a educação primária, sob o emblema dos centros de educação elementar. Indícios pontuais dessa representação se revelavam nas expressões utilizadas em suas publicações, a exemplo de quando observou a satisfação dos escolares nas modernas instituições - "[...] Tratou-se de assegurar ensino moderno e eficiente a todas as crianças [...]" (Revista Brasília. "Escolas", 1962, p. 62).

Assim sendo, o periódico da nova capital descrevia, inclusive, os sentimentos daquela infância deste modo: "[...] a alegria na fisionomia das crianças retrata a eficiência dos métodos educacionais de Brasília. Cada Superquadra tem sua escola-modelo, e em Brasília não há meninos sem colégio" (Revista Brasília. "Escolas", 1962, p. 63), conforme elabora a notícia.

Figura 32 – Alegria na fisionomia das crianças.

Fonte: Revista Brasília, N. 53-64, 2º aniversário da Capital, maio (1961) a abril (1962), p.63

Sobre o que se acredita discorrer a Figura 32, esta refere-se à confirmação do relato textual apresentado pelo impresso da nova capital, segundo o qual cada quadra dispunha de uma escola modelo, na qual a alegria estava estampada na fisionomia das crianças, como alegava o periódico. É relevante notar que as crianças que situam na Figura 32 percebem que estão sendo fotografadas, miram para a câmera, mas, no entanto, demostram familiaridade com a situação. Não sabemos se pelo fato de aquele que capturou a imagem a comandou de modo descontraído, se foi uma captura espontânea ou se essa aparente familiaridade registrada decorresse do fato de que, possivelmente, nos primórdios da cidade, essas instituições fossem palco de procura por parte da imprensa da época, com intuito de discorrer para a opinião pública sobre o funcionamento do sistema de ensino de Brasília.

No que ordena às Escolas-parque, sugeridas como diferencial da educação pública brasiliense e motor para tornar esse sistema educacional como referência ao país, nota-se no espaço-tempo posterior ao erguimento da nova capital, que a Revista Brasília pouco descreve essas unidades educativas. Cabe relembrar, e ancorando em Freitas e Wiggers (2020), que das 28 escolas-parque que pretendiam inaugurar, apenas uma foi erguida, no recorte tempo aqui delimitado.

> Nos anos seguintes, as demais entraram em funcionamento. Em abril de 1977, as Escolas-parque 313/314 Sul e 303/304 Norte. Em 1980, a Escola-parque 210/211 Norte e, em 1992, a Escola- parque 210/211 Sul. Recentemente, no ano de 2014, foram inauguradas mais duas escolas que fazem uso da nomenclatura escola-parque. Uma delas se localiza na região administrativa de Ceilândia, a Escola-parque Anísio Teixeira, e a outra em Brazlândia, a Escola-parque da Natureza. Embora não carreguem a essência pedagógica e não possuam o modelo arquitetônico constante no plano de construções escolares de Brasília, são propostas que se inspiraram na concepção de educação integral almejada por Anísio Teixeira (Freitas; Wiggers, 2020, p. 4-5).

Naquilo que reverbera ao cotidiano, nesse espaço não é percebida consistentes referências do seu dia a dia, porém uma iniciativa da Caixa Econômica Federal, respectiva a "educação financeira" para as crianças, desenvolvida na única Escola-parque da época, chama a atenção.

> Já se encontra em funcionamento a Agência Mirim da Caixa Econômica Federal de Brasília, criada com o objetivo de estimular nas crianças das escolas do Distrito Federal o hábito da poupança. Por seu sentido educativo e social, a iniciativa recebeu desde logo o apoio da Superintendência de Educação e Cultura da P.D.F. Após a instalação da Agência Mirim, ocorrida há poucos dias, decorreu uma fase preparatória, relacionada com a natureza "sui generis" do novo órgão. É que será este dirigido pelas próprias crianças, interessadas em seus serviços. Verificou- se, então, um trabalho de seleção entre os escolares, tendo sido escolhidos aqueles que melhor média conseguiram nas provas, isto é: gerente, nota 87; tesoureiro, nota 100; e auxiliar, nota 90. Dois outros mais, dentre os mais bem classificados, encontram-se nos postos, para entrar em exercício a qualquer hora. Perante o Presidente da Caixa Econômica Federal, Cel. Joffre Lellis, e de numerosas educadoras, tomaram posse os pequenos encarregados do expediente da Agência Mirim, instalada na Escola Parque. (GENTE MIÚDA FAZ ECONOMIA, 1962-1963, p.45).

Figura 33 – Gente miúda faz economia.

Fonte: Revista Brasília, N. 65-81, maio (1962) a set (1963), p.46.

Ao que notifica a revista, parece interessante essa orientação da Caixa Econômica Federal[38], cuja representação fotográfica bem compõe essa prática direcionada às crianças. O propósito era despertar no público das escolas do Distrito Federal o hábito de economizar. Acaso uma perspectiva bem futurista, naquilo que rege os anseios das crianças e suas infâncias, porém estreitamente de acordo com as diretrizes dessa instituição desde a sua criação, por incentivar a prática de poupar e a criação deste hábito já na infância.

Ainda que da possibilidade de construir na infância o hábito de economizar, a perspectiva de futuro associada a ela, faz-se por bem notar o contexto contemporâneo, que a partir do século XX insere a criança como relevante porção consumidora e com seu papel nas economias. Moura, Viana e Loyola (2013) assim detém sobre essa percepção que agrega economia e consumo infantil:

> Nas sociedades capitalistas pós-modernas do século XX, configura-se uma nova concepção de infância: as crianças como segmento de mercado, que constituem um público de interesse das empresas por já consumirem ativamente e influenciarem seus pais a comprarem, representando os promissores consumidores do futuro (Moura; Viana; Loyola, 2013, p. 479).

Sobre a iniciativa de uma "agência" da Caixa Econômica Mirim, pode-se inferir, e mais uma vez recorrendo a Faria Filho (2003), que entende a escolarização como o processo de construção de referências sociais com a escola, ou a forma escolar, utilizada como instrumento para a comunicação de conhecimentos e significados.

Essa iniciativa deu-se diante das referências de desenvolvimento e progresso no qual Brasília foi concebida, sendo fundamental ao Estado o estimulo de se pensar no futuro. Futuro este situado na construção de hábitos inovadores na infância que ali residia, estudava, construía memórias e seria "responsável" por consolidar uma cultura futurista de progresso e desenvolvimento.

Faz-se interessante pontuar que esse banco estatal traz em suas concepções o desenvolvimento social do país, de modo especial daqueles menos providos de recursos, quando a partir dos investimentos de poupadores comuns, sobretudo assalariados, também

[38] Banco estatal brasileiro criado no ano de 1861, cuja idealização data de 1830. Santos (2011) nota que a Caixa Econômica Federal foi criada em 12 de janeiro de 1861, quando o Brasil estava sob o regime monárquico, por D. Pedro II que firmou o Decreto nº 2.723, com o "propósito de disponibilizar empréstimos e incentivar o hábito de economizar do povo, pois até então este hábito era de uma parcela ricamente abastada de recursos financeiros. Ainda em concordância com Santos (2011), a Caixa Econômica Federal foi essencial "aos pequenos comerciantes, homens e mulheres de baixa renda, submetidos a trabalhos braçais de pouco ganho; mulheres e homens negros apresados e surrados pelo trabalho escravo e pela vida, que pretendiam poupar para conquistar a tão sonhada carta de alforria; negros e negras alforriados que também pretendiam conquistar a "efetiva" liberdade econômica, em detrimento dos mandos de seus ex-senhores" (Santos, 2011, p. 169).

seria estimulada alguma ascensão de pessoas até então vistas, apenas, como mão de obra e não como consumidoras e produtoras. Essa visão também se constitui como parte do processo de urbanização e industrialização, que em algum grau impulsionou a criação deste banco brasileiro durante o regime monárquico.

Ainda que na época da inauguração de Brasília (1960) houvesse corrido na iminência dos cem anos após a criação desta instituição, que data de janeiro de 1861, a propagação de um dos pressupostos que a originou, o de poupar, sugere a necessidade de incentivar, a partir da escolarização na capital do país, novos modos de lidar com o dinheiro, o consumo e investimentos. Pautando, ainda que de modo aparentemente modesto, no público infantil e nas conquistas futuras desse público.

De acordo com as observações de Santos (2011), a Caixa Econômica Federal desde os primórdios reservou-se a contemplar a população antes não inclusa na produção de reservas capitais. Neste caso, apresentado pela Revista Brasília, nota-se a inserção da infância, com o uso da instituição escolar como incentivadora das crianças, e suas famílias, a pensarem no futuro, de forma a destinarem em algum momento ou de algum modo seus ganhos financeiros em prol da consolidação do "amanhã", no porvir.

Embora essa hipótese erguida, da criança e infâncias relacionadas ao vir a ser, é conveniente não cair ao esquecimento que a proposta pedagógica das pensadas Escolas-parque acolhia a pedagogia da Escola Nova, que possivelmente justifica a realização da 'Caixa Econômica Mirim'.

Anísio Teixeira, com suas contribuições ao pensamento educacional brasiliense, e do Brasil, via no ambiente escolar uma possibilidade de vivenciar, experimentar situações do cotidiano social, que em conformidade com a Figura 33, as crianças experienciam como se dá o trabalho em alguns cargos daquele banco e poupam suas primeiras economias. Algo coerente, ao partir da premissa que a criança se relaciona ativamente com o mundo social.

Com essa perspectiva a escola deveria promover ou antecipar, ainda que de forma simplificada, situações sociais. Nos anos 1920, quando Teixeira esteve nos Estados Unidos conheceu propostas pedagógicas que lhe despertara atenção. Em visita a unidades escolares desse país, notou que propunham a experimentação como "peça" essencial a aprendizagem. Em relatos sobre as experiências por ele presenciadas, quando de estudos nos EUA e registradas no livro "Aspectos Americanos da Educação", Teixeira (1928) assim escreve: "[...] Nenhuma instrução verdadeira se processa senão por intermédio do desenvolvimento de uma atividade, ou, para empregarmos uma palavra mais precisa, senão por intermédio da experiência [...]" (Teixeira, 1928, p. 10).

Pode ser que a experiência com a "Caixa Econômica Mirim" não tenha se tratado de uma mera ação para a educação financeira, mas também um meio para que os escolares experienciassem nesse contexto a "educação para a vida", dentro da qual a educação financeira desempenhava um papel. Além disso, por ser uma atividade ofertada na escola-parque, é interessante pontuar que esta proposta se baseava nas escolas Platoon, que concebia um modelo pedagógico que despertou admiração em Anísio Teixeira.

> Em essência, a escola Platoon é uma escola elementar que funciona simultaneamente em dois grupos, sendo ministrado, em determinado tempo, ensino das matérias fundamentais do curso elementar e um deles, enquanto o outro se ocupa com as matérias especiais. Para compreendermos, porém, esse tipo de escola que engenhosidade americana criou, é necessário determo-nos um instante no que se pode chamar a moderna evolução da escola primária. Essa evolução é um recente movimento que conta pouco mais de cem anos, mas desses cem últimos anos, únicos que, efetivamente, criaram e desenvolveram a ideia de educação popular pela escola e dentro dos quais também se criou e desenvolveu a moderna civilização com tudo o que a faz tão dinâmica e tão mudável. Durante esse tempo a escola progrediu de uma tentativa incidental de curso de leitura e escrita, de funcionamento intermitente, sem finalidade educacional e sem organização regular, até vir a ser a mais importante agência da civilização moderna, com um programa ultra ambicioso de educação, para cujo sustento uma nação como a América favorece com 2 bilhões de dólares anualmente. Essa evolução pode ser resumida na transformação do seu programa, dos seus métodos de ensino e dos seus objetivos ou finalidades (Teixeira, 1928, p. 62).

Ainda assim e diante disso, a Figura 33 e textualmente endossada pela Revista Brasília, sobre essa novidade incorporada no cotidiano da Escola-parque existente na ocasião, carrega algumas representações com vistas no futuro. O uso da iconografia periódica, ao que parece, propôs mostrar um dia a dia cujo o "futuro" havia chegado, a partir da plenitude do sistema escolar do Planalto Central, idealizado por Teixeira (1961) e em equilíbrio com Plano Piloto da nova capital de Lúcio Costa.

O futuro desejado ao sistema escolar de Brasília era anunciado nas edições da Revista Brasília. A "conclusão" e entrega da cidade em 21 de abril de 1960 não deu por encerrada as "obras" relacionadas ao sistema escolar de Brasília. Talvez, posto o compromisso de tornar este sistema de ensino como um modelo ao restante da federação. As circunstâncias econômicas e sociais pareciam não deixar dúvidas de que o progresso percorreria os caminhos das escolas e seria realizado pelas mãos das crianças, não exatamente naquele momento, mas no futuro, quando adultas.

Nesse sentido e mesmo com os esforços depositados na proposta escolar elaborada para a nova capital é notado, na fonte historiográfica desse estudo, que a infância e as crianças

estavam de um modo geral associadas à institucionalização, através da escola, e com uma perspectiva voltada para o futuro. Outro aspecto notado nas fotografias dispostas na revista encontra-se na baixa incidência de elementos que dessem conta sobre a essência do funcionamento do sistema escolar de Brasília nos primeiros sete anos como capital nacional.

A Revista Brasília atribui à escola e à infância a responsabilidade de trazer o futuro, o progresso e o desenvolvimento da nação, o que impossibilita obter detalhes de como o *Plano de Construções Escolares* foi de fato posto em prática e a Educação Elementar funcionou. Como esse plano se constituiu na práxis dos Jardins de Infância, das Escolas Classes e na Escola parque? Sobre isso, são insuficientes os indícios documentados na Revista Brasília. Contudo, são suficientes aqueles que amparam a incidência da terceira categoria de notícias textuais ou imagéticas sobre o sistema escolar do novo Distrito Federal entre os anos de 1960 e 1967, identificada aqui como aquelas relativas ao *Engrandecimento do sistema escolar da nova capital*.

Nesse terceiro indicativo, averígua-se na fonte como a escolarização compareceu neste periódico nos primeiros sete anos, pós-inauguração de Brasília. É percebido um razoável quantitativo de imagens, textos e legendas que conferem a este sistema escolar, na pessoa das crianças, como potenciais responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade.

O número comemorativo do primeiro aniversário de Brasília exemplifica bem como a fonte histórica desta pesquisa engrandece o sistema escolar da nova capital, com visão porvindoura do desenvolvimento, onde delega a infância tamanho encargo.

> Felizes e sorridentes as crianças de Brasília preparam-se para serem úteis à Pátria, amanhã. Estão compenetradas na missão que tem sido a preocupação de seus pais: Construir uma capital que, além de ser a mais bela do mundo, poderá ser o ponto de partida para a solução de tantos problemas brasileiros, que, para serem resolvidos, aguardam apenas a determinação e a boa vontade dos cidadãos deste país (Revista Brasília. “Super Quadras”, 1961, p. 35).

Acompanham essas palavras a Figura 34, a fotografia de escolares em sala de aula. Inclusive, há dentre os que a compõem alguns estudantes que figuram sorridentes, contudo, não podemos afirmar se de forma espontânea, por não possuir indicativos do como foi a captura da imagem fotográfica, ainda que quanto ao uso dela pelo periódico se possa traçar algumas inferências.

Figura 34 – Felizes e sorridentes as crianças de Brasília.

Fonte: Revista Brasília, N. 50 - 52, número comemorativo – primeiro aniversário de Brasília, abril de 1961, p.35.

Faz-se notória a projeção de futuro dada a essas crianças e até mesmo a sinalização de suas 'não utilidade' - "[...] as crianças de Brasília preparam-se para serem úteis à Pátria" (Revista Brasília. "Super Quadras", 1961, p.35). Junto a essa "não utilidade" conferida à infância para a Pátria ou para a cidade, atribui as suas famílias um status de preocupadas para com suas crianças.

Preocupação depositada nos candangos que construíram a capital e nos seus filhos que por intermédio da escola portavam a missão de dar continuidade a construção da cidade - os encaminhamentos futuros da mais bela capital do mundo, como observa o trecho das palavras direcionadas a descrever a imagem fotográfica a opinião pública consumidora da Revista Brasília.

A escola, diante do planejamento formulado para o sistema escolar da cidade, recebe uma exaltação nas páginas deste periódico. A infância torna-se a figura "central" para dar vida, em termos de resultados, àquilo que foi idealizado para o sistema escolar e a capital. Todavia, a "Marcha da Escolarização" continuou com edificações de unidades escolares, por Brasília e em suas cidades-satélites. Acompanhada às construções há indicativos de ajustes nas orientações do Plano das Construções Escolares e eram dados sinais de que ele não estava sendo alcançado em sua completude, dentro daquilo que fora projetado.

Mesmo assim, são imperiosas as mensagens transmitidas pelo impresso, que enaltecem a instituição escolar da época e dão à criança a missão de heroicamente dar continuidade ao plano desenvolvimentista idealizado desde a concepção do Plano Piloto da Cidade. Com esse olhar é possível perceber que, apesar da revista permanecer demonstrando evidências que escolas continuam sendo construídas e ajustes sendo realizados, para melhor organizar o sistema escolar de Brasília, as mensagens veiculadas por esse periódico são claramente aquelas que posicionam o sistema escolar da nova capital próximo a perfeição e impõe a criança a missão de desenvolver o futuro pelo modo como são comunicadas aos leitores.

Com esse enredo e ainda no número comemorativo do primeiro aniversário de Brasília, a de n. 50-52, de abril de 1961, dispõe o diferencial e o status operante da educação primária na cidade, conferindo honrosa validação as "Escolas Parques", mesmo que nesta ocasião apenas uma Escola parque tivesse sido erguida.

> Uma Escola Parque: Nela as crianças têm tudo para um maior rendimento do aprendizado em Brasília. Os planos da Fundação Educacional são imensos e vão permitir às crianças de Brasília, desta e das gerações vindouras, um trabalho útil e valioso à Pátria comum (Revista Brasília. "Super Quadras", 1961, p. 35).

Esse fragmento de texto, extraído da Revista Brasília, nos posiciona o destaque a ênfase dada ao quesito do rendimento e utilidade da aprendizagem apontado naquele recorte temporal, década de 1960, onde é sinalizada a vindoura utilidade da educação escolar e a importância de "um maior rendimento", no qual em Dominique Julia (2001) entende-se que a compreensão da escola e as culturas escolares nela imersa firmam-se nas relações que essa instituição guarda com um dado cenário histórico.

Com esse entendimento fundamentado em Julia (2001), o cenário nacional e internacional daquele período, verifica-se que ancorar o valor da Escola Parque ao maior rendimento da aprendizagem não se constituem como olhar lançado apenas as aspirações educacionais da nova capital, mas aquelas lançadas de acordo com a situação do Brasil como um todo, que de acordo com Aguiar (2008), as questões educacionais começam a ser elaboradas em concordância com uma perspectiva global de produtividade, rendimento, utilidade e resultados para a economia não apenas nacional.

Conforme já posicionado o ensino idealizado para as Escolas parques, que ocorreriam nos contraturnos das Escolas classe, estas tinham como objetivo iniciar e possibilitar aos escolares acesso a atividades artísticas, culturais, profissionais, de lazer e atividades físicas, com a finalidade de que que os estudantes experimentassem saberes múltiplos e pudessem pôr

em prática situações diversas, funcionando como um complemento e meio de vivenciar os conhecimentos proporcionados nas Escolas classe, que propunham o ensino de conhecimentos tradicionais, geralmente aqueles já atribuídos a instituição escolar.

Ao seguir essa hipótese, de que a Revista Brasília se inclinava em enaltecer o sistema escolar de então com vistas no desenvolvimentismo e ajuizando a infância, ou infâncias, como responsáveis por dar vida a esse ideal, as imagens fotográficas contribuem, de sobremodo, como indicativos. Estas imagens não deixam passar desapercebida a intencionalidade do impresso.

Figura 35 – Brasília: cidade onde o sol nasce para todos.

Fonte: Revista Brasília, N.65 -81, maio (1962) a Set (1963), p. 13.

Sobre a produção imagética de número 35 e a hipótese levantada de que a fonte historiográfica enaltece a educação brasiliense e conjectura a infância como responsável pelo desenvolvimento social e econômico futuro, é válido atentar ao que diz a legenda que descreve esse produto fotográfico da fonte:

> Eis o Brasil do futuro, brincando, descuidado, sem problemas e sem preconceitos, na mais íntima e franca camaradagem, que é como se divertem, crescem e estudam as crianças alegres e felizes de Brasília, no âmbito das superquadras em que residem. Na foto acima vemos, em primeiro plano, a menina Denise, filha do Presidente da República, fazendo castelos e figuras de areia com suas coleguinhas. Ao fundo, uma professora meiga e eficiente ensina bons modos aos pequeninos (Revista Brasília. “Brasília: cidade onde o sol nasce para todos”, 1962;1963, p. 13).

Ao laçar-se o olhar apenas à fotografia, pode-se ir ao encontro do segundo modo de incidência das notícias apresentadas sobre a escolarização após o período de construção, que são aquelas comunicações com viés no cotidiano escolar, a partir de imagens e notícias com ar funcionalidade do sistema escolar planejado.

Entretanto, ao dirigir a atenção aquilo que é pronunciado na comunicação textual, relativa à imagem 35, torna-se manifesta a representação do que o periódico transmite, sobre a funcionalidade das unidades escolares de Brasília, que atendem a todas as classes sociais, sobretudo ao ressaltar a "menina Denise, filha do Presidente da República" (Revista Brasília. "Brasília: cidade onde o sol nasce para todos", 1962-1963, p. 13) e a figura da professora que "ensina bons modos aos pequeninos" (Revista Brasília. "Brasília: cidade onde o sol nasce para todos", 1962-1963, p.13).

A própria trama da notícia e imagem são parte daquilo que é provocado, ou enunciado, no título dado à pequena matéria jornalística – "Brasília: cidade onde o sol nasce para todos", que reflete em si a característica propagandeada da capital. O impresso a apresenta a opinião pública com suas características e atributos modernistas, aliada a concepção que era para todos.

Talvez, essa idealização conferida a todos aqueles que desejassem se "achegar" à nova capital, sobressaia a verdade dos fatos: a de que ela foi construída com a representatividade dos regionalismos do Brasil, e como outrora já apresentado, por considerável parcela de migrantes nordestinos assolados por árdua seca que contemplou a região nordeste do Brasil na década de 1950. Deste modo, numa cidade onde seu sistema escolar estava a se constituir quem seriam esses todos? As crianças que residiam nas cidades satélites, já existentes na ocasião, eram contempladas com tão grande dignidade, qualidade e suposta universalidade da escolarização ofertada na nova capital?

A menina Denise, destacada na Figura 35, trata-se da filha do presidente à época - João Goulart. Possivelmente o fato dela estar matriculada em unidade escolar pública de Brasília devesse, em algum grau, aos indicativos de excelência do planejamento educacional da cidade. Suas concepções detalhadas por Teixeira (1961), somada ao fato de a escola apresentada estar localizada em uma superquadra, conferiam todo um respaldo ao fato da "menina Denise", a filha do Presidente da República, tal qual aos filhos de outros cidadãos, frequentarem a mesma unidade de ensino, conforme já sugestionado pelo plano escolar da capital.

Sobre a unidade escolar em questão, Luz e Anjos (2022) dão contas de se tratar do Jardim de Infância da 114 Sul, num artigo em que discorrem sobre a Caixa Escolar nos Jardins

de Infância da época. Eles, por sua vez, exibem uma notícia do jornal Correio Brasiliense do ano de 1963, na qual a garota Denise, assim como na Revista Brasília, estrelava como "personagem" da matéria informativa. Na notícia presente no estudo de Luz e Anjos (2022), o impresso por eles analisados dispunha sobre a realização de uma festa junina, evento em que Denise Goulart encenaria a noivinha da festividade típica, que traz como tradição a representação de um casamento na roça.

Dar nota que Denise protagonizaria a noiva naquela festa escolar soava como convidativo à população a comparecer ao evento com participação massiva. Assim sendo, aumentaria os ganhos para a Caixa Escolar. Ademais, cabe frisar que o texto destaca que esse lucro seria investido em emergências escolares e nas crianças sem recursos lá matriculadas, já que, conforme pensado as escolas de Brasília por serem de excelência, atenderia a todas as classes sociais.

É interessante perceber que, tanto o Correio Brasiliense, quanto a Revista Brasília utilizam Denise Goulart para validar a magnificência das escolas da cidade da nova capital, que estava de portas abertas a atender com igual qualidade e espaço da filha do presidente a população como um todo.

O que fica a título de questionamento ou posterior investigação, suscitada diante da lupa apresentada pela Revista Brasília, em torno desta excelência, e por possivelmente não contemplar a diversidade social e cultural da cidade, é se o Plano das Construções Escolares da nova capital chegou às cidades-satélites ou como chegou, uma vez que a ideia de tornar o sistema escolar referência dispunha-se por agregar o sistema como um todo e não apenas a ocorrência em algumas unidades escolares que o constituía, como o periódico dá margem ao entendimento por não notificar incidências para além dos limites do Plano Piloto da capital.

Infere-se do plano escolar e com a criação da Fundação Educacional de Brasília que o sistema escolar, de um modo geral, teria que apresentar qualidade, quantidade, métodos e valorização profissional docente, independente se nas escolas do Plano Piloto ou em uma das então cidades-satélites que compunham o Distrito Federal nesse recorte temporal, a exemplo de Taguatinga, Gama ou Sobradinho.

Sobre a configuração global dessa realidade, a fonte documental aqui analisada não apresenta indícios robustos, no entanto deixa subtendido que preconiza o Plano Piloto, até pelo sentido central da sua criação e existência, mas que após a inauguração de Brasília e frente ao olhar apresentando sobre o sistema escolar, a partir da foto e texto relacionados ao abraço igualitário da cidade a todas as pessoas, na figura da filha do Presidente da República da época, surgem incertezas sobre as razões da não apresentação de outras realidades.

Ressalta-se da mesma forma que ao longo do recorte temporal no qual compromete-se esta análise historiográfica foi notada, conforme reportado em algumas ocorrências, a prevalência do sistema escolar de Brasília, envolta à representação da sua excelência e o engrandecimento de sua estrutura, com a omissão, ou ocultamento de possíveis fragilidades.

No entanto, ao tomar nota da Edição Especial do mês de abril de 1965, em notícia posterior a do Censo Escolar, que se percebe a ausência de informações precisas no tocante ao uso e minúcias das informações nele coletadas. Na reportagem de título 'Escolas e Educação', é posto pelo impresso um apontamento, que ainda que não detalhe as informações obtidas pelo censo escolar, insinua a ineficiência e a limitação na oferta de vagas do sistema escolar de então.

De acordo com a narrativa da Revista Brasília, desta edição especial, era expressivo o cômputo de meninas e meninos fora da escola, tanto no Plano Piloto, quanto nas cidades-satélites.

> Ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal, o que mais impressionou o Engenheiro Plínio Cantanhede foi o número de crianças (mais de 14.000) entre 7 e 14 anos, sem escolas. Determinou o Governador da Cidade, imediatamente, a multiplicação dos turnos das escolas em funcionamento, ao mesmo tempo em que passava a NOVACAP a acelerar a construção de outros estabelecimentos de ensino no Plano Piloto, Núcleos Satélites etc. No segundo semestre de 64 essas primeiras providências possibilitaram a matrícula de mais de 5.500 crianças, e as novas unidades escolares, algumas das quais dispondo de apartamentos para professores, em fase adiantada de construção, abrigarão mais 11 000 alunos. No Ensino Médio, o déficit de salas de aulas, de pronto será amenizado com o término das obras dos Ginásios do Núcleo Bandeirante, do Gama, Cruzeiro e Asa Norte (Revista Brasília. "Escolas e Educação", 1965, p. 10).

Ao buscar compreender essa informação, fica clara a astúcia como é apresentado o déficit de vagas e unidades de escolares. O periódico a exibe como um problema, possivelmente fruto da gestão anterior, com o entendimento de que esse sistema não atingiu em sua plenitude o idealizado. Aqui nota-se uma contradição na Revista Brasília, pois geralmente propõe em suas publicações uma representação divergente da suposta realidade conferida nesta edição do ano de 1965, até pelo fato de se limitar ao Plano Piloto da capital.

Nesta ocasião, o que é anunciado na reportagem 'Escolas e Educação' desponta com um tom de denúncia sobre a ineficiência dos gestores que antecederam. No entanto, as edições que sucedem não permitem indicativos se tais apontamentos tenham gerado reais melhorias no âmbito da escolarização e sistema de ensino do Distrito Federal. A Revista Brasília continuou a entregar mais do mesmo ao fidelizar um discurso em suas páginas de acordo com

o clamor da governança que a operava. Governança essa acessada por vias não democráticas, um golpe civil-militar.

Conforme sinalizado, o periódico deixa lacunas sobre como de fato funcionaram as soluções apresentadas para suprir os déficits existentes até aquele momento e verificado no censo escolar, ainda que o recém prefeito do Distrito Federal, Plínio Reis de Cantanhede Almeida, tenha mostrando-se impressionado com o quantitativo de crianças entre 07 e 14 anos sem acesso à educação escolar e com um déficit que contrariava o vislumbrado no Plano de Construções Escolares.

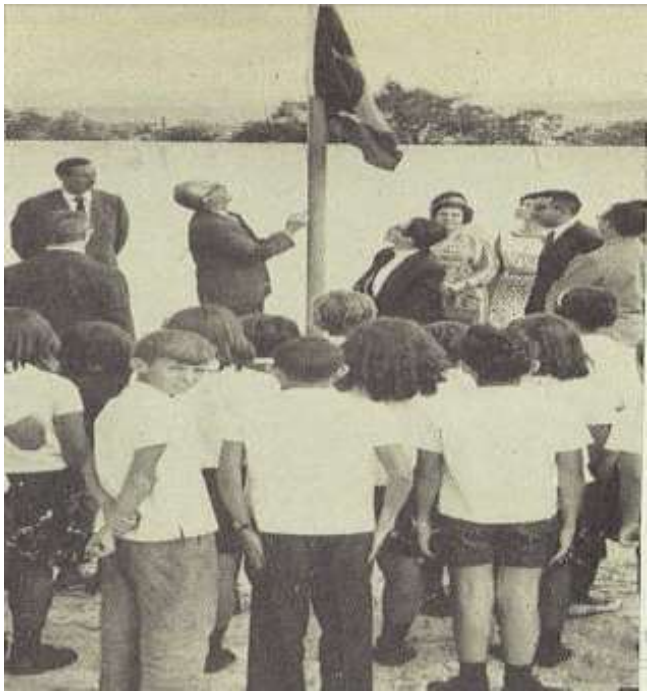
Ainda que frente à contradição e ao suposto insucesso do Plano de Construções Escolares, habilmente mencionado na reportagem e perante o fato da cidade de Brasília ter se erguida diante de uma proposta desenvolvimentista e democrática, sob a voz de Jucelino Kubitschek, é conveniente recordar que ao fim do seu mandato e a inauguração da cidade, Brasília junto com todo o país vivenciaram, a partir de seus sucessores, fragilidades e dificuldades em governar ou dar continuidade aos propósitos da Era JK .

Essas fragilidades e o empenho de forças oponentes culminou, no ano de 1964, na deflagração de um golpe das forças militares. Ao retornar à realidade de Brasília, o Presidente da República, na ocasião da notícia em questão, era o General Castelo Branco, que nomeou como Prefeito do Distrito Federal o engenheiro Plínio Cantanhede (Arpdf, 2023). O acervo de informações virtuais do Arquivo Público do Distrito Federal nota, além disso, que a nomeação de Cantanhede se deu em maio de 1964 e perdurou até março de 1967.

Sob uma aparente dialética de conflitos ideológicos de governos com convicções opostas que a geriu antes e após o golpe, a Revista Brasília limita-se a expor, provavelmente por mediação do Estado, a contradição verificada com os dados obtidos na pesquisa censitária, que soou como meio de afirmar a capacidade daqueles que conduziam Brasília pós golpe e as falhas ou incapacidades da gestão precursora, antes do golpe civil-militar, que por vias democráticas exerceu o poder.

O que é claro sobre a Revista Brasília, mesmo nessa nova dinâmica do Estado, é que ela continuou a anunciar Brasília e o sistema escolar da nova capital sob o olhar daqueles que governavam no âmbito nacional e local, que na data da publicação em questão a Capital Federal estava aos cuidados de Plínio Cantanhede. Nesse mesmo número e matéria é dado o destaque à fotografia desse prefeito em ato de entrega de uma nova unidade escolar ao povo, como dispõe o próprio Número Especial, do mês de abril e ano de 1965.

Figura 36 – Educação e Escolas: prefeito Plínio Catanhede.



Fonte: Revista Brasília, Número Especial, Abril, 1965, p. 10.

A partir da inauguração de Brasília em abril de 1960, a Revista Brasília apresentou uma descontinuidade em publicar suas edições. Durante o ano de 1961 foram duas edições, no ano seguinte uma e no ano de 1963 também uma edição composta por vários números com notícias, também, do ano anterior, como ocorreu em algumas edições precedentes a esta, em que numa edição havia notificações de um largo espaço de tempo e vários números.

Sobre o ano de 1964 não existiu continuidade do impresso em termos de disponibilizar edições ao público. Em 1965, constituiu-se de edição única, como edição especial, que brotou de forma modesta em 46 páginas. No que rege à escolarização, deteve-se basicamente em apontar possíveis lacunas deixadas no momento anterior ao tempo de 1964.

Sobre os dois últimos números que figuram como fim do marco temporal desta pesquisa e se apresentaram como edições especiais, sendo uma edição para o ano de 1966 e outra edição para o ano de 1967, a representação da escolarização presente nas páginas da Revista Brasília continuou semelhante àquela do início da década de 1960, nos primeiros três anos posteriores a instituição da cidade como Capital Federal. Das incidências de notícias relacionadas ao sistema escolar de Brasília, o impresso persistiu em documentar a excelência, a qualidade e a universalidade na composição educacional do Distrito Federal.

> [...] A cidade tem hoje uma Universidade modelo, com quase 2 mil alunos, centenas de escolas primárias e secundárias, dezenas de clubes em

> funcionamento e outros projetados, mais de 60 bancos, três estações de televisão [...] (Revista Brasília. “Brasília ano VII”, 1966, p. 7).

Esse mesmo discurso continuou a ser endossado não apenas por notícias textuais, mas permaneceu fortemente validado pela iconografia fotográfica, conforme a Figura 37, que até aqui se mostrou como valorosa fonte para os estudos historiográficos da educação escolar de Brasília.

Figura 37 – Infância e juventude com matrículas nas escolas sempre disponíveis.

Fonte: Revista Brasília, Número Especial, Março, 1967, p. 13.

Até o presente momento, percebe-se como valorosas as indicações fornecidas ao longo deste capítulo. Contribuições apresentadas em uma fonte documental, que por tempos foi ignorada nos estudos no campo da história. Os conhecimentos possibilitados pela Revista Brasília oferta rico conhecimento sobre a escolarização antes e depois da inauguração de Brasília e traz múltiplas colaborações a história da educação da cidade.

Amparados naquilo que toca as representações de escolarização, a análise da Revista Brasília demonstrou difundir perspectivas predelineadas em relação a aspectos diversos da construção do sistema escolar brasiliense. As duas seções aqui reunidas, com o propósito de investigar as prováveis representações de escolarização manifestas no periódico da nova capital, abrigou em diversos momentos as ideias de Roger Chartier, naquilo que rege sua concepção por representações.

Sob a perspectiva modernista e com ênfase no futuro, a Revista Brasília concebeu Brasília a opinião pública a partir do progresso a ela associado, identificando-a, ainda que nem

sempre expressamente apresentado, como unidade modelo da federação, com educação singular, embora sugestivos indicativos das fragilidades do seu sistema educacional, que com o advento da explosão demográfica sinalizado ocasionou a abertura emergencial de inúmeras salas de aulas e escolas provisórias, que fugiam os ideias para a educação escolar da cidade.

Na segunda seção deste capítulo, que corresponde aquele a partir da inauguração de Brasília, percebe-se o silenciamento da revista em informar a opinião pública sobre como funcionava a educação escolar, nas então nominadas como cidades-satélites (hoje estas respondem por Regiões Administrativas). Mesmo que o periódico munisse com objetivo expresso de informar sobre a área compreendida ao Plano Piloto da capital, após a instituição oficial da cidade, mostrou-se inviável negar a existência de outras cidades, até pelo fato das suas existências compor do planejamento para a transferência da capital para o Planalto Central.

Embora lacunas como esta, o periódico permite ampliar os escopos investigativos a respeito dos estudos da educação escolar, bem como valida o uso dos impressos e fotografias como fontes que nos aproximam de informações do passado.

As analises textuais e fotográficas, da fonte aqui eleita, proporcionaram perceber indicativos que o periódico se manteve fiel em levar a opinião pública a concordância da necessidade de transpor a capital para o centro-oeste do país. No âmbito da escolarização, a "Marcha da Escolarização" transmitiu a percepção da excelência escolar brasiliense, que embora a ênfase tenha centrado na educação primária, com os Jardins de Infância, Escolas classes e "Escolas parques", o periódico dispôs-se a condução do atendimento de que todos os níveis de ensino foram assistidos e contemplados. A isto inclui a educação de nível universitário, legitimado em suas páginas com a criação e construção da Universidade de Brasília.

Nota-se ainda que a escolarização em Brasília deu início, basicamente, com a chegada das primeiras famílias de candangos, antes de sua oficial inauguração e que a explosão demográfica foi ou poderia ter constituído como um indicador melhor aproveitado se desde o início deste advento dispusesse de um planejamento escolar mais específico a esse público e as novas regiões, não limitando a abertura "às pressas" de salas de aulas ou escolas provisórias.

CAPÍTULO 3 – PRODUTO TÉCNICO

3.1 Minicurso: A história da infância e escolarização em Brasília: indícios exibidos na Revista Brasília (1957-1967)

Tendo em vista os indicativos presentes na Revista Brasília, visualizados a partir dos esforços depositados ao longo desta pesquisa, desenvolvida para o Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, com o tema Infância e Escolarização nas Páginas da Revista Brasília (1957-1967), foram notado ricos indicativos da infância, ou infâncias, e a constituição do sistema escolar da nova capital do Brasil – Brasília, nesse período.

Nesse sentido, a iniciativa de produzir um produto técnico voltado a compartilhar um pouco dos achados desta pesquisa, e, com isso, contribuir com conhecimentos correlatos a uma história relativamente recente, ergue-se através da ideia de um minicurso como meio propulsor para e partilha desse estudo e dos achados nele dispostos. Assim sendo, o minicurso destina-se aos profissionais da carreira da educação, da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, com foco no magistério público.

Por se tratar de contribuições que versam sobre a história da infância e da educação escolar de Brasília, no recorte temporal de 1957-1967, imagina-se que pode ser de interesse direto dos profissionais das creches, Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, os demais profissionais da educação desta secretaria são públicos que podem, também, aprender e contribuir com novos olhares para os apontamentos visualizados ao longo do estudo, dentro do universo historiográfico pesquisado. A carga horária sugerida é a de 15 horas, distribuídas em 3 encontros.

Ementa/Proposta

Título do Minicurso:

A história da infância e da escolarização em Brasília: indícios exibidos na Revista Brasília (1957-1967).

Resumo

Almeja-se, com esse minicurso, discorrer sobre alguns aspectos do percurso histórico do processo de escolarização da infância candanga, durante a construção de Brasília e ao longo

dos sete primeiros anos após a conclusão da construção da capital federal, a partir dos indicativos presentes no periódico oficial do Estado, destinado a publicizar ações relativas à construção da nova capital.

Com esse recorte de 10 anos, o minicurso pretende: apresentar alguns aspectos do contexto histórico, no qual Brasília foi erguida; conhecer a biografia de Roger Chartier e o que ele indica sobre as representações sociais; discutir os entendimentos de infância e de escolarização a partir do olhar da história cultural; e exibir o *Plano das Construções escolares de Brasília,* utilizando textos e imagens apresentadas pela Revista Brasília.

Justificativa

A educação do Distrito Federal trata-se de território fértil e que pode ser mais explorado e conhecido por docentes da localidade, admiradores da historiografia e pesquisadores da área. No contexto da história da educação de Brasília, foi verificada, a partir de levantamento historiográfico, a carência de estudos sobre a infância e a escolarização da cidade, que teve como fonte documental a Revista Brasília - um periódico criado por lei, pelo Governo Federal, para dispor sobre as ações referentes à construção e à transferência da nova capital.

Diante da não incidência de estudos acadêmicos relativos a essa história da infância e da educação escolar, cuja fonte documental fosse um periódico, é que ocorre a provocação inicial de refletir quem eram as crianças e escolas estampadas nas páginas de um impresso nomeado de Revista Brasília.

Essa constatação se deu mediante a realização de levantamento historiográfico, em que os estudos localizados com vistas aos descritores ‘infância-imprensa’ possibilitaram observar a concentração dessas pesquisas a algumas regiões brasileiras e a não incidência delas na região centro-oeste. No entanto, Galvão e Lopes (2010) destacam o valor e a possibilidade de correlacionar outros estudos realizados com aqueles vidouros, como ocorreu na pesquisa sobre a “A Infância e Escolarização nas Páginas da Revista Brasília (1957-1967)”, que motivou a realização deste minicurso.

Para tanto, a tentativa de se inteirar sobre esse passado não tão distante, a fim de conhecê-lo com mais propriedade segue as orientações de Roger Chartier. Chartier (1990) considera que os conflitos por representação são tão expressivos e reais quanto aqueles relacionados, por exemplo, a questões econômicas. Todavia, por meio de representações, estes

se desenrolam de maneira simbólica, como é suposta a manifestação nas publicações da Revista Brasília.

De acordo com o pesquisador, as representações passeiam naquilo que compõe as percepções do mundo social e elementos consoantes às singularidades de cada grupo ou classes sociais, que são tecidos pelas inclinações dos grupos que as validam ou as representam de algum modo.

> Por isso, está investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas por representações têm tanta importância como as lutas econômicas para se compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Chartier, 1990, p. 17).

Diante disso, este minicurso apresentará aspectos sobre a infância e a escolarização presentes na Revista Brasília, cuja a perspectiva por representações (Chartier, 1990) foi utilizada pelo periódico como modo de apresentar a opinião pública; suas concepções sobre a infância e a escolarização da nova capital como elementos essenciais para o desenvolvimento local, nacional; e as inovações nas demandas econômicas e sociais impostas pelo novo modelo econômico, cuja população concentrava-se, cada vez mais, em contextos urbanos.

Os achados localizados da pesquisa possibilitam o compartilhamento e reflexões sobre aquilo que foi pré-definido pelos idealizadores da nova capital. Além disso, compreendeu-se como se constituiu o sistema escolar de Brasília, planejado por Anísio Teixeira, e como as perspectivas para a infância e a escolarização refletem ou contribuem nos contextos atuais, onde a essência do plano escolar remoto esteve voltada à escolarização primária, que pretendia impulsionar e referenciar a educação da nova capital e a do país, tendo a infância como responsável pelo sucesso desse sistema pelo progresso do país.

Ementa:

O minicurso versará sobre a contextualização e a apresentação de como a infância esteve envolvida no cenário de transferência e consolidação de Brasília como nova capital do Brasil, bem como o processo de estabelecimento de um sistema escolar no Planalto Central que, em suas origens, desejou constituir-se como referência aos demais sistemas de ensino do país. O curso terá fragmentos de textos e imagens veiculados na Revista Brasília e o Plano das Construções Escolares da Nova Capital como suporte pedagógico.

Objetivos:

- Discorrer sobre os conceitos de infância e escolarização que nortearam o trabalho de pesquisa que deu origem ao minicurso;
- Conhecer a biografia de Roger Chartier e o seu entendimento sobre representações sociais;
- Apresentar o plano das construções escolares da nova capital;
- Discutir e analisar fragmentos de textos e imagens da Revista Brasília, com referência nos conceitos de infância e escolarização, junto ao entendimento de representações ancorado em Chartier.

Perfil dos participantes:

Docentes que possuem vínculo com a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal e atuam em creches, Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Metodologia:

O desenvolvimento do minicurso ocorrerá por meio de leituras prévias, aulas expositivas e interação entre os participantes. Das 15 horas previstas, 10 horas serão destinadas aos encontros com os cursistas e 5 horas indiretas, nas quais os participantes poderão se dedicar às leituras que fundamentarão a interação durante os encontros.

Conteúdo do minicurso:

O primeiro encontro será destinado à apresentação dos participantes, conversa sobre o contexto histórico, em que Brasília foi concebida, junto à criação da Revista Brasília. Posterior a isso, será realizada uma conversa sobre as concepções individuais dos participantes acerca do conceito de infância e de escolarização. Após esse momento, serão apresentados os conceitos de infância e de escolarização adotados ao longo do estudo que precedeu o minicurso. O objetivo deste primeiro encontro é a ambientação dos participantes, junto à introdução dos objetos que darão suporte ao minicurso.

No segundo encontro, será retomado o que foi conversado no primeiro encontro. Esse momento iniciará com uma conversa sobre como os participantes definiriam representações. Posteriormente, será apresentada a biografia de Roger Chartier e como ele sinaliza a sua quase definição a respeito das representações sociais. Ao final, haverá a exposição de alguns exemplares da Revista Brasília, que conversam com os objetos infância e escolas daquele período. Este encontro tem por finalidade discorrer e debater sobre aquilo que confere as representações sociais, a partir de Chartier, bem como instigar os cursistas a darem suas versões e interpretações acerca das imagens exibidas e dos fragmentos extraídos da Revista Brasília.

No terceiro encontro, ocorrerá um diálogo sobre o Plano das Construções Escolares da Nova Capital e sobre a importância da figura de Anísio Teixeira nas concepções da base da educação brasiliense. Além disso, serão apresentadas algumas imagens relacionadas ao sistema escolar de Brasília em momentos que precederam e sucederam a instituição de Brasília como Capital Federal. O intuito do encontro é o de conhecer o plano das construções escolares da cidade de Brasília e observar se dentro daquele contexto histórico havia uma representação pré-estabelecida que confrontava o idealizado pelo impresso e a realidade.

Avaliação:

A avaliação será processual, levando-se em consideração a assiduidade, a interação, a leitura dos materiais e um resumo de até cinco linhas – solicitado ao término de cada encontro - sobre o que mais chamou atenção dos cursistas. Os participantes poderão faltar, no máximo, uma vez.

Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. **R. Bras. Est. Pedag.,** Brasília, v. 103, n. 263, p. 87-94, jan. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812022000100087&lng=pt&nrm=iso.

BRITES, Olga. **Imagens da infância:** São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950. 1999. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13039.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do plano: a construção das cidades satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo,** XIV, São

Carlos, Brasil. São Carlos, USP, 2016. Disponível em: https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. p. 191-211. *In:* BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processo de escolarização no Brasil: algunas considerações e perspectivas de pesquisa. **Historia de la Educación**. Anuario, n. 4, 2003. Disponível em: https://www.saiehe.org.ar/anuario/revista/article/view/166.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 16 fev. 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 5. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

MOURA, Gleuze Pereira Marinho; DOS ANJOS, Juarez José Tuchinski. A infância no tempo da construção da nova capital brasileira. **Revista de história,** v. 15, n. 30, p. 227-245, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/19312.

PEREIRA, Eva Waisros. As Raízes Pragmatistas da Educação do Distrito Federal. In: PEREIRA, Eva Waisros (Org.). **Nas Asas de Brasília:** memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lucia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, Eva Waisros (Org.). **Nas Asas de Brasília:** memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista,** n. 18, p. 75-101, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/468/105.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; Figueiredo de Sá, Elisabeth; Silva, Vera Lúcia Gaspar da. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: UFMT, p. 11-20, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e o fichamento, de textos e imagens relacionadas a infância e escolarização, dos 52 números que integraram o recorte temporal da pesquisa (1957-1967) demonstraram que, embora o periódico criado com o intuito de notificar os atos administrativos correlatos ao andamento da construção da nova capital, a infância e a escolarização de Brasília estiveram representadas nas páginas deste impresso, não com o mesmo destaque, mas com relevância similar à da edificação da cidade. Por vezes, o periódico concebeu a escola como instituição responsável por formar e educar a infância brasilense, com análoga magnificência àquela disposta à arquitetura e ao ordenamento administrativo de Brasília.

Os apontamentos acenados ao longo da pesquisa tiveram como fonte a Revista Brasília e o uso de textos e da iconografia fotográfica, cujos objetos de estudo concentraram-se na infância e na escolarização. As fontes diversificadas, como foi o caso da Revista Brasília, manifestam-se como valorosos meios para o conhecimento do passado e para a aproximação de fatos de tempos pregressos, conforme verificado por meio do levantamento historiográfico realizado nesta pesquisa.

Conforme destaca Gouvea (2008), a Nova História oportuniza a apropriação de variadas fontes primárias como elementos que permitem a recuperação de práticas e discursos diversos, de modo que a inclusão destas fontes possibilita enriquecer e agregar conhecimento sobre a história e as representações que simbolizam determinadas experiências sociais.

Com essa possibilidade de inclusão de fontes, e ao acrescentar o uso de imagens fotográficas como um segundo elemento para o conhecimento do passado, a pesquisa extraiu indicativos sobre a história das crianças brasilienses em um produto não direcionado a contextualizar suas vivências e certifica o valor desse tipo de fonte como elemento que soma conhecimento historiográfico, sobretudo daqueles e daquelas que por vezes foram invisibilizados como sujeitos históricos e sociais. Apesar do periódico não compilar sobre a infância a pesquisa trouxe à tona a relação direta das crianças da época com a cidade de Brasília e o sistema educacional noticiado, situação que agrega ao aporte de alternativa documental para o estudo das infâncias e dos processos de escolarização.

A partir desse olhar, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as possíveis representações de infância e de escolarização documentadas nas páginas da Revista Brasília, no contexto histórico em que emergia a nova capital do Brasil. Neste período, as atribuições dadas ao sistema escolar e delegadas às infâncias e às crianças da ocasião configuraram como

uma devolutiva à pergunta central deste estudo: qual (ou quais) representações de infância e de escolarização foram veiculadas nas páginas da Revista Brasília?

A investigação demonstrou que o impresso oficial da construção de Brasília construiu, ao longo das suas edições, uma narrativa sobre a infância e a escolarização que correspondiam às idealizações dos defensores da mudança da capital do Brasil para o Planalto Central e o desejo de manifestar a opinião pública. Dessa forma, o progresso ansiado ao país estava intrinsecamente ligado a um sistema escolar de excelência, cuja infância e suas crianças eram responsáveis por materializar este ideal.

No primeiro capítulo, destinado a investigar as representações de infância nas páginas do impresso, contemplou-se dois momentos bem específicos: o tempo da construção de Brasília (1957-1960) e como fora o cotidiano dessa infância na implantação da cidade (1960-1967).

Em relação ao primeiro objetivo, esta investigação foi ao encontro com uma máxima promulgada pelas edições e números do impresso apreciado, no qual fez-se entender a existência de uma infância homogênea, que aparentemente desfrutava de direitos e oportunidades iguais. Com esse olhar, o periódico favoreceu a compreensão de que a infância, enquanto categoria geracional, não era composta por crianças com especificidades múltiplas. A cidade que estava se erguendo no Planalto Central, embora compusesse-se essencialmente de crianças oriundas de diversas localidades do país, com histórias e históricos próprios ou relacionados às realidades culturais, a revista não apresentou essa configuração.

Nos momentos pré e pós a inauguração de Brasília, o enredo delineado foi o da existência homogênea da infância, mesmo com diversos indicativos de haver uma nascente cultura local, a qual as crianças da cidade apresentavam uma suposta representação social "ideal". Isso ocorre a fim de projetar o *status* modernista da cidade em sua população e, sobretudo, naquela geração idealizada como responsável a dar vida ao progresso, expandindo o repertório para validar as razões da transferência da capital para o centro-oeste do país.

Ao investigar as representações de infância, nota-se os vestígios de representações preestabelecidas também no momento posterior ao estabelecimento da nova capital do Brasil. No período após a inauguração da cidade (21 de abril de 1960), as crianças passaram a ser retratadas pelo impresso, vinculadas ao sistema escolar que foi projetado para ser referência aos demais sistemas de ensino do país.

O periódico manifesta a infância no viés da escolarização, associada a aspectos de bem-estar e funcionalidade favorecidos pelo exitoso projeto arquitetônico da cidade. Nesse sentido, as crianças foram retratadas usufruindo de momentos ao ar livre e brincando em

parques, embora o impresso não contabilize o quantitativo destes espaços e a sua existência noutras localidades que não o Plano Piloto. Com isso, surgem dúvidas sobre a distribuição e o acesso da população infantil a esses recursos, invisibilizando o cotidiano e o funcionamento de outras cidades, a exemplo de Taguatinga, a primeira cidade satélite.

Nesse contexto, da mesma maneira que a infância e a escolarização apresentadas pela Revista Brasília se constituíram como objetos deste estudo, investigou-se as representações de escolarização presentes na referida revista, a partir do entendimento da história cultural e da perspectiva de Roger Chartier. A escolarização da nova capital foi analisada durante a construção da cidade, a partir de 1957, e num período após o 21 de abril de 1960, posterior a inauguração, com objetivo de identificar as representações de escolarização exibidas pelo impresso da Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Os achados comprovam a existência de unidades escolares desde a ida dos primeiros trabalhadores para os solos da futura capital nacional, no ano de 1957, onde houve a abertura de instituições de ensino privadas, confessionais, não confessionais e a edificação da primeira unidade escolar de caráter público, o Grupo Escolar nº 1, posteriormente nomeado como Escola Júlia Kubitschek.

Embora a Revista Brasília apresente a existência de unidades escolares concomitante a chegada dos primeiros trabalhadores e famílias, o fator que instigou a atenção do público para ordenar a construção de unidades escolares foi o crescente fluxo migratório rumo ao Planalto Central, quando o número de crianças passou a aumentar e requerer a necessidade planejar a construção de unidades escolares.

Nesse contexto, o processo de escolarização de Brasília foi desafiador, sem dar conta das fragilidades evidenciadas, uma vez que a nova cidade, ao receber migrantes de todo o país, refletia a precariedade educacional e verificava a necessidade de direcionar os olhares à educação primária.

Desse modo, no período que precedeu a instauração de Brasília como capital nacional, o periódico demonstrou ora de forma implícita, ora de forma explicita, uma inquietude a necessidade de aparelhar a futura sede administrativa com ampla e bem-sucedida rede escolar, fazendo *jus* à "Marcha da Escolarização", conforme nomeado neste estudo.

Essa "marcha" foi representada pelo impresso, a partir da notificação de informações correlatas à edificação de unidades escolares. No entanto, a Novacap não conseguia gerir a amplitude que configurava a construção de um sistema escolar – a entrega de salas de aula e de edificações escolares permanentes ou provisórias não era suficiente, era necessário realizar uma sistematização da direção escolar de Brasília, efetivada com a Caseb e o Plano de

Construções Escolares de Brasília, no qual foi atestada a importância de haver uma equipe técnica especializada.

Um ano antes de Brasília ser inaugurada a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb) começa a conduzir os assuntos escolares da cidade que, com Anísio Teixeira, tem o plano de construções escolares delineado. Ao passo em que a Revista Brasília continua a representar o estabelecimento da cidade, o sucesso da escolarização é apresentado como algo aparentemente simples, baseado no quantitativo de salas de aulas e escolas. O discurso do impresso enfatizou a relevância da escolarização como fundamento para o desenvolvimento social. No entanto, a participação e as contribuições de Teixeira (1961) para com a educação brasiliense é invisibilizada pela Revista Brasília.

A partir dessas discussões, os objetos infância e escolarização se constituem como essenciais à apresentação de um produto técnico que, embora seja uma exigência curricular do Programa de Pós-Graduação em Educação, da modalidade profissional da Universidade de Brasília, proporciona o compartilhamento e a reflexão das informações percebidas ao longo do percurso investigativo. Neste estudo, foi escolhida a socialização dos achados por meio de um minicurso que, possivelmente, despertará olhares que não foram alcançados durante a pesquisa, mas com possibilidades já visualizadas.

A primeira possibilidade de estudo visualizada e pouco aprofundada se encontra na ideia da infância e sua institucionalização por meio do sistema escolar, aonde a infância parece ser ordenada às necessidades propostas por um sistema, e não às demandas próprias das crianças. Assim sendo, percebeu-se que o êxito educacional, delegado à instituição escolar, ordenou a responsabilidade por resultados de excelência, que traria benefícios não apenas locais, mas ao Estado Brasileiro, configurando-se como um *modus operandi* da economia industrial e urbana.

Com base na análise da Revista Brasília, verifica-se a relação da cidade com um possível higienismo social, no qual a diversidade social das infâncias foi desconsiderada. A infância brasiliense representada na Revista Brasília não incluiu outras realidades e infâncias para além das imagens e textos que preconizam um dia a dia sem problemas, ao passo em que as infâncias pobres e pretas pareciam não fazer parte do contexto local ou não ser atraente ao periódico. Sobre isso, Brites (2000) destaca que a imprensa periódica tende representar a infância a partir de orientações confortáveis ao mundo adulto, como naquilo que toca sua aparência física, ao enaltecer padrões de beleza, branquitude e predicativos de bondade ao referir-se a ela. Nesse sentido, é de grande valia investigar outras realidades de infância não

contempladas pelo periódico, para além dos limites geográficos reportado pelo periódico da Novacap.

Por não ser detalhada pela fonte eleita para esta investigação historiográfica, percebe-se como oportuno investigar a constituição do sistema escolar fora do Plano Piloto da nova capital, como fonte de conhecimento de um passado não tão distante. O *Plano das Construções Escolares de Brasília* destacou, por meio da proposta dos Centros de Educação Elementar, a importância da educação escolar para a infância materializada nas escolas classes, escolas-parque, jardins de infância e até mesmo a promessa de bons salários aos docentes da capital à época. A investigação não contemplou as cidades construídas concomitantes à nova capital e se as escolas erguidas como provisórias, ou em caráter de emergência, alcançaram as classes populares, no recorte temporal pré e pós inauguração de Brasília, conforme anunciado por aquele moderno plano escolar.

Uma outra possibilidade de estudo verificada a partir desta pesquisa encontra-se em investigar os discursos políticos direcionados ao contexto de políticas educacionais, no marco temporal de 1957-1967, tendo em vista que o período abarcou uma era desenvolvimentista e parte de um período de golpe civil-militar, nos quais as imagens e notícias sinalizadas não explicitam as condições reais de diversas camadas da população, naquilo que rege as condições educacionais disponibilizadas as crianças de múltiplas classes sociais.

Ao longo deste estudo, foram verificados indicativos de que as páginas do periódico propunham a concepção de uma infância idealizada ou que se adequasse dentro de um padrão social da época, sob a aparente lógica da criança única, relacionando-a a um simbolismo de modernização e de desenvolvimento econômico. Apesar disso, a Revista Brasília sugeriu a possibilidade de haver outras infâncias, como aquela apresentada na primeira festa de Natal para as crianças pobres, promovida por mulheres da alta sociedade, em dezembro de 1957. Neste momento, o periódico sugere haver ao menos duas infâncias: uma pobre e outra não pobre.

A iconografia fotográfica é manifestada pelo periódico como um elemento que confirma e ampara a concretude e o real estabelecimento da escolarização na nova capital, o que reitera a pertinência deste tipo de fonte nos estudos da historiografia da educação, no qual "A Marcha da Escolarização" se mostrou presente por meio de fotografias, mesmo após a consolidação de Brasília como Capital Federal.

Embora a iconografia tenha sido utilizada como forma de sinalizar o "nascimento" e a construção de um novo sistema, em sua forma concreta, a análise da fonte permitiu a compreensão que houve um planejamento para a educação, mas que, de um modo geral, não

apresentava as lacunas entre o idealizado e o realizado, sobretudo pelo fato de centrar seu apelo midiático aos pontos positivos daquele sistema escolar e concentrar estas informações na cidade de Brasília, ao perímetro arquitetado e projetado para o Plano Piloto da Capital.

Desse modo, a utilização da Revista Brasília, a partir do escopo de possibilidades em diversificar o uso de fontes de pesquisas, confirmou a valia dos impressos como fonte documental nas investigações historiográficas. Essa investigação sobre a infância e a escolarização nas páginas da Revista Brasília, entre os anos de 1957 e 1967, enriquece o conhecimento sobre a história da educação do Distrito Federal e da sua infância, de modo a gerar não apenas conhecimento de um passado recente, mas tornando-se um aparato para a reflexão acerca de novos planejamentos educacionais e de ações voltadas à infância brasiliense e do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. A política educacional catarinense da década de 1960: educação, desenvolvimento e teoria do capital humano. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 30, p. 228-247, 2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5155/art15_30.pdf. Acesso em: 28/05/2024.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 103, n. 263, p. 87-94, jan. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812022000100087&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 06/11/ 2023. https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i263.5283.

ANJOS, J.J.T.; BARBOSA, E.B.L. A narrativa de Juscelino Kubitschek sobre a escolarização em Brasília: vestígios de uma historiografia da educação. *In:* SILVA, F. C. T. (org.); ANJOS, J. J. T. (org.). **Escrita da pesquisa em educação na região Centro-Oeste** - vol. 4. 1a. ed. Campo Grande: Editora Oeste, 2020. p. 57-75.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Desfiles cívicos escolares no Estado Novo: uma interpretação pelas fotografias. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 37, n. 3, p. 269-276, set. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i3.19533.

ARAUJO, Maria Fatima. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180–198, 2011. DOI: 10.5965/2175180303012011180. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303012011180. Acesso em: 14/05/2024.

BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2022.

BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. *In:* GOMES, A. de C. (org) *et al*. **O Brasil de JK**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1991. p. 9-22.

BECCHI, Egle. Retórica da infância. Tradução Ana Gomes. **Perspectiva**, Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 22, p. 63-95, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10743/10258. Acesso em: 04/01/2024.

BERTO, Rosianny Campos. **Regenerar, civilizar, modernizar e nacionalizar:** a educação física e a infância em revista nas décadas de 1930 e 1940. (Dissertação), Programa de Pós-graduação em Educação Física – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

BERTONI, Estêvão. Marco Paulo Rabello (1918-2010): deu vida às linhas de Niemeyer. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 12 de junho de 2010. Cotidiano. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1206201022.htm. Acesso em: 14/05/2024.

BERQUÓ, Elza. Arranjos Familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In:* NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *et al*. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea, v. 4. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 02, p. 157-168, dez. 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v34n02/v34n02a02.pdf. Acesso em: 20/11/2023.

BRITES, Olga. **Imagens da infância:** São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950. 1999. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13039. Acesso em: 05/05/2024.

BRITES, O. Crianças de revistas (1930/1950). **Educação E Pesquisa**, v. 26, n. 1, 161-176, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-97022000000100011. Acesso em: 05/05/2024.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda. Usos e abusos nos anos 30 a 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo (ANPUH/FAPES), v. 20, n. 39, p. 251-252, 2000.

CAPELLO, M. B. C. A revista Brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962). **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo** (Online), v. 11, p. 43-57, 2010. https://doi.org/10.11606/issn .1984-4506.v0i11p43-57. Acesso em: 05/05/2024.

CARABALLO, Carolina. **Grandes mulheres da construção de Brasília.** Agência Brasília, Brasília, 18, maio, 2022. Aniversário de Brasília - Brasília 62 anos. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/04/18/grandes-mulheres-da-construcao-de-brasilia/. Acesso em 18/07/2023.

CARMO, Michel Gomes do. **Imprensa e representações:** imagens de crianças e mulheres no contexto da Guerra do Paraguai (1864 - 1870). 2020. 165 p. (Dissertação), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **"E a história se fez cidade...":** a construção histórica e historiográfica de Brasília / Viviane Gomes de Ceballos. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *In:* **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002, pp. 13-28.

COSTA, Solanja Silva. **Em torno do berço:** discursos sobre a educação da infância pobre parahybana no Jornal A Imprensa (1912-1922), 2015. 146 f. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DA COSTA, Cléria Botelho. Brasília: amor à cidade e cidadania. **História Oral.** Disponível em:

https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270413259_ARQUIVO_BRASILIAversaoRecife.pdf. Acesso em: 31/07/2023.

DA SILVA, Bruna Bottino. **Em bem dos Pequeninos:** o trabalho infantil pela imprensa da cidade do Rio de Janeiro de 1924 a 1927. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

DA ROCHA, Maria Camila.; WENINGHAMP JÚNIOR, José Ernesto. A Infância e a Adolescência na Imprensa de União Da Vitória - PR e Porto União - SC: uma leitura cultural. **Anais Enaproc**., v. 1 n. 1, 2019.

DALBEN, André. Inezil Penna Marinho: formação de um intelectual da educação física., [S. l.], v. 17, n. 1, p. 59–76, 2011. Escola de Educação Física, Rio Grande do Sul, Brasil. **Movimento** Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/16968. Acesso em: 12/10/ 2023.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do plano: a construção das cidades satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, XIV, São Carlos, Brasil. São Carlos, USP.** Disponível em: https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf_,2016. Acesso em: 31/07/2023.

DOS SANTOS, Liana Pereira Borba. Entre documentos e representações: reflexões sobre a operação historiográfica na revista Pais & Filhos. **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 1, n. 1, p. 117-135, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. p. 191-211. *In:* BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos – São Paulo: Editora Cortez, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processo de escolarização no Brasil: algunas considerações e perspectivas de pesquisa. **Historia de la Educación. Anuario**, n. 4, 2003. Disponível em: https://www.saiehe.org.ar/anuario/revista/article/view/166. Acesso em: 29/08/2023.

FERREIR, F. M.; WIGGERS, I. D. Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 45, p. e194024, 2019. DOI: 10.1590/s1678-4634201945194024. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/162609. Acesso em: 30/07/2023.

FREITAS, Tayanne da Costa; WIGGERS, Ingrid Dittrich. Escolas-parque de Brasília: diálogos com a produção acadêmica. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, e26429, jan. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312020000100121&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 09/01/2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). **Revista Brasília**. Disponível em: https://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/. Acesso em 13/02/2023.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural:** a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GIL, Natália de Lacerda. Estatísticas e educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento. **Pensar a educação em revista**. UFMG: Belo Horizonte, 2019. vol. 5, n. 2 (jun./ago.2019), 29 p. Disponível em: https://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2019/12/17/estatisticas-e-educacao/. Acesso em: 09/07/2023.

GIL, Natália de Lacerda. Interpretação das estatísticas de educação um espaço de disputas simbólicas. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 7, n. 1, janeiro-abril, 2007, p. 121-151. Sociedade Brasileira de História da Educação. Maringá, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=57616107600. Acesso em:12/07/2023.

GOUVEA. Maria Cristina S. de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. *In:* SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares (Orgs.). **Estudos da Infância:** educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUALBERTO, Virgílio. Planejamento e Execução do Censo Escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 44, n. 100, p. 221-240, 1965. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/481/118. Acesso em: 10/01/2024.

HORTA, José Silvério Baia; SILVÉRIO, José. Direito à Educação, obrigatoriedade escolar e extensão da escolaridade. VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elisabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Org.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, p. 381-398, 2013.

ISOBE, R. M. R.; RIBEIRO, B. de O. L. 'Menores e vagabundos': o discurso jurídico sobre infância e educação na imprensa periódica nos primórdios da República. **Revista Brasileira De História Da Educação**, v. 22, n. 1, e196, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e196. Acesso em: 05/05/2024.

Juarez José Tuchinski dos Anjos. **A imprensa periódica e a construção da infância na Província do Paraná (1854-1889)**, ISSN: 21762767, 107. 2016.

JACQUES, P. B.; ALMEIDA Jr, D.L. A Construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: XII Encontro de História da Arte - Os silêncios na História da Arte, 2017, Campinas. **XII Encontro de História da Arte - Os silêncios na História da Arte**. Campinas: Unicamp, 2017. v. 1. p. 469 - 495. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2017/Paola%20Berenstein%20Jacques%20e%20Dilton%20Lopes%20de%20Almeida%20Junior.pdf. Acesso em: 07/07/2023.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 16 fev. 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749. Acesso em: 16/07/2023.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5ª ed., reimpre. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

KUBITSCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília / Juscelino Kubitschek**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 477 p. (Coleção Brasil 500 anos).

KUHLMANN JR. Moyses; FERNANDES, Rogério. Sobre a História da Infância. p. 15- 3. *In:* FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LAZAROTTO, Aline Fátima. **A infância na imprensa em Chapecó – 1939/1979.** (Dissertação), Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

LAZAROTTO, Aline Fatima. Entre imagens e memórias: representações sociais de criança e infância na imprensa escrita em Chapecó (SC) na década de 1970. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 29, n. 44, p. 17-26, 2016.

LAZAROTTO, Aline Fátima; AREND, S.M.F. Imprensa no Oeste de Santa Catarina: um discurso em prol da instrução pública para as crianças durante o Estado Novo. **REVISTA PEDAGÓGICA** (CHAPECÓ. ONLINE), v. 20, p. 248-266, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. Disponível em: academia.edu. Acesso em: 09/01/2024.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. *et al*. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil – República:** da Belle Époque à Era do Rádio, v. 3. São Paulo: Editora Schwarcz, 2006.

MORAES, Cleide Fátima de. **As competências legais da gestão dos sistemas de ensino nos primórdios de Brasília (1959-1960).** (Monografia de Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25709/1/2019_CleideFatimaDeMoraes_tcc.pdf. Acesso em: 08/01/2024.

MOREIRA, J. Roberto. Censo Escolar de 1964 e perspectivas de erradicação do analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 44, n. 100, p. 241-249, 1965. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/481/118. Acesso em: 10/01/2024.

NAZÁRIO, M. Senado Federal – 50 anos de Brasília: Muitos acreditam que o santo italiano profetizou a construção de Brasília no século 19. **Senado Notícias**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not08.asp#:~:text=No%20sonho%2C%20ele%20passou%20por,seria%20%E2%80%9Cuma%20riqueza%20inconceb%C3%ADvel%E2%80%9D. Acesso em: 06/07/2023.

NIEMEYER, Oscar. Minha experiência de Brasília. **Revista Brasília**, Brasília, número 43, Edição de julho/1960. p.02- 14.

PAIXÃO, Cristiano. Entre regra e exceção: normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985). **História do Direito**, S.l., v. 1, n. 1, p. 227 - 241, dez. 2020. ISSN 2675-9284. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78728/42793. Acesso em: 27/07/2023.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lucia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o plano de educação de Brasília. **GT: História da Educação**, n. 02, p. 01-16, 2005. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-667-intok.pdf. Acesso em: 30/08/2023.

PEREIRA, Eva Waisros. As Raízes Pragmatistas da Educação do Distrito Federal. p. 46 - 62. *In*: PEREIRA, Eva Waisros (org.). **Nas Asas de Brasília:** memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lucia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. *In*: PEREIRA, Eva Waisros (org.). **Nas Asas de Brasília:** memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 27-45.

PESSOA, A. B. Imagens da Infância e do Trabalho Infantil na Imprensa Manauara, 1890-1920. **Domínios da imagem** (UEL), v. 1, p. 7-19, 2010.

PESSOA, A. B. **Imagens da Infância e do Trabalho da Criança na Cidade de Manaus** (1890-1920). 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

PINHEIRO, Welington da Costa. **A infância nas páginas de jornal:** discursos (re)produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinskki dos. Entre o plano e o vivido: a inauguração de Brasília e dos Jardins de Infância (1960-1962). **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 47, p.292-313, 2019. Disponível em: https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/4168. Acesso em: 22/11/2023.

PORTAL DO SENADO, Biblioteca Digital do Senado Federal. **Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. Ano 4, n. 45-48 (set./dez. 1960). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/507002. Acesso em: 13/02/2023.

RAMOS, Guerreiro. **A sociologia de Max Weber:** sua importância para a teoria e a prática da administração. 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1343/1/2006%20Vol.57%2cn.2%20Revisitada%20-%20Max%20Weber.pdf. Acesso em: 08/01/2024.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. **Estudos avançados**, v. 28, p. 75-90, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 28/07/2023.

RIBEIRO, A. de F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015. DOI: 10.23925/ls.v19i35.26678. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678. Acesso em: 08/01/2024.

ROCHA, L. P., **Imprensa e Impressos para a civilidade da infância: representações e apropriações (Vitória na segunda metade do século XIX)**. (Dissertação), Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

Roveri (Brasil), F. T. Erros que podem ser corrigidos ou evitados: Conselhos de Leonor Posada às meninas (década de 1950). **Revista História Da Educação**, 24, e92581, 2020. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/92581.

SANT'ANA, Andréa Márcia; DE SOUZA, Rosa Fátima. A educação nas páginas da Imprensa Católica (Ribeirão Preto - SP, 1949-1959). **Acta Scientiarum. Education**, 2016, v. 38, n. 2, p. 121-130.

SANTOS, Jailson Moreira dos. **A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro**. O DESENVOLVIMENTO Econômico E A Caixa, por Caixa. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, p. 167-181, 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011244400.LivroCAIXA_T_0_167.pdf. Acesso em: 25/11/2023.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Infância e família em revista: Pais & Filhos (1968-1989).** 2018. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, M. P.; RESENDE, S. H. Família, infância e higienização na imprensa de Uberlândia do Estado Novo. **Educação e Filosofia** (UFU. Impresso), v. 26, p. 115-144, 2012.

SOUZA, Edilson. Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as escolas classe/escola parque de Brasília. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 39-52, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/13654/9674. Acesso em 13/11/2023.

SOUZA LUZ, A.; TUCHINSKI DOS ANJOS, J. J. Financiamento e usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília (1960-1970). **Revista Entreideias:** educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 11, n. 3, 2022. DOI: 10.9771/re.v11i3.48535. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/48535. Acesso em: 11/01/2024.

SOUZA, M. A. A. A.; RIBEIRO, B. de O. L.; ARAÚJO, J. C. S. Construções discursivas acerca da criança pobre na imprensa uberabense nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 28, n. 69, p. 719-740, 2019. DOI: 10.29286/rep. v28i69.7868. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7868. Acesso em: 13 fev. 2023.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista**, n. 18, pág. 75-101, 2001.

SCHNEIDER, Eliezer. Progresso e história da educação: uma releitura de Anísio Teixeira e Paul Monroe. *In:* **Fórum Educacional**. 1986. p. 3-15.

MANFROI, José. **A missão salesiana e a educação em Corumbá:** 1899-1996. 1997. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/737. Acesso em: 18/05/2024.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes:** ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MEDEIROS, Beatriz Feijó de. **A Revista Brasília e a mitificação da nova capital:** como a revista ajudou na construção da imagem de "Capital da Esperança". Monografia apresentada para conclusão do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Brasília. 2012. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7224. Acesso em: 11/05/2024.

MOURA, Tiago Bastos de; VIANA, Flávio Torrecilas; LOYOLA, Viviane Dias. Uma análise de concepções sobre a criança e a inserção da infância no consumismo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 474-489, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/PpWFYqBNjcgfqVDMZx4r4WC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25/05/2024.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **A invenção da infância:** as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MUELLER, Gabriela Pazzini. **Apartamentos funcionais em Brasília:** os blocos residenciais militares. 2019. 93 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/35597. Acesso em: 13/05/2024.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos americanos de educação**. Salvador: Tip. De São Francisco, 1928. 166p. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/back.html. Acesso em: 13/01/2024.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/468/105. Acesso em: 23/08/2023.

THEODORO, Janice. **A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960**. p. 01-36, 2018. Disponível em: https://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto_escolas_paulistas.pdf. Acesso em: 20/05/2024.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **Pragmatismo, experiência e educação em John Dewey**. Poços de Caldas: ANPEd, 2003. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/10_pragmatismo_experiencia_e_educacao_em_john_dewey.pdf. Acesso em: 18/11/2023.

TUCHINSKI DOS ANJOS, J. J. A IMPRENSA PERIÓDICA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854-1889). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, *[S. l.]*, v. 55, 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25301. Acesso em: 14 maio. 2023.

VASCONCELOS, Kelly Rocha de Matos; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Educação infantil e mulheres no Jornal do Comércio: Manaus, década de 1970. **Cadernos de História da Educação**, v. 21, 2022.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 26, n. 01, p. 135-160, jun. 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v26n01/v26n01a10.pdf. Acesso em: 18/07/2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. *In:* VIDAL, Diana Gonçalves; Figueiredo de Sá, Elisabeth; Silva, Vera Lúcia Gaspar da. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: UFMT, p. 11-20, 2013.

VIDESOTT, Luisa. Os candangos. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), n. 7, p. 21-38, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721. Acesso em: 18/05/2024.

VIEIRA, Renan Milanez. **Rede Manchete:** um estudo de caso. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Comunicação Social. Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/81a5a15f-1f51-4490-8a8c-52897246c89c/content. Acesso em: 10/06/2024.

VILELLA, A. Dos anos dourados de JK à crise não resolvida. *In:* GIAMBIAGI, F. *et al.* (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Campus, 2005.

BRASÍLIA – REVISTA BRASÍLIA. **Ipatrimonio.org**, 2023. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/brasilia-revista-brasilia/#!/map=38329&loc=-15.772019000000006,-47.910635,17. Acesso em: 12/03/2023.

BRINCAM JUNTOS NO JARDIM DE INFÂNCIA FILHOS DE DEPUTADOS E DE "CANDANGOS". **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 27, abr. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pagfis=172. Acesso em: 22/11/2023.

GALERIA DE PREFEITOS E GOVERNADORES. Arquivo Público do Distrito Federal – **Arpdf**, 2023. Disponível em: https://www.arpdf.df.gov.br/galeria-de-prefeitos-e-governadores/. Acesso em: 03/12/2023.

PRIMO DE JK, ILDEU CRIOU EMPRESA PARA PARTICIPAR DAS OBRAS DE BRASÍLIA. **Jornal Correio Braziliense**, Brasília, 12 fev. 2011. Cidades. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/02/12/interna_cidadesdf,237424/primo-de-jk-ildeu-criou-empresa-para-participar-das-obras-de-brasilia.shtml. Acesso em: 16/07/2023.

REFERENDO DE 1963. **Tribunal Superior Eleitoral – TSE**, 2023. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-1963/referendo-de-1963. Acesso em: 11/05/2023.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 240-249, out./dez. 1965. Ministério da Educação e Cultura. **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**, v. xliv, outubro-dezembro, 1965 nº 100. Seção Estudos e debates. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/481/118. Acesso em: 10/01/2024.

SOBRE O UNICEF. **Organização das Nações Unidas – Unicef**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef. Acesso em: 03/05/2024.

SUPERQUADRA DE BRASÍLIA: PRESERVANDO UM LUGAR DE VIVER / INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Superintendência do Iphan no Distrito Federal**; organização e coordenação Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Francisco Ricardo Costa Pinto; texto, Claudia Marina Vasques et al. – Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/cartilha_unidade_vizinhanc%CC%A7a_iphan_df.pdf. Acesso em: 30/07/2023.

APÊNDICES

Apêndice A – Lista de Reportagens.

A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA. **Revista Brasília.** Número 40, Edição Especial de 21/04/1960, Abril, 1960, p.44-53.

REVISTA BRASÍLIA. **Revista Brasília**. Número 01, janeiro,1960, p.01.

NOTAS. **Revista Brasília.** Número 02, Fevereiro, 1957, p.02.

O LANÇAMENTO DA "OBRIGAÇÃO BRASÍLIA". **Revista Brasília.** Número 06, Junho, 1957, p.18.

A MUDANÇA É UMA REALIDADE – NÚCLEO BANDEIRANTE. **Revista Brasília.** Número 06, Junho, 1957, p.15.

A PRIMEIRA MISSA EM BRASÍLIA. **Revista Brasília.** Número Especial da Primeira Missa, Junho, 1957, p.03.

DISTRIBUIÇÃO DE PRESENTES. **Revista Brasília.** Número 12, Dezembro, 1957, p.21.

ENGRANDECER BRASÍLIA. **Revista Brasília.** Número 34, Outubro, 1959, p.14.

A INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA. **Revista Brasília.** Número 41, Maio, 1960, p.02.

NIEMEYER. MINHA EXPERIÊNCIA DE BRASÍLIA. **Revista Brasília.** Número 43, Julho, 1960, p.04.

DIA DE SOL, DIA DE PISCINA. **Revista Brasília.** Número Comemorativo do Segundo Aniversário, Abril, 1962, p.35.

VERDE, VERDE &VERDE. **Revista Brasília.** Número Especial, Abril, 1965, p. 22.

PROJETO VENCEDOR. **Revista Brasília**. Número 03, Março, 1957, p. 12.

A MARCHA DA CONSTRUÇÃO. **Revista Brasília.** Número 08, Agosto, 1957, p. 6-7.

PRIMEIRA ESCOLA DE BRASÍLIA. **Revista Brasília**. Número 10, Outubro, 1957, p.08.

NOTAS. **Revista Brasília.** Número 04, Abril, 1957, p. 02.

A MARCHA DA CONSTRUÇÃO. **Revista Brasília.** Número 04, Abril, 1957, p. 6-7.

NOTICÍARIO. **Revista Brasília.** Número 14, Fevereiro, 1958, p. 21.

NOTICÍARIO. **Revista Brasília.** Número 20, Agosto, 1958, p. 15.

BOLETIM – ATOS DO CONSELHO. **Revista Brasília.** Número 24, Dezembro, 1958, p. 25.

NOTICIÁRIO – PARTICULARES. **Revista Brasília**. Número 20, Agosto, 1958, p. 15.

NOTICIÁRIO – REDE ESCOLAR DE BRASÍLIA. **Revista Brasília**. Número 21, Setembro, 1958, p. 18.

NOTICIÁRIO – MERENDA ESCOLAR. **Revista Brasília**. Número 23, Novembro, 1958, p. 18.

NOTICIÁRIO – EDUCAÇÃO. **Revista Brasília.** Número 24, Dezembro, 1958, p. 18.

NOTICIÁRIO – EDUCAÇÃO e SAÚDE. **Revista Brasília**. Número 25, Janeiro, 1959, p. 20.

ALVES VIEIRA. BRASÍLIA NÃO É O CAPRICHO DE UM HOMEM. **Revista Brasília**. Número 30, Junho, 1959, p. 01.

NOTICIÁRIO - PROFESSORES PARA BRASÍLIA. **Revista Brasília.** Número 37, Janeiro, 1960, p. 18.

NOTICIÁRIO – EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA. **Revista Brasília**. Número 37, Janeiro, 1960, p. 19.

NOTICIÁRIO - EDUCAÇÃO. **Revista Brasília**. Número 36, Dezembro, 1959, p. 18.

NOTICIÁRIO – EDUCAÇÃO ELEMENTAR. **Revista Brasília.** Número 39, Março, 1960, p.69.

SISTEMA EDUCACIONAL DE BRASÍLIA. **Revista Brasília**. Número 40, edição especial de 21/04/1960, Abril, 1960, p.68-69.

SUPER QUADRAS. **Revista Brasília**. Número 50-52, número comemorativo – primeiro aniversário de Brasília, Abril, 1961, p. 35.

NOTICIÁRIO – ESCOLAS. **Revista Brasília**. Número 50-52, número comemorativo – primeiro aniversário de Brasília, Abril, 1961, p.50.

NOTICIÁRIO – CALÇADOS ESCOLARES. **Revista Brasília**. Número 50-52, número comemorativo – primeiro aniversário de Brasília, Abril, 1961, p.51.

BRASÍLIA: CIDADE ONDE O SOL NASCE PARA TODOS. **Revista Brasília**. Número 65-81, Maio (1962) a Setembro (1963), 1963, p.13.

ESCOLAS. **Revista Brasília**. Número 53-64, Maio (1961) a Abril (1962), 1962, p.62-63.

GENTE MIÚDA FAZ ECONOMIA. **Revista Brasília**. Número 65-81, Maio (1962) a Setembro (1963), 1963, p. 45.

SUPER QUADRAS. **Revista Brasília. Número** 50-52 - número comemorativo – primeiro aniversário de Brasília, Abril, 1961, p. 35.

ESCOLAS E EDUCAÇÃO. **Revista Brasília**. Número Especial, Abril, 1965, p. 10.

BRASÍLIA ANO VII. **Revista Brasília**. Número Especial, Abril, 1966, p.07).